


RAQUEL APARECIDA PEREIRA



BANDEIRAS VERMELHAS NAS RUAS DA CIDADE!
Comunismo e Espaço Público em Belo Horizonte (1945-1951)

Belo Horizonte
2007

RAQUEL APARECIDA PEREIRA

BANDEIRAS VERMELHAS NAS RUAS DA CIDADE!
Comunismo e Espaço Público em Belo Horizonte (1945-1951)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Linha de pesquisa: História e Culturas Políticas

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte
2007

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em _____ de _____ de 2007,
pela banca examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG - Orientador)

Prof. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira (UFC)

Profa. Dra. Carla Maria Junho Anastasia (UFMG)

Para Emerson

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Rodrigo Patto Sá Motta, pelas intervenções pertinentes e coerentes ao longo do trabalho e pela indispensável ajuda diante das dificuldades impostas pela distância. Agradeço também à professora Maria Eliza Linhares Borges pelos comentários construtivos e esclarecedores proferidos no momento da qualificação. Sou grata a todos os professores do Departamento de História da UFMG, em especial à Carla Anastasia, Lena e Luiz Arnaut, pilares fundamentais na minha formação acadêmica e profissional. Nesse momento, não há como esquecer aqueles que estão sempre dispostos a nos ajudar. Por isso, Valteir, amigo e companheiro desde a graduação, obrigada por tudo!

Agradeço gentilmente ao apoio do CNPq no início da pesquisa.

Aos funcionários e, mais que isso, amigos do Arquivo Público Mineiro, meu “muito obrigada” pelo apoio e incentivo no desenvolvimento do trabalho. Flavinho, obrigada pela presteza em atender aos pedidos sempre feitos em cima da hora. Agradeço a todos os funcionários do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e do Programa de História Oral da FAFICH, instituições de pesquisa que contribuíram para a concretização dessa dissertação. Também sou muito grata ao Gilvan, funcionário e amigo do Museu Abílio Barreto, por providenciar a reprodução dos mapas, essenciais a esse trabalho. Não poderia deixar de mencionar agradecimento especial ao Sr. Bernardo Cambraia, por me franquear a consulta ao acervo do Arquivo do Fórum Lafaiete, em Belo Horizonte. À Edilane Maria de Almeida Carneiro, agradeço o incentivo e a confiança, essenciais para que pudesse trilhar novos caminhos.

À “Dona Madalena” e ao “Seu Ildeu”, minha mãe e meu pai, agradeço por tudo que me ensinaram e peço desculpas pela ausência nos últimos tempos. A todos meus irmãos obrigada pelo estímulo e encorajamento diante das dificuldades. Sou especialmente grata à Kyvinha que, mesmo sem entender quase nada, estava sempre curiosa sobre a “dissertação” e à Isabel pelo apoio incondicional e acolhida generosa numa cidade totalmente estranha. Aos meus sobrinhos agradeço imensamente os momentos de descontração e as acolhidas calorosas na volta pra casa. Sinto muito a falta de todos vocês.

Agradeço ao Arlindo, à Isis, ao Alisson e à Adriana por me acolherem carinhosamente como membro da família.

Aos companheiros de caminhada: Adriana, Karime, Letícia, Marina, Nely e Samuel, “amigos do DOPS” – estranha alcunha recebida por aqueles que se envolveram na organização do acervo daquela instituição. Obrigada pelas palavras amigas e pelo estímulo frente aos problemas enfrentados. Aos amigos de longe, aqueles cujo aumento da distância não reduziu o afeto: Shirlene, Letícia Pimentel e Ju Aires; e aos amigos de perto: Marcus e Ana Paula, obrigada pelo apoio.

Aos colegas de trabalho: Elza, Estevan, Juliana, Leandro, Lôla, Monica e Patricia, agradeço por compreenderem minhas ausências, meu nervosismo e minha impaciência. À Marcele, um anjo, com o qual pude contar na leitura criteriosa e atenta do trabalho.

Marina obrigada por estar sempre aí, do outro lado do telefone, fazendo com que a distância de 700 km desaparecesse num segundo. Minha amiga tenha certeza de que sem a sua ajuda esse trabalho não teria sido concretizado. Luciano (Lú) e Samuca, amigos e verdadeiros companheiros, obrigada.

E, por fim, agradeço àquele que talvez tenha suportado todas as crises, desesperos e angústias desses dias, sempre disposto a me fazer esquecer todos os problemas e acreditar no resultado final. Emerson, obrigada.

*O político não constitui um setor separado:
é uma modalidade da prática social.*

(Rémond, 2003)

RESUMO

O presente trabalho estuda a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Minas Gerais, em especial suas manifestações públicas em Belo Horizonte entre os anos de 1945 e 1951. Visa-se apresentar uma releitura desta organização política a partir de suas estratégias de ocupação do espaço público. O Capítulo I tece um breve histórico do Partido, enfatizando-se sua atuação no Estado, que remonta aos anos de 1930. O Capítulo II compreende as comemorações, manifestações e comícios promovidos pelo PCB no curto período em que esteve na legalidade. Já o Capítulo III indica as falhas na consolidação do espaço democrático no Brasil, incluindo-se a cassação do Partido e a proibição de comícios, medidas estas que alteraram significativamente a conduta política de seus militantes. O material utilizado para a pesquisa compreende – além de consagradas análises históricas sobre o PCB – panfletos, recortes de jornal, cartazes, fotografias, entre uma gama de documentos escritos e visuais, vários oriundos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), hoje sob a guarda do Arquivo Público Mineiro.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Belo Horizonte, espaço público

ABSTRACT

This present work studies the trajectory of the Brazilian Communist Party (PCB) in Minas Gerais State, mainly its public manifestations in Belo Horizonte city in the period of 1945/1951. The goal of this writing is to present a review of this political organization concerning its occupation strategies of the public space. Chapter I brings a brief history of the Party, emphasizing its pioneer actions in the State, that goes back to the 1930's. Chapter II comprehends the celebrations, manifestations, and meetings promoted by PCB in the short period it was acting legally. Moreover, Chapter III indicates the mistakes in the consolidation of the democratic space in Brazil, including the Party's lackness of freedom as well as its prohibition to speak to the crowd – facts which considerably changed the politic procedures of its militants. The material applied in this research gathers – other than the renown historical analysis about the Communist Party – includes pamphlets, newspaper fragments, posters, pictures, amongst a set of visual and written documents, many of them stored in the extinct Social and Political Order Department (DOPS), today held by the Minas Gerais Public Data.

Key words: Brazilian Communist Party (PCB), Belo Horizonte, public sphere

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Comício realizado nas imediações da Faculdade de Direito Fonte: <i>Estado de Minas</i> , 15 mar. 1945, p. 03.
Figura 02	Volante distribuído nas ruas de Belo Horizonte Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 3835
Figura 03	Convite distribuído nas ruas de Belo Horizonte Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 4905
Figura 04	Concentração popular na Capital para ouvir Prestes – Recorte de jornal – 24 mai. 1945 Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 4905
Figura 05	Peça distribuída em comícios Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 4905
Figura 06	Divulgação do comício “Minas Gerais a Luiz Carlos Prestes” Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 4905
Figura 07	Divulgação da concentração católica Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 4905
Figura 08	Panfleto distribuído por ocasião do comício de Prestes Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 4905
Figura 09	Convite para festa promovida pelo PCB Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 5283
Figura 10	Rifa promovida pelo Ambulatório do Proletariado Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 5283
Figura 11	Panfleto distribuído para incentivar o alistamento eleitoral Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 5283
Figura 12	Convite para as comemorações na Sede do PCB Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 5283
Figura 13	Convite para comício 1º de Maio - Esquina da Sinuca Fonte: APM Fundo DOPS – Pasta 5283
Figura 14	Aspecto da passeata ocorrida na Avenida Afonso Pena Fonte: <i>Estado de Minas</i> , 22 nov. 1947, p. 09.
Figura 15	Aspecto dos destacamentos policiais que ocuparam as imediações da Esquina da Sinuca Fonte: <i>Estado de Minas</i> , 17 ago. 1949, p. 12.
Figura 16	João Augusto Corrêa - preso por fixar flâmulas vermelhas nos postes da Avenida Afonso Pena Fonte: <i>Estado de Minas</i> , 22 dez. 1949, p. 12.

LISTA DE MAPAS

MAPA 01	Núcleos da Aliança Nacional Libertadora Fonte: Mapa construído com base nas informações do Arquivo do DOPS (APM Fundo DOPS) e a partir do programa DATASUS, disponibilizado pelo Ministério da Saúde.
MAPA 02	Mobilização política na região central de Belo Horizonte por ocasião do comício "Minas Gerais a Luís Carlos Prestes" Fonte: Foi utilizado como base a Planta Geral da Cidade de Belo Horizonte, encontrada em <i>Panorama de Belo Horizonte: Atlas Histórico</i> . Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.
MAPA 03	Comitês, células e manifestações públicas do PCB em Belo Horizonte Fonte: As informações sobre a localização dos organismos e das manifestações foram inseridas no mapa "Belo Horizonte". <i>Panorama de Belo Horizonte: Atlas Histórico</i> . Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
VESTÍGIOS	17
O PARTIDO, UM LUGAR E UMA HISTÓRIA	19
CAPÍTULO I	25
COMUNISMO E ESPAÇO PÚBLICO	25
O PCB E A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA	26
O COMUNISMO EM MINAS GERAIS	33
OS MOVIMENTOS DEMOCRÁTICOS – PRENÚNCIO DE MUDANÇAS	42
BELO HORIZONTE: UM CAMPO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES	50
O PCB SE ENCONTRA COM A CIDADE	53
CAPÍTULO II	64
EUFORIA DEMOCRÁTICA	64
A PRAÇA PÚBLICA: UM ESPAÇO DA POLÍTICA	65
O PARTIDO COMUNISTA NO ESPAÇO PÚBLICO	67
<i>Ouvir Prestes</i>	67
<i>O Partido de Prestes em campanha</i>	70
<i>A conquista do espaço público</i>	73
<i>Um presidente comunista?</i>	82
<i>Falar para ser ouvido</i>	87
BANDEIRAS VERMELHAS OCUPAM AS RUAS E INAUGURAM UMA NOVA HISTÓRIA	92
<i>Organizar o povo para defender a democracia</i>	92
<i>Novas Eleições</i>	100
<i>A história de um Partido</i>	107
<i>A história da liberdade</i>	113
<i>O passado leva ao futuro</i>	116
CAPÍTULO III	121
UMA DEMOCRACIA FRÁGIL	121
PROIBIR PARA CONTROLAR	122
<i>O retrocesso: Governo Dutra e Guerra Fria</i>	133
<i>Frestas na porta fechada</i>	137
CLANDESTINIDADE	142
<i>Movimento pela Paz Mundial</i>	145
<i>Tentativas de ocupação do espaço público</i>	157
<i>Uma história para ser lembrada e esquecida</i>	163
<i>Proteger a democracia</i>	166
UMA MARCA NA CIDADE	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
REFERÊNCIAS	175
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	178
ANEXOS	184
ANEXO 1 – CALENDÁRIO DE MANIFESTAÇÕES	185
ANEXO 2 – RELAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES	186

APRESENTAÇÃO

A história política sofreu modificações significativas em seus métodos e conceitos nas últimas décadas. Podemos apontar como causa e resultado dessas mudanças a ampliação da variedade de fontes utilizadas, a introdução de novas temáticas de estudo e a revisão de objetos de pesquisa tradicionais. A partir da apreciação e apropriação de conceitos e técnicas das outras ciências – notadamente da ciência política, da antropologia e da sociologia – a história política deixou de lidar apenas com os fatos, os acontecimentos e o pensamento racional. Os caminhos da pesquisa histórica no território da política se ampliaram.

Surgem novas percepções de fenômenos e acontecimentos políticos do passado, além de formas inéditas de abordagem das idéias políticas. O estudo das trajetórias de movimentos sociais e partidos políticos ganhou fôlego. Os historiadores do político passaram a ousar mais, avançando na busca de outras interpretações aos fenômenos humanos no campo das relações de poder. A história política compreendeu que o político tem características próprias, buscando também a interdisciplinaridade, ligando-se com os mais variados aspectos da vida coletiva.

Como reflete René Rémond (1994), o político comporta estruturas que lhe são particulares. Em sua concepção, é do político o princípio segundo o qual todos os cidadãos são iguais entre si, chamados a participar das grandes escolhas políticas. E ainda mesmo que nem todos façam uso desse direito, todos são chamados, todos estão comprometidos, pois é da política que depende com freqüência seu nível de vida, sua segurança e até, em alguns casos, sua própria existência. Diz ele: “Mesmo que não se interessem pela política, a política os alcança”¹.

O presente trabalho está inserindo no território da história política renovada. Trata-se de um estudo sobre as estratégias de atuação política do Partido Comunista do Brasil (PCB)²,

¹ RÉMOND, René. Por que a história política?. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994, p. 9.

² O PCB foi fundado com o nome de Partido Comunista do Brasil – Seção Brasileira da Internacional Comunista. Somente em agosto de 1961 houve alteração em seus estatutos e sua denominação passou a ser Partido Comunista Brasileiro.

em especial as manifestações públicas promovidas por essa organização, em Belo Horizonte, entre os anos de 1945 e 1951.

Fundado em 1922, o PCB teve uma trajetória marcada pela perseguição política e pela condenação à clandestinidade. No ano de 1945, marco inicial do processo de democratização da sociedade brasileira após a queda do Estado Novo, o Partido conquistou a legalidade política. Essa nova conjuntura possibilitou sua inserção e intervenção ativa na vida política brasileira. Os avanços democráticos alicerçaram sua atuação, baseada na conduta de respeito aos mecanismos institucionais de participação política. O PCB ocupou seu espaço na vida pública, tornando-se uma alternativa à população brasileira dentro do processo político democrático.

Entretanto, manobras do governo de Eurico Gaspar Dutra criaram condições para que, em maio de 1947, o registro do Partido fosse cancelado, pondo fim à sua liberdade de ação política. Nos primeiros momentos da ilegalidade o Partido Comunista permaneceu fiel à gênese de seus preceitos, apostando na atuação legal e na abertura de espaços democráticos, reforçando uma posição pacífica dentro dos recursos legais. Sua cassação, porém, encerrava importantes caminhos institucionais de participação política.

O novo quadro político que se desenhava internamente, bem como a definição de campos de força antagônicos em âmbito internacional contribuíram largamente para mudanças drásticas na linha política adotada pelo Partido Comunista no Brasil. Esse novo direcionamento político do PCB teve seus fundamentos apregoados, primeiramente, no conhecido Manifesto de Janeiro de 1948, culminando numa guinada ao radicalismo político. A linha esquerdizante adotada pela organização foi sacramentada no Manifesto de Agosto de 1950, que pregava claramente a revolução por meio da formação de um exército popular. Os efeitos dessa nova postura alteraram profundamente o posicionamento partidário e político dos militantes comunistas.

Com a edição do Manifesto de Agosto os rumos do Partido Comunista no cenário político nacional seriam bem distintos daqueles trilhados logo após a Segunda Guerra. O radicalismo e a descrença em relação aos mecanismos institucionais de participação política afastaram adeptos e simpatizantes, limitando o espaço de atuação do Partido em praça pública.

Esse estudo é resultado de reflexões estimuladas pelo trabalho com a documentação acumulada pelo DOPS mineiro³. Com o exame da documentação procedente do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que compreende o período entre os anos de 1929 e 1979, percebemos que o PCB se fez presente em todo o Estado de Minas Gerais.

A atuação política do Partido no Estado remonta aos anos de 1930, tendo contado com a formação de núcleos em várias regiões. Apesar de não serem o foco dessa análise, essas informações reforçam a necessidade de realização de estudos mais específicos para se aprimorar a compreensão da influência do movimento comunista em Minas Gerais.

A produção acadêmica referente ao Partido Comunista do Brasil é significativa em termos numéricos e se apóia em temas variados. O fato de o PCB ser objeto de inúmeras pesquisas indica sua importância no cenário nacional e no conjunto das organizações de esquerda do Brasil. Além de memórias de ex-militantes, existem diversos estudos especializados que refletem o perfil de lideranças e militantes⁴; as crises internas e cisões; a estrutura organizacional⁵; a relação com o movimento sindical⁶; a integração de intelectuais⁷, militares e operários ao Partido; a imprensa e as representações dos comunistas⁸; entre outros aspectos.

³ Essa pesquisa só pôde ser desenvolvida graças ao trabalho como Bolsista de Aperfeiçoamento no “Projeto Acesso ao Acervo do DOPS: digitalização, indexação e informatização”, realizado em parceria com o Departamento de História da UFMG e o Arquivo Público Mineiro.

⁴ Cf. PANDOLFI, Dulce, 1995; FERREIRA, Jorge, 2002.

⁵ Sobre o tema, ver: CHILCOTE, Ronald H., 1982; RODRIGUES, Leôncio Martins, 1981.

⁶ Ver SANTANA, Marco Aurélio, 2001.

⁷ Cf. RUBIM, Antonio Albino Canelas, 1995

⁸ Cf. MORAES, Denis de, 1994; MARIANI, Bethânia, 1998.

Todavia, quando direcionamos o olhar para Minas Gerais, verificamos que a atuação política dos comunistas no Estado ainda foi pouco explorada – ressalva a alguns trabalhos sobre os mineiros de Nova Lima⁹ e sobre o Partido Comunista em Uberlândia e Juiz de Fora¹⁰. Apesar de lacunas importantes, contamos com estudos dignos de menção sobre a história do movimento operário em Minas, como a obra de Eliana Dutra, *Os caminhos operários nas Minas Gerais*.

Com prudência, observamos que tais análises consagram as pesquisas sobre a composição e a trajetória do movimento operário e sobre o sindicalismo, as greves e as associações de trabalhadores. Em contrapartida, há que se enfatizar que o Partido Comunista ainda carece de estudos mais específicos sobre sua atuação no Estado. Muito já se escreveu sobre essa organização, porém pouco se sabe sobre sua atuação no Estado, em especial na Capital Mineira. Notamos que em análises relativas às atividades políticas de agremiações e partidos no Estado, todo o território mineiro vem a ser considerado, com exceção de Belo Horizonte. Em inúmeros relatos a Capital não aparece como objeto da atividade política, mas apenas como parte integrante dos limites estaduais.

A partir da década de 1990 há um considerável impulso às pesquisas históricas sobre Belo Horizonte, principalmente por ocasião das comemorações de seu centenário (1997). Várias coletâneas foram lançadas, entre elas importantes volumes sobre o comércio, a arquitetura, o abastecimento e as artes da Capital Mineira. As comemorações impulsionaram também estudos sobre os movimentos sociais, como a coletânea organizada por Otávio Soares Dulci – *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais* –, que aborda diversos temas

⁹ Cf. GROSSI, Yonne de S. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. Também não menos importante COELHO, Victor de Oliveira Pinto. *Nova Lima: 1948, 2004*.

¹⁰ Trabalhos acadêmicos importantes sobre o assunto têm sido desenvolvidos, a exemplo de LIMA, Idalice R. S. *"Flores do Mal" na "Cidade Jardim": comunismo e anticomunismo em Uberlândia*. (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 2000; e HELENO, Alexandre Peixoto. *Revisitando as memórias de Clodesmidt Riani: a trajetória de um líder trabalhista nas grandes lutas sociais que antecederam o golpe civil e militar de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, Juiz de Fora, 2007.

como a articulação política dos habitantes da cidade, os movimentos de bairro, as organizações operárias e o crime.

A maior parte dos estudos produzidos a partir desse momento concentra suas análises no período que se inicia no planejamento e na construção da Capital até os anos 1930, bem como recortes mais recentes – que incluem as transformações das décadas de 1960 até 1980. No que diz respeito aos trabalhos sobre movimentos sociais e políticos, a maioria das pesquisas recentes restringe suas avaliações aos períodos da ditadura militar, a partir de 1964.

Desconhecemos a existência de estudos que relacionem a trajetória do Partido Comunista com as transformações históricas da Capital Mineira no período conhecido como experiência democrática (1945-1964). É, pois, plausível o fato de que procuramos com esta pesquisa contribuir ao aprimoramento dos estudos sobre a atuação do PCB em Minas Gerais, em especial em Belo Horizonte.

Priorizamos a leitura da atuação do Partido Comunista a partir da análise de suas estratégias de ocupação do espaço público, no período limite da pesquisa (1945-1951). Sob o matiz comunista foram realizados atos de protestos, campanhas políticas, comemorações cívicas, comícios – entre as mais variadas atividades – que aglutinaram, em alguns momentos, verdadeiras multidões nas ruas de Belo Horizonte. Os comícios e atos públicos nos permitem uma análise apurada dos momentos em que as idéias foram apresentadas em praça pública, reivindicando um conjunto consolidado de valores e comportamentos.

Esclarecemos que não se pretende aqui traçar uma história do Partido Comunista, igualmente não demonstramos o intuito de produzir um estudo da trajetória de suas lideranças. Objetivamos sim compreender como ocorreu o posicionamento do PCB no espaço público e, por conseguinte, apreender as estratégias e os recursos encontrados pelos militantes para a difusão dos valores comunistas entre a população.

Alertamos ainda que o leitor não encontrará aqui um relato de greves e mobilizações operárias. Pelo contrário: oferecemos aqui a reflexão sobre as possibilidades encontradas pelo Partido Comunista na tentativa incansável de se comunicar com a população. As manifestações públicas foram instrumentos importantes para que o Partido se fizesse ouvir e se posicionasse no debate político.

VESTÍGIOS

Nota-se que a historiografia contemporânea tem privilegiado como fio condutor de suas pesquisas a tipologia de documentos. Assim, verificamos vários estudos sobre fotografia, propaganda, jornais, cultura material, etc. Diante da peculiaridade do nosso objeto de estudo ficamos impedidos de trilhar este caminho. O trabalho na recuperação de informações sobre a atuação política do Partido Comunista do Brasil não é tarefa fácil, principalmente quando se trata de reconstituir eventos de caráter público.

Não obstante, os registros policiais auxiliaram-nos sobremaneira uma vez que as atividades comunistas raramente estiveram inseridas nos padrões permitidos pela legislação e, mesmo quando assim se apresentaram, permaneceram sob “suspeita”. Os documentos acumulados pela Delegacia de Ordem Pública¹¹, hoje sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, forneceram dados sobre os bastidores da atuação pública dos militantes. Aproveitamos para informar que optamos por preservar a grafia original de todas as citações, mesmo aquelas com eventuais erros gramaticais ou expressões de um português arcaico, dispensando o uso do termo metodológico [SIC].

¹¹ Era assim denominada, entre 1931 e 1956, a delegacia que, submetida à Chefia de Polícia, era responsável pela repressão aos crimes políticos. A documentação proveniente desse órgão foi recolhida ao Arquivo Público Mineiro juntamente com o acervo do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

No curto período em que atuou nas bases da legalidade é comum encontrarmos, entre os documentos policiais, requisições do Partido Comunista do Brasil para realização de comícios. Não raro, apresentam-se em papel timbrado, inclusive convidando o “ilustre delegado” a participar do referido encontro. Quando autorizados, o delegado encaminhava investigadores para o policiamento dos eventos. Sem dúvidas, os relatórios produzidos em decorrência dessas ordens de serviço são fontes valiosas para nossa análise.

Esses relatórios informam quem eram os oradores, qual o contingente de populares presentes nos “meetings” e os conflitos – caso tenham ocorrido. Por exemplo: na cobertura do comício realizado por ocasião da instalação do Comitê Estadual do Partido, que contou com a presença do futuro guerrilheiro Carlos Marighella, compareceram cinco policiais diferentes, sendo que cada um produziu um relato de suas observações.

A necessidade constante de vigiar e coibir as manifestações comunistas faz desses arquivos um baú de tesouros. Os policiais, no exercício de suas obrigações, apreenderam panfletos de divulgação dos eventos, vigiaram a sede do Partido em dias de festa, seguiram militantes e se infiltram na organização partidária. Resultado: descrevendo essas ações, os agentes deixaram vivas suas impressões sobre os fatos. A vigilância policial se estruturou de diversas formas, acumulando um conjunto de registros que nos fornecem as pistas, ou melhor, os “os vestígios” da atuação dos comunistas no espaço público.

Os panfletos apreendidos pelos policiais são peças indispensáveis a nossa análise. O formato, o texto, o convite indicam o que os comunistas queriam se comunicar. Seus objetivos e intenções eram “traduzidos” numa linguagem peculiar para que se tornassem acessíveis à grande população. Não é difícil encontrarmos nesses volantes referências ao “passado glorioso” das revoltas mineiras, numa tentativa clara de conclamar a massa a assumir a causa comunista.

Por se tratar de um estudo sobre eventos essencialmente públicos, a grande imprensa torna-se importante aliada. Por sua grandiosidade, excentricidade ou por seus conflitos, esses acontecimentos sempre ocuparam as páginas dos jornais. A repercussão jornalística nos permite vislumbrar a forma como foi construída a narrativa da participação dos comunistas na construção do espaço democrático. Os registros fotográficos e imagens de manifestações, muitas vezes estampados em jornais e revistas, revelam elementos que a estrutura dos relatórios policiais não oferece. São responsáveis pela identificação das personagens desses documentos e deixam-nos imaginar os efeitos causados pelos cartazes e faixas, freqüentemente fabricados de maneira rudimentar.

Além dos relatórios, os arquivos policiais guardam documentos apreendidos no interior de sedes e células comunistas. Esses papéis, representativos da organização interna do Partido, apresentam planos de ação, comunicados, diretrizes e planejamento de eventos, propiciando-nos o conhecimento das dimensões das ações promovidas pelo PCB. Na tentativa de compreender a atuação do Partido Comunista em Belo Horizonte procuramos, sustentados principalmente pelos arquivos policiais, costurar estes indícios e remontar a ação dos comunistas nas ruas da Capital.

O PARTIDO, UM LUGAR E UMA HISTÓRIA

O comunismo difundiu-se como uma das principais culturas políticas do século XX e a Revolução Russa tornou-se, no cenário político, um modelo possível à transformação da sociedade. Em *A cultura política*, Serge Bernstein (1998) coloca o conceito de culturas políticas como ferramenta teórica útil à compreensão dos comportamentos políticos no decorrer da história, oferecendo resposta satisfatória às investigações realizadas pelos historiadores do político. O autor pondera que as culturas políticas são elementos integrantes e partícipes da cultura de uma sociedade; “fator de comunhão” dos membros de determinada

cultura, expressadas no compromisso político com um conjunto de normas, crenças, atitudes e valores, representadas por um vocabulário específico, símbolos, gestos e rituais partilhados em função de uma leitura comum do passado. Esses elementos, interligados, promovem uma visão de mundo comum e, assim, permitem a definição de uma identidade aos indivíduos e às coletividades, indicando aspirações e projeções de um futuro a ser vivido em conjunto.

Como depositário de uma cultura política, o PCB carrega consigo um conjunto de valores, idéias e linguagens codificadas próprias ao movimento comunista. Porém, é preciso cautela nessa correlação direta, pois as culturas políticas estão fundamentadas em processos históricos, portanto sujeitas às mais diversas influências. As interações estabelecidas com o contexto e a temporalidade em que estão inseridas são essenciais à compreensão de sua difusão e recepção.

Além disso, a cultura política não resulta somente da adaptação às circunstâncias mutáveis; ela também depende da influência exercida frente aos problemas da sociedade num certo momento, conquistando a adesão de seus pares e formando um amplo espectro político de persuasão da sociedade¹².

Nesse entendimento, as manifestações públicas do PCB podem ser compreendidas como rituais de conagração e integração na medida em que visavam transmitir “mensagens de forte significado social e forte carga afetiva, que solidificam as solidariedades entre os participantes” (RIVIÈRE, 1989, p. 150). Ao compartilhar um sistema de crenças e valores, membros, militantes e mesmo simples simpatizantes assumem uma grade comum de leitura dos acontecimentos, fundamental à integração do grupo e à formação do ideal de solidariedade de ação (BERNSTEIN, 2003). As celebrações só acontecem porque fazem parte de uma rede de tradições culturais que as produzem e as enriquecem. Dessa forma, remetem

¹² Deve-se verificar com mais cautela as influências da cultura política comunista em Minas Gerais, principalmente, no que tange aos aspectos religiosos e à chamada “mineiridade”. Certamente, os valores propagados pelos comunistas beberam nesses potes, porém não nos foi possível verificar as formas e intensidade dessa mistura.

às complexas relações internas dos grupos sociais que se tornam públicas por meio dos cortejos, das comemorações e dos comícios.

“Não há movimento político, de partido ou de regime, que deixe de recorrer à série de atos solenes, repetitivos e codificados, de ordem verbal, gestual e postural, de forte conteúdo simbólico”, revela Rivière (1989, p. 13). Em consonância, os atos políticos de comemoração e inauguração – e até mesmo os de protesto – promovidos pelo Partido podem ser interpretados como vetores de difusão e cristalização de valores comunistas. Os participantes dessas reuniões públicas eram instigados, incansavelmente, a lembrar da história do PCB, fosse por meio de símbolos e discursos, fosse por atitudes e gestos. A reconstrução da lembrança sob uma base comum fundamentava o sentimento de pertencimento e promovia a adesão afetiva ao grupo.

A possibilidade de manifestação pública propiciou o reconhecimento político do PCB no âmbito da sociedade, fato este que o levou a desenvolver autênticas estratégias para se aproximar da população e ampliar seus quadros partidários. Na década de 1940, com o discurso de desenvolvimento e impulso à industrialização, o ambiente urbano – com as grandes avenidas, arranha-céus e transportes modernos – passou a ser símbolo de progresso. O ambiente urbano tornava-se palco privilegiado das manifestações públicas (em especial do Partido Comunista). Ao compreendermos a cidade como fruto da construção humana, percebemos sua natureza fluindo numa estrutura dinâmica, superando as intenções de seus planejadores:

Ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro. A mudança é característica das cidades, mas estas mudanças têm história, personagens e uma trama de desejos individuais e de projetos. (FENELON, 2000, p. 07)

A rua, encarada pelo construtor como espaço de circulação de pessoas e veículos, assume, na vida política, papel fundamental como espaço de circulação de idéias. A mudança constante do espaço urbano acarreta num acúmulo de significações múltiplas, alternáveis,

transmitindo o legado de suas memórias. O espaço urbano, nessa perspectiva, é visto como locus próprio para interações sociais. Atos públicos estabelecem uma relação diferenciada com o urbano, de tal modo que as praças e esquinas se transformaram em palcos para celebração de rituais políticos.

O Partido Comunista, ao ocupar determinados espaços da cidade, estabeleceu novos sentidos para os mesmos. O uso reiterado de certos lugares para realização de comícios e manifestações conferiu a tais pontos, mesmo que temporariamente, a marca comunista. Era durante o comício, o ato de protesto, a comemoração partidária, que o comunista se apresentava ao público como tal. Esses eventos marcariam de maneira indelével a memória daqueles que participaram daquele momento político. Nota-se que esses acontecimentos não foram contextualizados apenas nas fronteiras do passado, mas também nos limites geográficos onde se deram os fatos, onde se promoveram as articulações e os conflitos.

“Colocadas na encruzilhada das representações coletivas do passado, do presente e do futuro, as culturas políticas são também codificadas e transmitidas pela memória.” (DUTRA, 2002, p. 26). Para além do uso e da reconfiguração do espaço urbano pelos militantes comunistas, a remissão à memória política foi ingrediente indispensável ao Partido na construção de espaços de debate público. Não raro, o PCB promoveu a releitura de seu próprio passado e também da história nacional como forma de legitimação de sua ação política.

A seleção, subtração, adição, exclusão ou inclusão de fragmentos no campo do memorável conferia ao Partido Comunista o monopólio da interpretação da história. As ações presentes já estavam em gestação no passado, naquele tempo, no ontem. A memória era reatualizada para balizar as ações políticas do PCB.

Muitas vezes, nas páginas deste texto serão encontradas menções diretas ao Partido Comunista como principal agente de determinadas ações. Obviamente, os verdadeiros atores

políticos foram os militantes e participantes das manifestações, mas suas motivações advinham da crença no Partido como definidor de diretrizes e ações – uma entidade superior. Nas engrenagens que davam suporte à máquina partidária estava a noção de interpretação correta do mundo e a “superioridade” da organização decorria do fato de que ela possuía o monopólio da verdade.

Estruturamos o presente trabalho buscando traçar o caminho percorrido pelo Partido Comunista na Capital Mineira naquele momento. No **Capítulo I** observamos a necessidade de um breve histórico da própria organização partidária no intuito de uma compreensão mais acurada sobre o impacto da ocupação do espaço público pelo PCB, destacando-se a importância que a conquista da legalidade assumiu em sua trajetória. Diante dos escassos estudos, também foi preciso demonstrar e contextualizar a inserção do PCB em Minas Gerais, identificando seus vínculos e núcleos de formação.

Os movimentos democráticos surgidos no colapso do Estado Novo, principalmente as campanhas pela anistia e as comemorações pelo fim da Guerra, foram abordados nesse capítulo como emblemáticos de uma nova cultura cívica que se instalava no país. Como demonstramos, tais movimentos estruturaram novas estratégias de mobilização de massas as quais seriam posteriormente reivindicadas pelo próprio Partido Comunista.

Não há como empreendermos essa análise sem um conhecimento prévio da formação e constituição do Partido Comunista na Capital. Portanto, realizaram-se o levantamento e a identificação das células e comitês espalhados na cidade. Esse estudo possibilitou a compreensão da distribuição espacial do Partido, assim como a identificação dos locais de maior intensidade de sua atuação.

No **Capítulo II** analisamos as comemorações, as manifestações e os comícios promovidos pelo Partido Comunista no curto período em que esteve na legalidade. Esse momento representou a conquista do espaço público pelo PCB. As ruas, praças e esquinas de

Belo Horizonte foram tomadas por atos públicos de caráter reconhecidamente comunista. Em muitos casos, tais manifestações provocaram conflitos com outras forças políticas locais, configurando o espaço urbano como domínio privilegiado do debate ideológico.

A legalidade partidária permitiu a libertação e a reconstrução da história comunista, impulsionando sua ação política. Para a realização de manifestações, o PCB recorreu à própria história do movimento comunista, igualmente promovendo a apropriação do calendário nacional, suas festividades e comemorações cívicas, com o claro intuito de estabelecer uma “tradição revolucionária” na história brasileira.

O **Capítulo III** aponta as falhas na consolidação do espaço democrático de participação política no Brasil. Uma democracia frágil, ainda fortemente marcada por uma cultura anticomunista e sob influência dos desdobramentos da Guerra Fria, impediu a solidificação da atuação institucional do PCB. A cassação do Partido Comunista, a proibição de comícios e a regulamentação das manifestações públicas foram algumas das medidas que alteraram significativamente a conduta política dos militantes.

Ao final da década de 1940 e início dos anos 1950, sob as bandeiras dos movimentos pacifistas, o Partido tentou ainda participar do debate público. Mesmo com a manutenção de algumas estratégias mobilizadas no período anterior, os novos rumos assumidos por essa agremiação política com a edição do Manifesto de Agosto de 1950 afastariam o Partido Comunista do espaço público de maneira decisiva.



CAPÍTULO I
COMUNISMO E ESPAÇO PÚBLICO

*Nós queremos trabalhar abertamente
para o povo ver quem somos nós.
(Anélio Marques)*

O PCB E A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

Criado em 1922 por dissidentes do movimento anarquista¹³, o Partido Comunista do Brasil (PCB) tem exercido expressiva força política no país. Mesmo com uma história marcada por perseguições e por um longo período de atuação clandestina, o PCB sempre participou ativamente dos grandes processos políticos nacionais. Com uma existência longa, tornou-se um dos partidos mais antigos do país, cuja história reflete características singulares.

Nos primeiros anos de existência, o campo de ação política do PCB ainda era bastante restrito. Em 1928, cerca de 60% dos seus membros estavam localizados no Rio de Janeiro. Os demais membros encontravam-se distribuídos entre os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco; e em grupos menores na Bahia e nas cidades de Vitória, Campos e Juiz de Fora¹⁴. O crescimento dos quadros partidários foi relativamente pequeno até a década de 1930, quando Luís¹⁵ Carlos Prestes levou ao conhecimento público sua adesão aos ideais do Partido Comunista do Brasil. A partir desse momento o Partido passou a contar com um dos mais populares e respeitados líderes da época, detalhe este que influenciou significativamente a trajetória política da organização¹⁶.

¹³ Após a Primeira Guerra Mundial e diante das conquistas da Revolução Russa, diferentes grupos comunistas formaram-se no Brasil, reunindo militantes sindicais e intelectuais que abandonavam o Anarquismo. Ver RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano. Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981. **Obs:** Cabe lembrar que as correntes ditas “anarquistas” no Brasil foram bastante ecléticas e sofreram influências de vários grupos sociais, a exemplo da Maçonaria.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Optamos seguir a grafia “Luís” quando nos referimos ao nome de Prestes, tomando como referência o DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro (CPDOC–FGV). Em www.cpdoc.fgv.br. Acesso em ago. 2007. As grafias “Luiz” e “Luis”, contudo, permanecem respectivamente intactas em citações diretas de documentos e de leituras.

¹⁶ Em texto biográfico sobre Edgard Carone, Augusto César Buonicore conta que o historiador foi sobremaneira influenciado pela figura de Prestes quando jovem. Nesta época trabalhava para o sociólogo Azis Simão e sua tarefa era ler para o cientista já quase cego. Entre as obras estava *O Cavaleiro da Esperança – a vida de Luís Carlos Prestes*, de autoria de Jorge Amado. Carone afirma: "Fui cada vez mais penetrando no mundo das esquerdas". Apud BUORICONE, Edgard Carone: ele foi o historiador da República e do movimento operário brasileiro. In: *Revista Principios*, n. 68, s/d., <http://www.vermelho.org.br/colunas>. Acesso em: ago. 2007.

Mesmo na clandestinidade, o Partido reunia forças na tentativa de participar da “grande política”, lançar candidatos e propor alianças com outros setores da esquerda. Entretanto, somente com a adesão de Prestes e com a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) que o PCB veio a ampliar seus raios de alcance, influenciando as camadas intermediárias da sociedade brasileira.

Instituída oficialmente em março de 1935 para ser uma frente contra o avanço do nazi-fascismo, a ANL reuniu, sob sua sigla, comunistas, socialistas, "tenentes", liberais, estudantes, organizações femininas, entre outros grupos. Sob o lema “Pão, Terra e Liberdade”, além do combate ao nazi-fascismo, entre seus objetivos estavam a luta contra o imperialismo e os latifúndios, a suspensão do pagamento da dívida externa do país, a nacionalização das empresas estrangeiras, a garantia de liberdades democráticas e a constituição de um governo popular¹⁷.

Ao levarmos em conta o conteúdo do programa da ANL e sua estreita ligação com o Partido Comunista do Brasil, pode-se apontar que esta foi, sem dúvida, a primeira experiência de composição de uma instituição política, de viés comunista, efetivamente nacional. Não seria errôneo afirmar que tenha sido uma organização de massas. Sustentada por um projeto nacionalista/patriótico e dedicada aos “operários, militares, estudantes e pequenos burgueses em geral”¹⁸, a ANL alcançou destaque no cenário político: tornou-se a segunda força política do país (depois da Ação Integralista), ampliando consideravelmente as bases do Partido Comunista¹⁹.

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada em outubro de 1932, quando se apresentou como um movimento político a serviço da integração nacional. Com espírito

¹⁷ *Pão – Terra – Liberdade*. Panfleto da Aliança Nacional Libertadora. APM Fundo Dops – Pasta 3834.

¹⁸ *Convite aos operários, militares, estudantes e pequenos burgueses em geral*. Panfleto da Frente Única Anti-Fascista de Minas Geraes, 1935. APM Fundo DOPS – Pasta 3834

¹⁹ A ANL não era um órgão explicitamente comunista. Havia diferenças entre o seu programa e o programa do PCB, mas a aclamação do nome de Luís Carlos Prestes para a direção de honra da organização proporcionou a participação ativa dos comunistas nos desdobramentos do movimento.

fascista, seus militantes pregavam a unificação harmônica do país por meio de uma revolução cultural, moral e social. Declaravam-se anticomunistas, antiliberais, anticapitalistas e adversários do cosmopolitismo e dos regionalismos. Os conflitos entre aliancistas e integralistas – forças políticas antagônicas – foram intensos e freqüentes nesse período, abalando as estruturas de controle do governo.

A existência legal da Aliança Nacional Libertadora não durou muito. Diante dos avanços e da grande quantidade de adeptos, a ANL tornou-se ameaça e foi fechada pelo governo de Vargas no mesmo ano de sua criação. Para justificar tal ato o Governo se baseou na edição da Lei de Segurança Nacional, de 04 de abril de 1935, responsável por definir os crimes contra a ordem política e social. A aprovação desta Lei representou uma reação política e jurídica do Governo ao processo da crescente mobilização social no Brasil.

É visivelmente uma lei contrária à ação dos sindicatos, às greves, às organizações políticas e milícias particulares. É dura no que toca a conspirações e movimentos militares, a estrangeiros envolvidos na política e à propaganda política nos meios de comunicação. [...] A lei tornava mais simples as regras para demitir funcionários públicos e militares filiados a partidos ou organizações clandestinas, fazia referência a medidas contra levantes armados, tornava obrigatório um cadastro de funcionários para todos os órgãos de imprensa escrita e falada, pedia o controle das atividades políticas em escolas. (ARAÚJO, 2000, pp. 05-06)

A interpretação e o cumprimento dessa lei, por parte das autoridades, significaram a sujeição da oposição política a um regime mais rigoroso, com o abandono de garantias processuais. A “urgência/emergência” dos julgamentos permitiu a diminuição de prazos, da quantidade de testemunhas e do tempo para depoimentos.

Na ilegalidade, as dificuldades de manutenção de um movimento, com as características da ANL, provocaram seu esvaziamento e a ampliação do domínio de Prestes e do PCB em seu direcionamento. Os comunistas, inconformados com a impossibilidade legal de ação da ANL e impulsionados pela crença num ambiente revolucionário, propuseram a tomada do governo. A presença marcante de militares nos quadros da Aliança Nacional

Libertadora, que se diziam “herdeiros” da “Grande Coluna”, reforçava a idéia de uma ação armada.

A sublevação malograda de quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro, em novembro de 1935 – conhecida como a “Intentona Comunista” –, provocou uma onda de repressão que se estendeu para além dos grupos envolvidos, fornecendo argumentos necessários para a instalação do Estado Novo. O Tribunal de Segurança Nacional (TSN), criado como tribunal especial para julgamento de crimes dessa natureza (definidos na Lei de Segurança Nacional), possibilitou a prisão e o julgamento dos participantes e de outros desafetos do Governo. A partir desse momento, desarticulado e com grande parte de seus dirigentes presos, o Partido Comunista entregou-se a um período de relativa estagnação. Foi, somente, a partir da conjuntura do pós-Segunda Guerra que o PCB deu um salto importante para sua inserção no sistema político nacional.

Desde a instauração do regime autoritário do Estado Novo os partidos estavam excluídos da cena política brasileira. Porém, os rumos tomados pela Segunda Guerra e a expectativa de vitória das forças aliadas foram fatores determinantes para a alteração desse quadro. O alinhamento do Brasil com os Estados Unidos colocava em evidência o paradoxo entre a defesa da liberal democracia – inclusive com o envio de tropas para a guerra – e a manutenção do modelo autoritário no país.

Nesse contexto, o Partido Comunista do Brasil iniciou a rearticulação de seus militantes através da Conferência da Mantiqueira, reunião clandestina realizada em agosto de 1943. Este encontro foi marco no processo de reorganização do Partido, dando-se a instalação da nova direção nacional, com Luís Carlos Prestes como secretário-geral ausente – estava preso desde 1936 –, bem como a redefinição de sua orientação política, de acordo com os acontecimentos nacionais e internacionais.

O ano de 1945 foi, sem dúvida, um ano de conquistas expressivas para o movimento democrático. Sob forte pressão dos movimentos contestatórios, o governo estadonovista foi obrigado a ceder²⁰. Getúlio Vargas, no intuito de conduzir o processo de transição e influenciar a estruturação da nova ordem política, no início daquele ano, aprovou um conjunto de medidas liberalizantes. Vargas decretou prazo para a realização de eleições e através de nova legislação possibilitou a reorganização do sistema político-partidário. Neste mesmo ano a ampla campanha pela anistia para presos e condenados políticos culminou, em 18 de abril, com a libertação de 565 pessoas, entre elas, Luís Carlos Prestes.

Dentre as medidas adotadas no apagar das luzes do Estado Novo, merece destaque a organização do sistema político-partidário. A liberdade de organização partidária, conquistada em 1945, possibilitou o ressurgimento do PCB, um sujeito institucional e coletivo capaz de reunir pessoas em torno de um ideal essencialmente diferente dos demais partidos criados com a Lei Agamenon²¹. Com o objetivo de transformar a sociedade, as ambições revolucionárias do Partido, apesar de veladas, permaneciam e convertiam-se em bases de unidade política.

Qualquer partido, enquanto força política, comporta em si a expressão de idéias e linguagens codificadas, podendo exprimir o conjunto de valores de determinada cultura política. Substancialmente, torna-se importante veículo de transmissão, difusão e recepção desse agrupamento. Observa-se, pois, que a conquista da legalidade pelo Partido Comunista

²⁰ A transição democrática não pode ser vista de maneira simplista. Além dos movimentos de oposição ao regime, as ruas foram tomadas por uma aclamação inesperada: “Queremos Getúlio!”. De acordo com Jorge Ferreira, o “queremismo” surgiu nesse cenário político “como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior”. Esse movimento foi significativo, uma vez que elevou um sujeito político ainda menosprezado pelas elites tradicionais – “os trabalhadores”. Ver FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento quemista. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (orgs.) *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. **Obs:** A derrocada do Estado Novo não implicou na concessão imediata das reivindicações da “massa mobilizada”. Na verdade, verificou-se a continuidade de estruturas do regime anterior nas administrações que se seguiram, principalmente, no que se refere ao controle social do trabalhador.

²¹ O Decreto-Lei Federal nº 7.586/1945, novo Código Eleitoral. Ficou conhecido como *Lei Agamenon*, em homenagem ao ministro da Justiça Agamenon Magalhães, responsável por sua elaboração. Esse decreto restabelecia a Justiça Eleitoral e regulava em todo o país o alistamento eleitoral e a criação dos partidos políticos.

do Brasil, em 1945, representou a possibilidade de expansão dos ideais comunistas, sem o uso de disfarces, manobras ou outros subterfúgios.

Os partidos políticos, enquanto atores coletivos que se esforçam por reunir os homens em torno de uma ação comum sobre o poder ou sobre a organização da sociedade, transformam-se em lugar onde se opera a mediação política, estabelecendo uma espécie de ponte entre o mundo cotidiano e o campo político do discurso (BERNSTEIN, 2003). A eficácia de um partido está relacionada com a forma como se insere na vida política nacional, seja como aliado, seja como parceiro perigoso e incômodo.

Evidencia-se na história política brasileira uma considerável fragilidade dos partidos políticos na definição de seus projetos e na perpetuação de suas estruturas (DELGADO, 2003). Nessa perspectiva, a via política do PCB difere-se em muitos aspectos dos demais partidos brasileiros. No contexto da redemocratização e recém egresso do ostracismo, o Partido já possuía uma história que remontava aos anos 1920 e uma estrutura com relativo alcance nacional. Era uma força nova no jogo político, porém com uma trajetória bastante conhecida.

De acordo com Dulce Pandolfi, “esse foi um dos períodos mais importantes da história do PCB, em que pela primeira e, talvez, única vez, ele conseguiu transformar-se num partido de massas” (1995, p. 63). O Partido Comunista ocupava, em decorrência disso, seu espaço na cena política, fato evidente nos resultados alcançados nas eleições de dezembro.

A campanha eleitoral, realizada em tempo recorde, conquistou uma votação significativa. Yedo Fiúza, o candidato à presidência, ainda desconhecido do grande público, registrou cerca de 10% dos votos no total. Em Santos, cidade operária de grande expressão, o candidato atingiu cerca de 40% dos eleitores. Segundo Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva, o êxito do PCB nas eleições pode ser atribuído

à sua capacidade de organizar e mobilizar para além dos discursos e orientações da cúpula. Os comunistas revelaram grande agilidade na organização de dezenas de Comitês Populares Democráticos, que se envolviam em problemas dos bairros e discutiam temas como habitação, custos dos gêneros de primeira necessidade, instrução e saúde públicas, lazer, etc. (2003, pp. 55-56).

Ao mesmo tempo em que buscava ser o porta-voz das reivindicações imediatas das camadas populares, o PCB concorria para a realização do programa de “União Nacional”²² contra as forças fascistas. Esse programa tornou-se expressão brasileira da política stalinista de alinhamento ao capitalismo no combate ao nazismo, caracterizando-se pela aproximação do Partido com a burguesia e pela aliança com o governo Vargas. Momentos antes de sair da prisão, ao ser questionado por um jornalista sobre a atuação em 1935 e sobre a postura diferente assumida pelo Partido Comunista no momento, Luís Carlos Prestes respondeu:

*Então, lutávamos contra a expansão nazista. É preciso fazê-lo de armas nas mãos. Hoje, porém, é diferente. O nazismo foi vencido com as mesmas armas que o mundo democrático empunhou, depois de anos de luta, na qual morreram e morrem brasileiros. O mundo libertou-se e o nazismo se acha positivamente extinto*²³.

Ao afirmar que a luta no contexto da redemocratização era outra, na qual não seria necessário o uso de golpes armados, o líder comunista expõe a necessidade de desfazer as “falsas interpretações” das rebeliões de 1935 e de definir uma nova postura política ao Partido. Era preciso contrariar a ativa campanha anticomunista. A luta assumia corpo distinto, tornava-se uma luta pela democracia e pela livre atuação política. Em seu primeiro discurso após a legalidade do Partido, Prestes, corroborando com a idéia acima, convoca o povo a lutar contra os inimigos da democracia, por um “Parlamento democrático” que garanta a realização de reformas sociais essenciais. Em outras palavras:

²² A entrada do Brasil na Guerra contra as forças do Eixo mobilizou o alinhamento do PCB ao movimento comunista internacional no sentido de apoiar os governos que combatessem o nazi-fascismo. A União Nacional fomentava o apoio dos brasileiros à política de guerra do governo Vargas para alcançarem a normalização democrática no país.

²³ Luiz Carlos Prestes afirma não ser mais necessário o uso dos golpes armados. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 04 abr. 1945, p. 3.

Longe pois de ser tratada como mero expediente tático, a democracia é erigida, no discurso de Prestes, em objetivo programático central dos comunistas brasileiros. (...) Nela [ele] fundamenta a nova visão comunista da revolução brasileira: não mais a do assalto frontal ao poder de Estado e sim a das reformas sociais orientadas pelo interesse convergente do povo e da nação. (MORAES, 1998, p. 165)

O novo momento exigiu do Partido Comunista uma atuação dentro do respeito à lei. Entretanto, a finalidade do Partido ainda era a “verdadeira” transformação da sociedade. O Estado democrático era visto como uma etapa da revolução, a qual estimularia o desenvolvimento do capitalismo de forma mais ampla, produzindo as bases necessárias à ação revolucionária²⁴.

Como as práticas experimentadas durante a clandestinidade não encontravam espaço nessa perspectiva, o Partido precisou definir novos planos de ação que incorporassem os desejos e necessidades imediatas “do povo e da nação”. Como explicitado anteriormente, a partir da Conferência da Mantiqueira (realizada em 1943), seguindo orientações provenientes de Moscou, o PCB lançou a política de União Nacional. A adoção de um discurso moderado permitiu o apoio a Vargas no combate ao nazi-fascismo e intentou aplacar a sensibilidade anticomunista. Até 1945 o Partido havia atuado como entidade legalmente constituída apenas por alguns meses. A organização procurava ser confiável, um partido da ordem, defendendo a legalidade do processo político e o progresso da nação.

O COMUNISMO EM MINAS GERAIS

Por ocasião do fechamento da Aliança Nacional Libertadora, a polícia política mineira varreu o território para cumprimento da ordem determinada pelo Governo Vargas, em 1935²⁵.

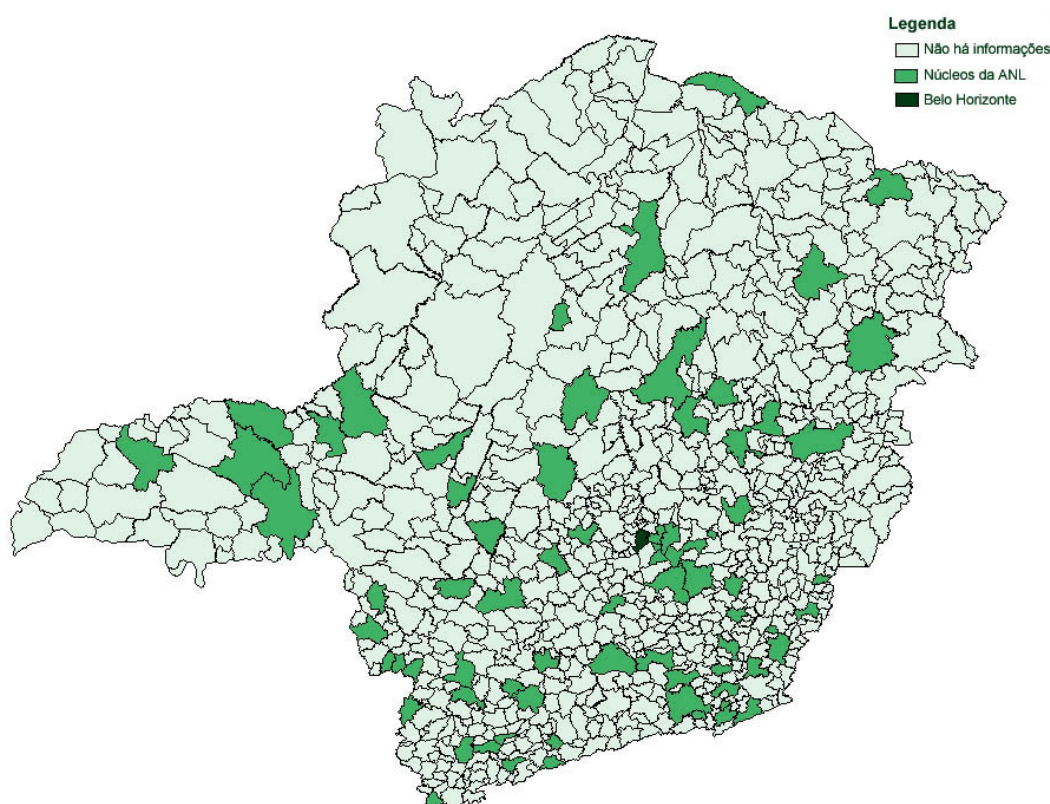
²⁴ As mudanças de estratégia do Partido Comunista verificadas após 1948 e, principalmente, com a divulgação do Manifesto de agosto de 1950, demonstram que a adesão à democracia institucional não estava profundamente enraizada entre os militantes.

²⁵ Diante da inexistência de estudos sobre os anos iniciais do Partido Comunista em Minas Gerais, ficamos impossibilitados de fornecer informações sobre o período anterior a 1935.

Um procedimento de rotina – o arquivamento dos processos e atas de fechamento dos núcleos encontrados – legou um conjunto documental muito significativo. Um breve exame dessa documentação é suficiente para se comprovar a existência de um número significativo de núcleos do movimento em todo o Estado.

No entanto, a intensidade com que se deu a formação e mobilização dos militantes em cada cidade ou região deve receber uma avaliação mais criteriosa. As informações encontradas nos arquivos policiais são esparsas e, em alguns casos, deficientes. Como enfatizado na **Apresentação**, não é em vão que se constata que a atuação dos comunistas nas Minas Gerais necessita de um estudo mais aprofundado, que conjugue distintas fontes históricas. Entretanto, não há como ignorar os indícios de que o PCB, mesmo antes da legalidade partidária, conseguira alcançar adeptos no território mineiro. Estude-se o mapa:

Mapa 1 - Núcleos da Aliança Nacional Libertadora²⁶



²⁶ Mapa construído com base nas informações do Arquivo do DOPS (APM Fundo DOPS) e a partir do programa DATASUS disponibilizado pelo Ministério da Saúde. Esclarecemos que é necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre a efetiva atuação desses núcleos em suas localidades.

Ressaltamos que, apesar do presente levantamento configurar como uma pesquisa a ser ampliada, verifica-se a permanência de algumas cidades como importantes pólos do comunismo no período posterior. Merecem destaque as localizadas nas proximidades das divisas com os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao longo do processo de leitura dos documentos verificou-se, na década de 1930, a freqüente troca de correspondências entre o Comitê Central do Partido e os representantes regionais. Correspondências estas que incitavam a integração dos núcleos existentes no Estado, como no documento a seguir, que trata, entre outras coisas, da transferência do Comitê Regional de Minas, localizado até então na cidade de Juiz de Fora, para Belo Horizonte.

Há um equívoco dos camaradas a respeito deste [do Comitê Regional]. Anteriormente, como não havia nessa capital nenhum organismo do Partido e porque Juiz de Fora era uma Zona industrial havíamos resolvido localizar ali a sede da região mineira. Entretanto, depois verificamos que os companheiros daquela cidade estavam fracos para esta incumbência e isto iria de alguma forma prejudicar o nosso trabalho. Dahi resolvemos transferir para essa capital a sede da região e, neste sentido, lhes escrevemos e aos camaradas de Juiz de Fora. Depois disto recomendamos aos camaradas organizar ahi a Zona ou Zonas que forem necessárias, o que, de modo nenhum quer dizer que a sede da região não esteja localizada ahi. Como os camaradas sabem, além do C.R. é necessário organizar a ou as Zonas, que são constituídas das cellulas de um ou mais bairros da cidade e, às vezes, de uma cidade, villa aldeia etc. Os camaradas em vez de pedir deverão enviar instruções para Juiz de Fora, e tanto isto é certo, que os camaradas desta última cidade enviaram para ahi as papeletas dos novos adherentes²⁷.

A principio os trabalhos de organização do Partido no Estado esbarravam no desconhecimento dos próprios membros sobre o funcionamento da máquina partidária. Tudo indica que por mais que se buscassem a integração, os núcleos funcionavam desarticulados,

²⁷ Carta do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil ao Comitê Regional. Rio de Janeiro, 18 jan. 1930. APM Fundo DOPS – Pasta 3834.

ficando na memória apenas ações isoladas de alguns adeptos mais destacados. Marco Antônio Tavares Coelho²⁸ indica também que a atuação nos meios operários ainda era restrita:

O aliciamento nos meios operários se restringia a certos núcleos ferroviários da Central do Brasil, da Rede Mineira de Viação e da Leopoldina, além do que se fez na mina de Morro Velho e entre gráficos e jornalistas aglutinados na UTLJ (União dos Trabalhadores em Livros e Jornais). (2000, p.57)

Mesmo diante da tradição conservadora do Estado, e apesar dos percalços na mobilização de integrantes, algumas cidades – como Juiz de Fora e Uberlândia – destacaram-se nesse período²⁹ (e nos posteriores) como focos da “erva daninha do comunismo”. Diferente de Juiz de Fora, Belo Horizonte ainda não contava com um parque industrial desenvolvido, o que não impediu a atuação do Partido Comunista na cidade. Os adeptos foram encontrados em outros setores da sociedade, sendo os primeiros integrantes, em sua maioria, alfaiates, ferroviários e jornalistas.

No início da década de 1940 Minas Gerais era um Estado ainda fortemente marcado pela atividade agropecuária. O Estado contava 6,8 milhões de habitantes, dos quais apenas um quarto estava concentrado em áreas urbanas – mesmo assim, em um grande número de pequenas cidades, vilas e povoados³⁰. O lançamento da Cidade Industrial de Contagem (1940) inseriu-se num quadro de medidas tomadas com o intuito de promover a industrialização e urbanização do Estado. Tal empreendimento não logrou o efeito esperado imediatamente devido às deficiências de infra-estrutura e dos sistemas de transporte. Contudo, esta medida foi primordial a futuras iniciativas de “aparelhamento” do Estado, visando-se seu crescimento participativo na economia nacional.

²⁸ Jovem universitário aderiu ao Partido no início da década de 1940. Durante a legalidade, foi presidente do Comitê Municipal de Belo Horizonte e atuou com destaque nos meios estudantis. Posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro, tendo sido eleito deputado federal pela Guanabara e ascendido ao Comitê Central do Partido. Foi preso em 1975 em meio à onda de repressão que desmantelou a direção do PCB.

²⁹ Lembremos a ilegalidade do Partido.

³⁰ Informações extraídas do estudo sobre as Constituintes Mineiras produzido pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O predomínio rural não se adequava ao novo modelo, que primava pela supremacia do urbano, do industrial e do “democrático”. Sob este prisma, a derrocada do Estado Novo e o processo de redemocratização representaram o início de um novo momento na história brasileira e mineira.

Minas Gerais, expoente da repudiada “política das oligarquias” no passado, não ficaria indiferente às mudanças trazidas pelos novos tempos. Porém, os novos ventos políticos não foram capazes de alterar as forças políticas predominantes no Estado. O que se verificou nas primeiras eleições estaduais, em 1947, foi o forte peso dos partidos conservadores (PSD, UDN e PR, sendo este último de alcance basicamente regional).

Muitos estudiosos³¹ ressaltam que o sucesso de políticos tradicionais e conservadores resultou da falta de um operariado industrial organizado em Minas no período. Eis uma das possíveis razões do Partido Comunista do Brasil não ter exibido uma participação de destaque nas eleições para a Assembléia Constituinte Estadual, conseguindo eleger apenas um deputado.

Entretanto, cabem aqui considerações sobre esse pleito. Para garantia de sucesso nas eleições, as novas siglas partidárias apoiaram-se na campanha por um único candidato em várias zonas eleitorais, revelando o predomínio de uma política personalista em algumas regiões: “Assim, dezoito dos 29 deputados do PSD recolhem, cada um, mais de 80% dos seus votos em, no máximo, **três** zonas eleitorais (geralmente vizinhas), sendo que quatro parlamentares obtêm quase toda a sua votação em **uma** zona eleitoral apenas” (ALMG, 1989, p. 242).

A análise da votação dos parlamentares, através dos focos de concentração dos votos, indicou claramente a vinculação dos candidatos à política municipal ou às famílias

³¹ Conferir informações em GIROLETTI, Domingos Antonio. *A Modernização capitalista em MG: a formação industrial de uma nova cosmovisão*. Tese de Doutorado – UFRJ, Rio de Janeiro, 1987, SILVA, Harley. *Modernização agrícola e padrões de desenvolvimento urbano em MG: uma tipologia a partir de técnicas de análise multivariada*. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), realizado em Caxambu, de 18 a 22 set 2006.

tradicionais. As referências biográficas dos parlamentares eleitos³² demonstram que a maioria já havia exercido algum cargo político (em grande parte, prefeitos ou vereadores); atuado profissionalmente como médicos e advogados³³; ou era descendente ou apadrinhado de famílias políticas tradicionais nos municípios das zonas eleitorais em que tiveram maior número de votos³⁴.

Assim, o desempenho do Partido Comunista nas referidas eleições – mesmo diante do pouco alcance obtido – merece destaque. A eleição de um deputado, sem vínculos com as políticas locais e com votação equilibrada nas zonas eleitorais com maior concentração dos votos, indica que o PCB conquistara adeptos que rompiam com os laços da política tradicional e conservadora.

No cenário da redemocratização, o Partido representava um agente coletivo lutando por transformações na sociedade. Embora nas eleições municipais de 1947 o registro do PCB já tivesse sido cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral, lideranças comunistas buscaram abrigo em legendas de outros partidos, alcançando relativo sucesso no pleito. Foram eleitos o vice-prefeito de Raposos e vinte e dois vereadores no Estado, em cidades como Belo Horizonte, Nova Lima, Juiz de Fora, Uberlândia, Pouso Alegre, Poços de Caldas e Aimorés.

O trabalho de reorganização do Partido Comunista em Minas Gerais teve início mesmo antes da legalidade e, curiosamente, apesar das dificuldades, logrou arregimentar adeptos e simpatizantes entre maçons e espíritas. A conquista de novos membros se deu por outros meios, que ultrapassaram os ideais revolucionários:

O trabalho para reorganizar o Partido no Estado no período de 1943 até 1945 foi difícil, e os passos à frente eram milimétricos. Contribuía para isso o fato de nenhum de nós termos um passado de lutas, prisões e sacrifícios, o que contribuía para muitos velhos comunistas mineiros não confiarem em nós e no trabalho que fazíamos. Curiosamente, pouco a pouco fomos descobrindo e arregimentando companheiros na maçonaria e no espiritismo.

³² Ver ALMG – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947 – uma análise histórica*, 1989.

³³ Em alguns casos, o exercício dessas profissões se dava no interior de órgãos públicos.

³⁴ Ver ALMG – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Op. cit.

[...] A maioria daqueles que haviam aderido ao Partido apenas desejava um a sociedade menos injusta, mais igualitária; outros, pela admiração a Luiz Carlos Prestes e à União Soviética; outros mais, em virtude de sua identificação com as lutas operárias e pelo seu interesse em fortalecer as organizações sindicais de que participavam. (COELHO, 2000, pp. 57-58).

A legalidade do Partido permitiu a instalação de todo mecanismo partidário (direção, comitês, células, etc.) necessário à penetração nos meios sociais. Não se esperou muito para que esses instrumentos alcançassem o território mineiro: em pouco mais de um mês após a legalidade (30 jun. 1945), o Estádio do Paisandú, localizado na parte posterior da Feira de Amostras, recebeu cerca de três mil pessoas na instalação do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil. Em seu discurso, o representante regional, Armando Ziller, acentuou o contentamento dos comunistas pelo ingresso do Partido na legalidade, depois de vinte e três anos de luta subterrânea, aproveitando a oportunidade para divulgar o PCB e “combater as calúnias atiradas pelos fascistas aos comunistas”. Ele expõe: “Nós temos família e sabemos prezar esse sentimento tão nobre do nosso povo. Muitos de nós acredita em Deus. O comunismo não combate nenhuma religião. Aceita e respeita todos os credos religiosos”³⁵.

Tendo em vista o estereótipo de Minas Gerais como um Estado conservador e tradicional, bem como ponderando a cobertura jornalística do evento, é evidente que o apelo do orador a valores como a “família” e a “religião” se dá como artifício que contraria as informações divulgadas pelo anticomunismo católico. Prezando tais valores, a organização partidária comunista angariava novos adeptos.

Coelho observa a apreensão de Armando Ziller na véspera da instalação do Comitê Estadual. Em seu relato, o autor traduz o clima de desconfiança e receio em relação à legalidade do Partido Comunista:

Meu amigo estava preocupado com o discurso que teria de fazer, chegando mesmo a escrever longas notas, com receio de falar de improviso. Todavia, a causa maior de sua apreensão é que iria ‘aparecer’ como a principal figura comunista de Minas, quando até então era um mero

³⁵ *Relatório de investigações policiais*. Belo Horizonte, 02 jul. 1945. APM Fundo DOPS – Pasta 4905.

dirigente sindical dos bancários. Afinal, vir à luz do dia, com nossa verdadeira face era dar um passo no desconhecido. (2000, p. 77)

A mesa de instalação do referido comitê reuniu representantes do Governo Estadual, das forças policiais (civil e militar)³⁶, de emissora de rádio local, da Federação Espírita, do próprio Partido, entre vários outros. A presença de autoridades tão diferentes revela indícios de que havia, efetivamente, uma tentativa de se constituir bases mais amplas ao Partido Comunista. Na visão dos comunistas, não havia restrições para se engajar na luta pela democracia, um bem de todo o povo, sendo o Partido o mais “fiel” dos “soldados”.

Os oradores também renderam homenagens àqueles que tombaram lutando pelos ideais comunistas em Minas, enfatizando que o movimento comunista era o verdadeiro “herdeiro” das revoltas de Tiradentes, Felipe dos Santos e de Teófilo Otoni, sendo este “precursor da burguesia progressista”³⁷. Para além do combate à propaganda anticomunista, os discursos buscavam vincular o projeto comunista à própria história mineira. Nesse entendimento, o próprio passado mineiro – incluindo-se seus “heróis” – era interpretado como prenúncio do efetivo apoio às ações comunistas na luta em defesa da democracia. Posteriormente neste estudo serão observados os distintos atos públicos dos comunistas e sua relação com o resgate e resignificação da história.

Outro aspecto interessante desse evento é o local escolhido para a reunião. O Estádio Paisandú fazia parte do conjunto arquitetônico que englobava a Feira de Amostras, inaugurada em 1935 durante o governo do Interventor Benedito Valadares. Àquele espaço coube a função de ser o “cartão de visitas” de Minas Gerais. Ali eram expostas as riquezas naturais e minerais do Estado, visando-se demonstrar seu “progresso” e “grandiosidade”:

³⁶ Ibidem. O próprio delegado de ordem política e social (Luiz Alves Valadão) recebeu o convite do Partido para comparecer ao evento de instalação do comitê. O delegado não foi, mas providenciou a vigilância adequada, ordenando que cinco policiais se infiltrassem no evento e colhessem todas as informações necessárias.

³⁷ Ibidem. Essa remissão à história mineira não seria privilégio do PCB. Entretanto, para os comunistas, resgatar a memória de revoltas e heróis assumiu a tônica de promover a ação política rumo à futura transformação da sociedade.

*Inumeras personalidades ilustres do paiz e do estrangeiro que nos visitam têm exteriorizado sua verdadeira admiração ante essa obra esplendidamente grandiosa, que espelha, nos seus magníficos departamentos, a suntuosa grandeza de Minas, quer no triunfo das atividades humanas, quer nos tesouros infinitos do seu sub-solo.*³⁸

No mesmo edifício da Feira de Amostras encontrava-se a Rádio Inconfidência, “poderosa emissora com 140.000 watts na base e 22.000 watts na antena”³⁹. O rádio assumiu importância significativa como instrumento de popularização e legitimação do regime estadonovista. Neste sentido, a Feira de Amostras pode ser vista como um “espaço da ditadura”. A emissora estatal ali instalada foi durante muito tempo importante aliada na divulgação dos feitos do Estado Novo e, conseqüentemente, do próprio governo de Benedito Valadares. Já o espaço de exposições servia de palco para apresentação dos resultados da administração “progressista” empreendida pelo governo no Estado.

A ocupação do Estádio Paisandú (localizado atrás do prédio da Feira de Amostras) para instalação do Comitê Estadual do Partido Comunista representou, guardadas suas devidas proporções, um assalto “pelos fundos” a um espaço antes consagrado ao domínio do Estado Novo.

Esse evento, bem como os famosos comícios proferidos por Luís Carlos Prestes nos estádios Pacaembu (SP) e São Januário (RJ), ocuparam lugares consagrados pela liturgia política de construção do mito varguista. O uso desses espaços e o formato conferido às manifestações representaram a intenção do Partido Comunista em se apropriar de práticas políticas referendadas por alguma eficácia em termos de comunicação de massa.

³⁸ ALBUM DE BELO HORIZONTE – 1940. Organizado por Darli Vieira Campos. (fac-símile). In: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE/MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. *Juscelino Prefeito (1940-1945)*, abr. 2002.

³⁹ *Ibidem*.

OS MOVIMENTOS DEMOCRÁTICOS – PRENÚNCIO DE MUDANÇAS

A luta contra a ditadura do Estado Novo em defesa das liberdades democráticas fez renascer no cenário político o movimento de massas. O ano de 1945 foi representativo, evidenciando o surgimento das bases da democracia no Brasil⁴⁰. A ocupação das ruas, passeatas, comícios e outras manifestações realizadas por elementos revolucionários e conservadores eram então eventos cotidianos.

Entre os movimentos que se destacaram no período estão as campanhas pela anistia dos presos políticos e as comemorações relacionadas com o fim da Guerra. Como a atuação dos manifestantes se deu ainda durante o regime estadonovista, tais movimentos têm a veia emblemática de uma nova cultura cívica que se instalava no país. Foram, entre outros fatores⁴¹, os responsáveis pela instauração de um clima de mobilização política de oposição ao Estado Novo, até então sem precedentes. A reivindicação de direitos civis tornava-se essencial para a ampliação dos direitos políticos no país, principalmente no que tange ao direito do voto:

Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente, mas ficam esvaziados de conteúdo e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos. Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamento livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade (CARVALHO, 2002, pp.09-10).

Nesse sentido, a Campanha pela Anistia (ao reivindicar a liberdade dos presos políticos e o retorno dos exilados) clamava pela liberdade de opinião e, conseqüentemente, de organização – direitos estes tolhidos pelo Estado Novo àquelas pessoas.

⁴⁰ Segundo José Murilo de Carvalho, o ano de 1945 “deu início à primeira experiência que se poderia chamar com alguma propriedade de democrática em toda história do país”. Ver CARVALHO (2002, p. 87).

⁴¹ A política centralizadora do regime acabou por sufocar as lideranças regionais, que, diante das contradições do Estado Novo, também reivindicaram espaço no quadro político nacional, influenciando sobremaneira os movimentos pela democracia naquele momento.

Em março de 1945, uma malograda ação da polícia política de Pernambuco, coibindo uma manifestação contrária ao Estado Novo, provocou a morte de dois manifestantes (um estudante universitário e um comerciante), sendo alvo de críticas e protestos das forças oposicionistas. Ao que parece, a repercussão negativa do fato provocou uma onda de repulsa e indignação que se espalhou pelo país, abalando as estruturas do Estado Novo. Em Minas, verificamos que tal fato foi o principal motivador da primeira grande manifestação em apoio às liberdades de manifestação no período (ver **Figura 1**). No dia 18 do mesmo mês noticiava-se a formação do Comitê Pró-Anistia em Belo Horizonte: “Órgão democrático, não terá, todavia, caráter faccioso, justamente pela amplitude de sua finalidade e para obedecer ao espírito amplo com que foi levantado pelo povo brasileiro”⁴².

O movimento se apresentou sem vínculos partidários, mas não impediu a filiação e, inclusive, a participação de militantes comunistas na direção da organização estadual⁴³ – mesmo porque grande parte dos presos políticos deveria ser comunista. Seu principal objetivo estava enunciado na primeira cláusula do Manifesto-Programa:

*O Comitê Pró-Anistia terá como finalidade coordenar, dirigir e incentivar o movimento em prol da Anistia ampla e irrestrita aos presos por crimes políticos e correlatos, como medida básica e inadiável à rápida e completa democratização do país*⁴⁴.

⁴² Comitê pro anistia. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 mar. 1945, p. 8.

⁴³ Mesa Diretora - Presidentes de honra: Generais Heitor Borges e Manuel Rabelo; Presidente: Antônio Joaquim de Almeida; 1º Vice-presidente: João Edmundo Caldeira Brant; 2º Vice-presidente: Valdemar Versiani dos Anjos; 3º Vice-presidente: Aníbal Vaz de Melo; 4º Vice-presidente: Murilo Rubião; Secretário geral: Bolívar de Freitas; 1º Secretário: Luiz de Carvalho Bicalho (comunista); 2º Secretário: João Camilo de Oliveira Torres; 3º Secretário: Clemente Luz; 1º Tesoureiro: José Monteiro de Castro; 2º Tesoureiro: Bolívar Drumond. Os comunistas, em grande parte, estavam lotados na Comissão Trabalhista, a saber: Presidente: Augusto Gilbert e membros: Sebastião Maurício da Silva, Luiz Ozório Pereira de Albuquerque, Adelino Roque Vieira, Moacir Sales, Domingos Moutinho, Ivan Bambirra, Ernani Maia, Armando Ziller, Luiz Fontoura e Nelson Gomes. Marco Antonio Tavares Coelho fazia parte da Comissão Estudantil. Para relação completa dos componentes do Comitê Pró-Anistia ver: Um grande comício sábado, na Capital, pro anistia. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 mai. 1945, p. 03.

⁴⁴ Anistia ampla e irrestrita, providencia basica e inadiavel. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05 mai. 1945, p. 3.



**Figura 1 – Estado de Minas, 15 mar. 1945, p. 03.
Comício realizado nas imediações da Faculdade de Direito – Belo Horizonte**

A anistia, uma demanda que podia parecer necessidade específica de alguns grupos da sociedade, tomava ares de um desejo mais amplo e ganhava força em vários pontos de Belo Horizonte. No curto período de existência (pouco mais de um mês), o Comitê empreendeu significativa mobilização popular nas ruas da cidade. Foram realizadas duas grandes concentrações públicas, sendo uma delas inclusive transmitida pela Sociedade Rádio Mineira.

Aproximadamente cinco mil pessoas compareceram ao comício realizado em 14 de abril de 1945 na Praça da Estação. Fiel ao princípio democrático, o Comitê conseguiu reunir um grupo de oradores bastante eclético que contava com representantes das “classes conservadoras”, dos estudantes, das classes jornalísticas, dos esquerdistas, dos intelectuais, incluindo-se ainda um operário, uma mulher, representantes das Forças Armadas, entre outros setores. Todos unidos em torno de um objetivo comum: a derrota do regime autoritário, não importando o credo ou a opção política de cada um.

Não há como negar que a conjuntura instalada em 1945 evidencia a ampliação da participação política, permitindo com que as reivindicações de parte da população, antes renegadas ao segundo plano, viessem à tona. O movimento em defesa da Anistia combateu um conjunto de instituições responsáveis pelo controle e pela repressão da opinião pública, mantendo o regime autoritário. É válido informar que não somente a liberdade dos presos

políticos e o retorno dos exilados, mas também o encerramento das atividades do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e do Tribunal de Segurança Nacional eram reivindicados pelo Movimento. Em outras palavras, a liberdade reclamada ultrapassava o direito de ir e vir e incorporava a necessidade de se instalar um debate sobre os rumos da cidadania brasileira.

“Anistia para todos” era o lema. No entanto, reivindica-se especialmente a liberdade do “grande líder revolucionário” Luís Carlos Prestes, preso desde 1936, “o único capaz de salvar o Brasil”⁴⁵. Não seria errôneo afirmar que o Partido Comunista soube se apropriar do mito de Prestes, já existente mesmo antes de sua entrada na organização partidária, concomitantemente contribuindo de maneira fundamental para a composição de sua imagem de “grande líder”. O apelo popular e a singular trajetória pessoal do líder comunista permitiram que o revolucionário fosse “cultuado” para além das bases do Partido. Exemplo disso são as poesias (proclamadas e/ou distribuídas) e os panfletos lançados por ocasião das manifestações a favor da anistia.

A poesia reproduzida abaixo – ANISTIA!⁴⁶ – clama pela liberdade, não como caridade, concessão, mas como direito. O autor conclama seus irmãos (a nação) a cantar cânticos agrestes – ásperos, fortes – e indica que a cantiga deve prosseguir como num ritual para que a liberdade seja alcançada. Em nome de Tiradentes⁴⁷, o povo é convidado a entoar o canto e a lutar pela liberdade de Luís Carlos Prestes, irmão dos operários, dos trabalhadores e “também um nosso irmão”.

⁴⁵ *Relatório de investigações policiais*. Belo Horizonte, 10 mai. 1945. APM Fundo DOPS – Pasta 3835. Fala de um manifestante durante a realização de comício na Praça Sete, em Belo Horizonte. Segundo as investigações policiais tratava-se de vendedor de livros subversivos.

⁴⁶ Anistia!. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 mai. 1945, p.3. Há indícios de que a poesia também foi distribuída entre populares durante as manifestações. Celso Bonfim ficou conhecido como poeta capixaba, porém na época em que escreveu a poesia reproduzida nesse estudo era estudante de Direito e, provavelmente, simpatizante dos ideais comunistas.

⁴⁷ O mito de Tiradentes, como grande herói da liberdade, também foi construído, fruto do resgate de sua imagem, realizado pelas elites, durante a implantação do regime republicano no Brasil. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

Como já ponderado, os “heróis da liberdade” eram muitas vezes convocados como forma de sustentar os discursos, estabelecendo relação direta entre os sucessos do passado e a luta travada naquele momento. Além disso, no caso da presente poesia, percebe-se ainda a necessidade de se expor o ideal de igualdade, no qual todos são irmãos, presos, operários, trabalhadores, sem evidentemente nos esquecermos de Prestes.

ANISTIA!
Celso Bonfim

*Em nome de Tiradentes,
joguem fora os grilhões;
que se partam as correntes,
que se abram as prisões.
O povo todo proclama,
da voz da Pátria que clama
pela carta de alforria.
E da terra ao infinito,
nós ouvimos um só grito,
ANISTIA!*

*Em nome da liberdade,
pela paz, pela união,
sobe a voz da mocidade,
mais forte do que o trovão;
e ao bravo povo mineiro,
como a todo brasileiro,
um pensamento alumia:
– Retornem os exilados,
que não haja encarcerados,
ANISTIA!*

*Operário do gigante,
trabalhador da nação,
o regime agonizante
aprisiona vosso irmão.
Queremos a liberdade,
mas não como caridade,
pois não somos feitoria.
E nos esforços supremos,
gritemos, irmãos, gritemos,
ANISTIA!*

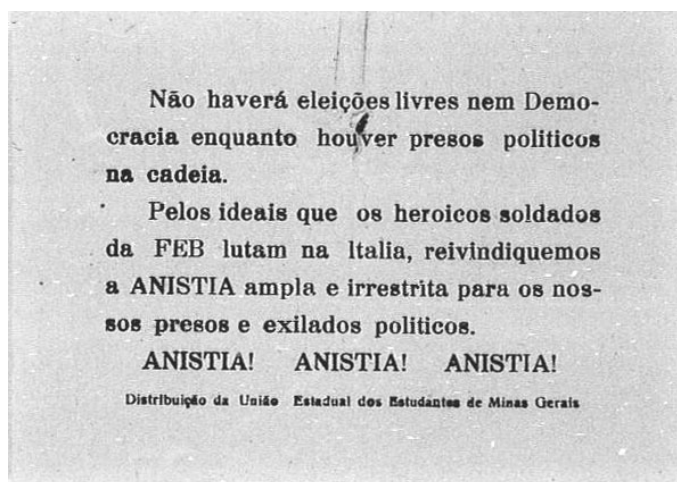
*Cantemos nossa canção,
nossos cânticos agrestes,
porque Luis Carlos Prestes
é também um nosso irmão.
São tantos os presos, tantos,
que nos olhares há prantos,
para a nossa liturgia:
– Retornem os exilados,
que não haja encarcerados,
ANISTIA!*

Não por acaso, quando a incomunicabilidade de Prestes foi suspensa, os jornalistas enfatizavam, com certo assombro, o fato de que o líder comunista, mesmo tendo permanecido preso durante nove anos, apresentava-se com “excelente memória, boa fisionomia e nervos de aço”⁴⁸. Um homem “superior”, que “não se deixou abater” diante das dificuldades: assim era apresentado à sociedade. À imagem de “homem de nervos de aço” era adicionada a de “homem sensível”: na época um jornalista comunista revelava que, em sua primeira entrevista, Prestes fez questão de mostrar uma fotografia da filha (Anita Leocádia Prestes),

⁴⁸ A incomunicabilidade de Prestes foi rompida. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 mar. 1945 p.3.

admirado com o seu crescimento. Não era preciso entrar em detalhes ou tecer comentários sobre a história de sofrimento que separou aquele pai de sua filha. O tempo passara. O mito ganhara a alma de homem, melhor dizendo, de pai. Por esse e outros motivos o líder comunista caía no gosto das massas e ampliava consideravelmente a popularidade da luta pela anistia.

Em 18 de abril daquele ano os prisioneiros políticos foram libertados – entre eles estava Prestes. Concedida a anistia, o Comitê Pró-Anistia estadual perdeu sua razão de existir e, em nota publicada em jornal local, comunicava sua extinção à população. A doação do saldo das contribuições ao fundo de assistência da Força



**Figura 2 – APM Fundo DOPS - Pasta 3835
Volante distribuído nas ruas de Belo Horizonte**

Expedicionária Brasileira (FEB) era um indício da aproximação entre as lutas internas e externas do país.

Por bem dizer, os combatentes da FEB eram enaltecidos nos jornais impressos e nas emissoras de rádio. A Guerra ainda não findara, mas a vitória dos Aliados era iminente e não tardou. Em 07 de maio de 1945 as emissoras de rádio locais anunciavam que a Alemanha depusera as armas, entregando-se aos exércitos democráticos. As ruas de Belo Horizonte foram tomadas, não houve expediente nas repartições públicas, o comércio cerrou as portas, os professores e estudantes festejaram nas escolas e as casas de diversão não funcionaram naquele dia.

A vitória das forças aliadas era, sem dúvida, motivo de comemorações, visto que representava o triunfo da democracia sobre os regimes nazi-fascistas. A ocupação dos espaços

e vias públicas por representantes de todas as classes populares demonstrava que as estruturas do regime autoritário do Estado Novo foram, pelo menos naquele momento, condescendentes com as manifestações populares: “Numerosos grupos de pessoas desfilavam pela cidade, entre entusiasmáticos aplausos, conduzindo retratos dos líderes vitoriosos e pavilhões das Nações Unidas”.

Todos os países vitoriosos eram enaltecidos, inclusive a União Soviética. A “vigorosa” colaboração do Brasil no esmagamento dos “inimigos da humanidade” era saldada com uma salva de 21 tiros de canhão no centro da cidade. Na Avenida Afonso Pena, “artéria principal da cidade, realizaram-se passeatas e diversos comícios espontâneos de enaltecimento dos feitos dos exércitos democráticos”. A festa tomou conta da cidade, “ranchos carnavalescos desceram a cidade, entoando, sob aplausos, canções populares, emprestando vivo colorido às manifestações”⁴⁹.

As manifestações brindavam o sucesso das forças aliadas, propiciando um ambiente favorável à exaltação das conquistas democráticas. A cidade foi tomada com as mais diversas expressões de regozijo, incorporando desde passeatas, comícios, comemorações militares e até mesmo um carnaval improvisado. As vias públicas, praças e coretos tornaram-se palcos da festa democrática.

Com as eleições convocadas para dois de dezembro e diante das conquistas dos movimentos democráticos, principalmente das campanhas pela anistia e da vitória aliada na Segunda Guerra Mundial, as forças políticas então vigentes travariam verdadeiro combate em relação às origens intelectuais dos movimentos.

As manifestações descritas acima (campanha a favor da anistia e comemorações pelo fim da Guerra) trouxeram para a cena pública reivindicações e imagens posteriormente reclamadas pelos grupos políticos brasileiros. O Partido, ciente da necessidade de conquistar

⁴⁹ Todas as referências às manifestações ocorridas foram extraídas de reportagens publicadas pelo jornal *Estado de Minas* nos dias 07, 08, 09 e 10 mai. 1945.

novos adeptos, não fugiria à regra. A herança política dos movimentos democráticos seria reivindicada tanto por conservadores como pelo PCB. Entretanto, os argumentos usados pelo Partido Comunista seriam pautados na necessidade de êxito na luta pela democracia e na ampliação efetiva da cidadania entre as camadas populares.

O Partido Comunista promoveu verdadeira campanha para a formação de associações de ex-combatentes e elevou os pracinhas da FEB à categoria de heróis nacionais. A campanha pela anistia ampliou o apelo popular de Luís Carlos Prestes, que assumiu a “encarnação dos ideais revolucionários brasileiros”:

[...] *MONTE CASTELO, CASTEL NUOVO, MONTENSE, e tantas outras grandes vitórias corresponderam, em nossas marchas, às Liberdades Públicas, à Convocação das Eleições, à Anistia, às conquistas democráticas que culminaram com a legalidade do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, pela qual tanto lutaram e sofreram os melhores filhos do proletariado das cidades e dos campos.*

No terceiro aniversário de tão transcendente fato histórico, que comemoramos já num clima de vitória, de paz e de ascenso democrático, o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, que sempre esteve na vanguarda da luta contra o fascismo e a quinta-coluna, na vanguarda dos movimentos de apoio e ajuda à FEB rejubila-se entusiasticamente com o povo e com o proletariado do Brasil:

Cumpre-nos agora terminar a derrota militar do fascismo com a derrota política e moral de todos os seus remanescentes, impedindo que eles se rearticulem. Organizando e esclarecendo o nosso povo, consolidaremos as conquistas alcançadas e marcharemos para novas; teremos eleições livres e honestas; liquidaremos o fascismo e seu agente integralista.

[...] *Todo o povo às urnas, a 2 de dezembro próximo, por eleições livres e honestas, pela Assembléia Constituinte!*⁵⁰

O panfleto explicita uma estreita relação entre as batalhas travadas durante a Guerra e as lutas internas contra o regime ditatorial. A legalidade do Partido é vista como o resultado dessas lutas e, por conseguinte, da luta de todos os trabalhadores – urbanos e rurais – e dos pracinhas da FEB. O panfleto evidencia o papel do Partido como vanguarda das forças revolucionárias, indicando que esta organização sempre esteve à frente do combate ao fascismo. Porém, a batalha ainda não chegara ao fim: seria necessário vencer “politicamente”

⁵⁰ 22 de Agosto de 1942 – 22 de Agosto de 1945 – *Morte ao Fascismo!* Panfleto produzido pelo Comitê Estadual do PCB em comemoração aos três anos da convocação da Força Expedicionária Brasileira. Ago/1945. APM Fundo DOPS – Pasta 4905.

o que restava do fascismo. Eis que ao expor a origem e a íntima relação do Partido com as conquistas democráticas, conclama a imprescindível organização e o efetivo esclarecimento do povo na consolidação das conquistas e na realização de eleições “livres e honestas”.

É curioso observar que não há menção ao Presidente Getúlio Vargas como um dos inimigos que devem ser derrotados. Isso pode ser explicado pelo alcance do movimento queremista⁵¹ entre os trabalhadores e pela estratégia do Partido Comunista que, para garantir a realização das eleições, içou a bandeira “Constituinte com Getúlio”.

As homenagens à Força Expedicionária Brasileira e às conquistas de 1945 não ficaram restritas às campanhas eleitorais. Como veremos mais adiante, essas lutas foram responsáveis por comemorações, comícios, festivais e outras ações do Partido ao longo do período que se seguiu às eleições.

BELO HORIZONTE: UM CAMPO DE CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES

À medida que nosso objetivo é compreender como o Partido Comunista atuou no espaço público a partir da democratização de 1945, buscamos também perceber os procedimentos no uso e na apropriação do espaço urbano pelos militantes.

As manifestações políticas instauraram uma leitura diferenciada do urbano. Ao ocupar determinados espaços, inauguraram novos sentidos para esses lugares. A praça, a rua, a esquina perderam, por alguns momentos, a função de territórios de passagem e assumiram o papel de palco na celebração de rituais políticos:

*[...] a História é o estudo do Homem no **Tempo** e no **Espaço**. As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social. (BARROS, 2006, p.462)*

⁵¹ Na comemoração do 15º aniversário da Revolução de 1930, Getúlio Vargas discursa: “Venho recebendo de todos os recantos do país, através de milhares de telegramas, cartas e notícias de comícios públicos, insistentes apelos [...]”, revelando sua pretensão continuísta. Apud DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro (CPDOC-FGV). Em www.cpdoc.fgv.br, p. 33. Acesso em ago. 2007.

O espaço é, pois, socialmente produzido, resultado das ações e inter-relações humanas. Já que a produção social do espaço se dá num processo constante, ela é essencialmente histórica. Para o historiador, os espaços/lugares estão impregnados de memórias e significações resultantes de experiências e vivências em diferentes temporalidades. Ao conjugarmos o estudo das atividades públicas dos comunistas com a ocupação dos espaços físicos da cidade, visaremos lugares da memória comunista, sejam eles físicos ou imaginários.

Em 1945, Belo Horizonte contava cerca de 230 mil habitantes⁵². Ao se aproximar do seu cinquentenário e à vista das reformas urbanísticas promovidas por Juscelino Kubitschek, a capital distanciava-se das paisagens empoeiradas e da chamada “cidade dos funcionários”. A partir desse momento verificamos uma diversificação sócio-cultural do ambiente urbano. A sede pelo progresso, pela modernização pôde ser observada na expansão dos serviços urbanos na área central, na criação da Cidade Industrial e no incremento ao processo de industrialização impulsionado pela Segunda Guerra Mundial. Belo Horizonte era,

em termos de expectativas, perspectivas e projetos, uma província a ponto de transformar-se em metrópole. Os discursos que proclamam (e criam) essa possibilidade possuem uma preocupação recorrente em que a cidade, voltada para o futuro desde a sua construção, mantenha sempre nova a sua fachada, sobretudo o seu “cenário” central, a “sala de visitas” da cidade. (CHACHAM, 1994, p. 17)

Milton Santos adverte que devemos ter o espaço como conjunto indissociável, formado por um sistema de objetos e de ações, respectivamente. A cidade não pode ser representada pura e simplesmente na natureza do espaço físico e inerte que a sustenta. Os objetos são produtos do processo social; as ações o próprio processo, ambos plenamente históricos e, portanto, em permanente transformação. As cidades são as coisas e de fato são as coisas movidas pela ação do homem.

⁵² *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano VI - 1941/1945. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1946.

O centro, para além de espaço de negócios, concentrando os estabelecimentos comerciais mais sofisticados e os primeiros arranha-céus, tornou-se palco de manifestações políticas e sociais. A modernização dos espaços urbanos acompanhou os surtos de mobilização política verificados, substancialmente, no perímetro da região central.

Há que se pensar, como completa Santos (1994, p. 15), que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”. Entendemos que o território usado se manifesta como sinónimo de espaço humano, de espaço habitado. A cidade contém territorialidades sobrepostas. Nessa perspectiva, as manifestações comunistas, como comícios e atos públicos, imprimem ao espaço um sentido de território por um período de curtíssima duração. Fronterizando-se, demarcam espaços de poder:

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças, monumentos, transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas (ARANTES, 1994, p. 191).

A análise de Arantes parte da observação do cotidiano da cidade, dos caminhos trilhados pelos trabalhadores, dos espaços erguidos e ocupados, refere-se a uma cidade bem diferente de Belo Horizonte na década de 1940 – é São Paulo na década de 1990. Mesmo assim, fornece-nos contribuições valiosas, adverte-nos que os espaços socialmente criados, como nos expõe o excerto acima, não formam um mosaico facilmente identificado. Pelo contrário: os territórios se sobrepõem, entrecruzando-se de modo complexo.

É prudente observar que no momento em que as ruas e praças de Belo Horizonte se transformaram em palanques e palcos de manifestações, passaram a ser territorializadas de acordo com as relações sociais, constituindo-se – no decorrer da manifestação – também em espaço imaginário, marcado pelo compartilhamento simbólico. Os militantes e simpatizantes comunistas estabeleceram uma leitura diferenciada do espaço urbano, definindo novos

“pontos de encontro”, traçando o domínio (ainda que momentâneo) de certos lugares da cidade.

Recordando-se, como enfatizado na **Apresentação**, Belo Horizonte tivera pouco destaque no movimento comunista nacional naquele momento. Talvez as cidades do Triângulo Mineiro ou Juiz de Fora brilhassem mais. Mesmo assim, no curto período em que esteve na legalidade, o Partido Comunista conseguiu mobilizar aproximadamente quase uma centena de manifestações políticas na Capital (ver **Mapa 03**).

Não só os militantes, mas também as autoridades policiais participaram do processo de escolha dos locais para a realização dos comícios e dos atos públicos. Possivelmente em função da efervescência política do período tratado, foram editadas portarias pela Chefia de Polícia para regulamentar e fixar os locais permitidos às reuniões públicas. Essa interferência normativa, conjugada com o uso efetivo dos espaços pelos comunistas, valida a interpretação da construção do espaço por meio de relações sociais, sejam de disputa e/ou de negociação.

O espaço territorial delimitado pela cidade é compreendido como um campo de forças, no qual os lugares assumem identidades de acordo com o contexto e com os atores que os reivindicam. Como veremos nos próximos capítulos, o Partido Comunista ocupou, efetivamente, o espaço público de Belo Horizonte, estabelecendo laços identitários com determinados pontos da cidade.

O PCB SE ENCONTRA COM A CIDADE

Os avanços democráticos instauraram um novo campo de atuação para o Partido Comunista, no qual o espaço público se configurava como lugar de formação da opinião e da vontade coletiva. Certamente, diante desse novo cenário, o Partido precisou aprimorar seus instrumentos de ação e aprender a operar de acordo com os mecanismos legais.

Para mobilizar as camadas populares, as alternativas encontradas pelo PCB incluíam a promoção e instalação dos comitês – fossem eles democráticos, distritais ou de zona –, bem como a criação de células em vários pontos da cidade. Esses organismos assumiam a responsabilidade de representar os interesses imediatos dos moradores locais. Ou seja: o Partido aproximava-se da população, apresentando-se como “força de vanguarda do povo e do proletariado”⁵³. Posteriormente, essas estruturas seriam também arregimentadas como instrumentos de mobilização política.

Ao atuar dessa maneira, o Partido Comunista era visto como uma organização que se defrontava com os problemas mais próximos das necessidades populares decorrentes da exploração econômica e do descaso dos poderes constituídos. Tornava-se, assim, portador de esperanças na concretização de promessas sempre postergadas para depois dos sacrifícios patrióticos exigidos em função dos esforços de guerra.

Nesta pesquisa priorizamos compreender como o PCB se espalhou pela cidade, estruturando células e mobilizando militantes. A estrutura ramificada do Partido possibilitou uma relação diferenciada com a cidade. Nos diversos comitês e células ocorriam, com frequência, bailes, festivais e noites dançantes, antecedidos por palestras educativas. Sem dúvidas, as estratégias adotadas pelo Partido teciam um meio de atrair a população, conforme se observa no trecho do *Boletim Interno*: “Uma hora dançante depois de uma palestra, desperta grande interesse do povo”⁵⁴.

Cabe lembrar que, mesmo com uma formação bastante peculiar, a estrutura do Partido estava marcada pela centralização e por relações hierárquicas rígidas. O centralismo democrático era tido como um sistema capaz de garantir a disciplina, tal qual a unidade de pensamento e ação. As decisões eram emanadas, em última instância, do Comitê Central: “Eles davam a palavra final, anulando na prática a autonomia das organizações, tornando letra

⁵³ *Boletim Interno do Comitê Municipal de Belo Horizonte*. Ano I, n. 3, 05 ago.1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

⁵⁴ *Idem*.

morta o princípio estatutário da democracia interna” (COELHO, 2000, p. 56). O Partido Comunista, sendo vanguarda do proletariado e portador da consciência de classe era autorizado, assim, a falar e agir em seu nome.

Importante ressaltar que apesar das decisões e dos encaminhamentos serem então controlados e moldados pelo Comitê Central, havia uma preocupação dos dirigentes locais em Minas para reavivar as células, tornando-as organismos atuantes. Sem ignorar a hierarquia, a autonomia e iniciativa locais eram referendadas como peças fundamentais para fortalecer os laços de pertencimento dos integrantes e membros recém-ingressos no Partido:

Sabemos que sem boas bases é impossível construir causas firmes. As células devem ter vida; devem ser ativas; suas reuniões têm que ser muito práticas; voltadas para os problemas de massa, estudando os meios de ligação cada vez mais íntima com ela. [...] No momento, verificamos que são frouxos os laços que unem os militantes de uma célula, que unem as células com as direções municipais, assim como são frouxas as ligações dos C.C.M.M. com o C.E. É preciso apertar bem todos os parafusos para a máquina funcionar⁵⁵.

Para promover o crescimento das bases do Partido, eram realizadas verdadeiras competições entre as células. Em 1946, no prazo de um mês, as células que alcançassem os objetivos previstos seriam compensadas da seguinte forma:

1 Premio a aquele organismo que durante esse tempo faça o maior recrutamento e a estruturação de novos membros;

1 Premio a célula de empresa que reunir com maior número de militantes e um premio a célula de bairro que reunir com maior número de membros;

1 Premio a aquele organismo que fizer durante esse mês o maior Circulo de Amigos;

1 Premio a célula que manter, durante esse tempo, o melhor jornal mural;

1 Premio a célula de empresa e um premio a célula de bairro, que melhor conseguirem levantar reivindicações vitoriosas nos locais de trabalho e nos bairros⁵⁶.

⁵⁵ *Informe e Resoluções do Pleno do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil – Minas Gerais, mar. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.*

⁵⁶ *Boletim Interno do Comitê Municipal de Belo Horizonte. Ano I, n. 3, 05 ago.1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.*

No mesmo documento constata-se o sucesso da Célula Paraíso: além de produzir o primeiro *Jornal Mural*, havia também quitado suas dívidas e colocado as mensalidades de seus membros em dia. A Célula Santa Tereza, em consonância com idéia de mobilizar as massas através da busca de solução aos problemas mais imediatos das comunidades, informava o início dos trabalhos na localidade denominada Arrudas, “propondo duas reivindicações muito sentidas: a instalação de 03 chafarizes e mudança do lixo”⁵⁷.

Ao estabelecer células e promover a arregimentação de militantes localmente, o Partido Comunista ultrapassou os limites do centro urbano de Belo Horizonte, instalando-se em bairros e regiões periféricas. As mobilizações eram promovidas “de fora para dentro” – as atividades desenvolvidas para além dos limites do “Contorno”⁵⁸ faziam bater mais forte o coração da cidade.

A partir do conhecimento dessa estrutura, podemos visualizar a distribuição espacial do Partido, verificando as regiões de maior influência. A estrutura do PCB em Belo Horizonte, nesse período, era basicamente a seguinte: um Comitê Estadual, um Comitê Municipal, seis Comitês Distritais (sendo o da Floresta e o do Prado, com seis células; o da Lagoinha, com sete; o do Centro da Cidade, com três; e o de Santa Efigênia e o da Liberdade, igualmente com três), sem nos esquecermos do Comitê Democrático Feminino. Algumas células eram independentes e estavam ligadas diretamente ao Comitê Municipal, como é o caso das células estudantis, instaladas no interior das instituições de ensino e de empresas, montadas em órgãos públicos, fábricas e indústrias (ver quadro abaixo).

Muitas células funcionavam nas residências dos militantes e careciam de um espaço próprio para receber novos adeptos. A criação desses organismos tinha como objetivo a formação de militantes. Como núcleos de divulgação dos ideais comunistas, as células eram o elo de ligação entre a direção do Partido, seus membros e a população residente nas vilas e

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ O traçado planejado de Belo Horizonte permitiu o desenho de uma avenida que circundasse a área central (um polígono preenchido de quadras bem definidas e ruas retas), chamada não por acaso de Avenida do Contorno.

bairros onde estavam estruturadas. Além disso, o incentivo à constituição de pequenas bibliotecas e à promoção de eventos comprova o desejo de transformação desses locais em espaços de sociabilidade. O entretenimento estava presente nesses espaços, assumindo uma função política de educação e conscientização das classes trabalhadoras, em conformidade com o projeto de intervenção político-cultural do Partido Comunista.

Observemos como se estruturou o PCB na Capital Mineira:

Organização do Partido Comunista do Brasil em Belo Horizonte			
COMITÊ ESTADUAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	COMITÊ MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	COMITÊ DISTRITAL DA FLORESTA	Célula Spartaco
			Célula do Horto
			Célula Santa Tereza
			Célula Crispim Chaves
			Célula Vitor Myrzhy
			Célula Américo França Júnior
		COMITÊ DISTRITAL DO CENTRO DA CIDADE	Célula IPATEC
			Célula 23 de maio
			Célula Cristiano Garcia
		COMITÊ DISTRITAL DA LAGOINHA	Célula José do Patrocínio
			Célula General Manoel Rabelo
			Célula David Rabelo
			Célula Paraíso
			Célula Agrício Moreno
			Célula Luiz Zúdio
			Célula Capitão Geraldino – Ex-Célula Albertina
		COMITÊ DISTRITAL DE SANTA EFIGÊNIA	Célula Tiradentes
			Célula Padre Diogo Feijó
			Célula Bezerra de Menezes
		COMITÊ DISTRITAL DA LIBERDADE	Célula André Rebouças
			Célula Feminina Progressista
			Célula Leocádia Prestes
		COMITÊ DISTRITAL DO PRADO	Célula José Campos
			Célula João Pinheiro
			Célula Anita Garibaldi
			Célula Galileu Tostes
			Célula Olga Benário Prestes
Célula Men de Sá			
Célula Alvarenga Peixoto – Antiga Célula 27 de Novembro (Faculdade de Direito)			
Célula Pedro Ernesto (Faculdade de Medicina)			
Célula Falcão Paim (Estrada de Ferro Central do Brasil)			
Célula Valdomiro Teixeira (Empregados dos Diários Associados)			
Célula Felipe dos Santos			
Célula Vila Concórdia			
Célula Roosevelt			
Célula Henrique Diniz Filho			
Célula Raimundo Militão			
Célula Professor Bresciani			
Célula Monte Castelo			
Célula Secretaria de Viação			
Célula Frei Caneca			
Célula Luiz Bravo			
Célula Cassino da Pampulha			
Célula Antonio Soares de Oliveira			
Célula Joana D'Arc			
Célula Jorge Amado			
Célula Brasil			
Célula Limírio Moreira			
Célula Jornal do Povo			
Comitê Democrático Feminino			

Infelizmente não podemos dizer se o Partido estava distribuído na íntegra como demonstra o quadro, pois os dados que encontramos são esparsos e provenientes da pesquisa em arquivos policiais. Na tentativa de controlar e monitorar as atividades comunistas, a própria polícia acompanhou de perto a movimentação das células. Tomava conhecimento das reuniões e festas por meio de jornais comunistas e por policiais infiltrados no movimento, vigiando – à espreita ou com policiamento oficial – a realização dos eventos. A compilação desses dados gerou um organograma da estrutura partidária, embora não tenhamos conseguido encontrar documentos do próprio PCB que comprovassem a existência de todas as células, como disposto pelos policiais.

Indubitavelmente, as células atuavam como centros de sociabilidade, contribuindo na organização e realização de manifestações, bem como em eventos e campanhas políticas nas próprias localidades. Como veremos, alguns bairros populares e vilas operárias tiveram uma concentração de organismos do Partido, como indica o **Mapa 03** (Capítulo II). Os bairros Lagoinha, Concórdia, Horto Florestal, Sagrada Família, Carlos Prates, entre outros, eram conhecidos pelas vilas que abrigavam e tornaram-se importantes redutos de manifestações comunistas.

Ainda que a estrutura descrita acima não seja definitiva, é plausível admitir que – com exceção das células nomeadas de acordo com as localidades onde estavam instaladas – foram escolhidos nomes em homenagens a grandes líderes políticos (comunistas ou não) e a eventos da história brasileira e internacional.

A escolha não era arbitrária: o ato de eleger, reeleger, excluir ou adicionar fatos/pessoas ao campo do memorável significava reconstruí-los sob o estilo comunista. Por exemplo, a Célula Spartaco provavelmente tratava-se de uma referência à Liga de Spartakus, da qual eram integrantes Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Naturalmente, de se esperar que alguns comunistas mineiros fossem lembrados, como o caso das homenagens prestadas

pelas células Raimundo Militão, Galileu Tostes, Limírio Moreira, Agrício Moreno, Luiz Zúdio, entre outras.

Chama-nos a atenção uma preocupação em reverenciar as mulheres – são seis organismos destinados a elas. Como veremos adiante, houve certo empenho do Partido em congregar mulheres em suas fileiras e, essas homenagens possivelmente procuravam destacar os aspectos de coragem e abnegação de “verdadeiras guerreiras”, nem sempre comunistas – como Anita Garibaldi e Joana D’Arc –, mas exemplos dignos de referência.

Os comunistas ultrapassaram os limites da história partidária e reivindicaram datas comemorativas e heróis nacionais para difusão de seus ideais entre a população. Por exemplo: foram reverenciadas figuras históricas como Frei Caneca, Diogo Feijó, José do Patrocínio, Tiradentes, Rebouças – personagens que, segundo a narrativa comunista, destacaram-se por seu espírito republicano e pelo engajamento nas lutas pela liberdade do povo brasileiro. Observamos também homenagens a políticos regionais, como João Pinheiro, e à batalha de Monte Castelo. A inusitada homenagem a Bezerra de Menezes é digna de comentário. Os espíritas foram vivos apoiadores do Partido Comunista em Belo Horizonte e tudo indica que a célula homenageada com o patrono da doutrina (que por sua trajetória sempre esteve ao lado dos pobres) era uma distinção a seus integrantes⁵⁹.

Compreendemos que tais referências históricas e míticas eclodiram como uma tentativa de estabelecer um elo de identidade entre os membros da célula e as conquistas/lutas indicadas, ainda que não evidentes, no nome escolhido para o organismo. De maneira geral, as pessoas e eventos homenageados na denominação das células apontam para a tentativa de associar o PCB a causas patrióticas e progressistas.

⁵⁹ Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti (1831-1900) foi médico, militar, escritor, jornalista, político e expoente do Espiritismo no Brasil. Conhecido como “médico dos pobres”, sua trajetória de vida o tornou modelo da conduta espírita. Foi figura importante na divulgação e na reestruturação do movimento espírita no Brasil, tendo sido chamado de “Kardec Brasileiro”, alusão ao francês Allan Kardec, o codificador da doutrina.

O novo momento exigia do Partido Comunista uma atuação que estivesse em conformidade à lei e um verdadeiro esforço de todos os integrantes na superação da falta de experiência de atuação no regime democrático. Era necessária uma mudança na forma de lidar com as massas e uma das estratégias do Partido foi a recuperação das formas usadas pelos movimentos democráticos de 1945:

Utilizando-se as mais variadas diversões, levantaram-se recursos para a ajuda à FEB, fez-se propaganda contra o fascismo e pela democracia, defendeu-se a necessidade de manter a frente interna sólida enquanto nossos bravos ‘pracinhas’ lutavam na Europa. Os alto-falantes e o cinema ao ar livre muito ajudaram a propaganda. Embora esses festejos não se tenham realizado sob os auspícios do Partido, este deve aproveitar todas as suas experiências⁶⁰.

Para garantir a eficácia na divulgação dos ideais comunistas, o Partido visaria os mais diversos recursos. O trabalho de divulgação não poderia ser restrito à palavra impressa, inclusive diante da grande massa analfabeta. Dessa forma, nesse período foram intensificadas a realização de palestras em fábricas, nos locais de trabalho e nas células e comitês; bem como vários comícios, de preferência com a reunião de grande número de espectadores, produzindo resultados memoráveis aos comunistas. Os discursos em público, juntamente com a apresentação de painéis e cartazes, mostravam-se eficientes instrumentos de publicidade do Partido.

As estratégias de propaganda eram bastante variadas e buscavam incorporar todos os recursos permitidos. Os dirigentes do PCB sabiam da importância da ocupação das ruas, chamando a atenção das massas, como se percebe na seguinte advertência: “Os alto-falantes precisam ser utilizados por nós, assim como automóveis que disponham de instalações de alto-falantes. Cada Comitê Estadual e o Comitê Municipal deve lutar por possuir seu alto-falante”⁶¹.

⁶⁰ GRABOIS, Maurício. *Levemos às massas nossa linha política. Informe de Divulgação*. Rio de Janeiro: Edições Horizonte, 1946. Apud GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1950)*. Dissertação de Mestrado em História – UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

⁶¹ Idem.

Na tentativa de compreender a história do Partido contada por seus próprios integrantes, Dulce Pandolfi (1995, p. 18) pondera que

todos os partidos políticos comunistas possuem um projeto bastante definido e consistente. Em função de um objetivo maior e de longo alcance, que é a construção de uma nova sociedade, projetos menores são elaborados. Servindo a uma concepção teleológica da história, comum a todas as organizações comunistas, o presente existe em função do futuro, e é o futuro que dá forma ao passado.

O Partido reclama para si a interpretação correta do mundo e, em consequência, coloca-se como o único capaz de compreender o processo histórico. Como já ponderado, e ressaltado por Bernstein (2003), compartilhando um sistema de crenças e valores, membros, militantes e mesmo simples simpatizantes de um partido assumem uma grade comum de leitura dos acontecimentos, fundamental para a integração do grupo e para a formação do ideal de solidariedade de ação. Ou seja: os atos políticos de comemoração e inauguração – e até mesmo os de protesto – promovidos pelo PCB podem ser compreendidos como vetores de difusão e cristalização de uma cultura política, no caso deste estudo, a comunista.

A memória coletiva exerceu um papel primordial na construção da identidade do Partido Comunista do Brasil. A retomada do passado tornou-se fundamental para a legitimação da ação política, um elemento essencial na construção da identidade comunista e, ao mesmo tempo, na manutenção da coesão partidária. Entre as estratégias de atuação do Partido Comunista na legalidade destacamos a construção de uma espécie de calendário de efemérides relevantes à história do movimento comunista (ver **Anexo 1**).

Há uma intenção pedagógica na invocação da memória política nos eventos comemorativos (comícios, festivais, passeatas, etc.): a formação de continuidades. A comemoração de fatos importantes para a história do Partido não se restringiu a lembrar o ocorrido, mas procurou instalar a esperança de um futuro diferente. Notamos que o interesse na convocação do passado pelos membros do PCB estava sustentado nos combates do presente e do futuro.

Assim, as manifestações comunistas, como expressões de uma cultura política, reportam seus participantes a um conjunto de idéias compartilhado que nem sempre é permitido exprimir. Como afirma Michael Pollak (1992), a memória manifesta-se como um elemento constitutivo do sentimento de identidade, justamente por instituir os laços de continuidade e coerência de uma pessoa ou da coletividade na reconstrução de si mesmo. O discurso comunista recorta o passado e confere-lhe novo sentido. Nesse entendimento, a memória só tem sentido quando atualizada.

Diante do caráter essencialmente público das ações, verificamos que, para além do sentido de afirmação de uma identidade comunista, elas eram concebidas para conquistar novos integrantes. Não é difícil imaginar que muitos transeuntes tenham sido mobilizados pelo discurso comunista. E não é por acaso que no decorrer de muitas manifestações realizadas no período da legalidade foram distribuídas fichas para inscrição no Partido.

Tendo em vista os limites da cidade, o estudo das manifestações públicas motivadas pelo matiz comunista permite-nos ater ao conhecimento das peculiaridades e dos instrumentos usados pelo Partido Comunista na divulgação de seus ideais em Belo Horizonte. O espaço urbano é o local onde se desenvolvem as atividades de interação humana. É no espaço público, regulado por normas também públicas, que podemos resgatar a experiência da diversidade, do encontro entre desconhecidos, do reconhecimento dos semelhantes e do conflito entre diferentes. Ou, nas palavras de Francisco de Oliveira, há que se entender a cidade como um ente vivo, um espaço desprivatizado, entendendo-se que “[...] a *polis* é o lugar da interlocução”⁶², lugar eficaz à operação do pensamento da sociedade.

⁶² Intelectuais, conhecimento e espaço público. In: *Revista Brasileira de Educação*, set/dez 2001, n. 18. (Palestra proferida na Conferência de abertura da XXVI Reunião Anual da ANPed. USP/Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania, 2001).



CAPÍTULO II

EUFORIA DEMOCRÁTICA

A PRAÇA PÚBLICA: UM ESPAÇO DA POLÍTICA

A convocação de eleições e a reforma no sistema partidário, promovidas em 1945, desenharam um novo espaço público no país. A liberdade de imprensa possibilitou que as páginas dos jornais se enchessem de denúncias e a participação política de uma parcela cada vez maior da população se fez sentida na fundação de associações comunitárias e na realização de manifestos, comícios, protestos e passeatas.

A política, segundo Hannah Arendt (1997), só é possível por meio da ação e do discurso dos homens e isso requer um espaço onde eles, os homens, possam se encontrar e compartilhar atitudes e palavras. O espaço público é, nesse entendimento, por excelência, espaço de relações políticas, caracterizado como ambiente da vivência coletiva, lugar onde se reúnem as pessoas e onde se estabelecem os conflitos e a conciliação de interesses.

É no espaço público que se dão as relações de troca e negociação, sejam elas materiais, como no caso do comércio, sejam simbólicas, como na política. A formação desse espaço está diretamente ligada à ação de tornar público, publicar e, para isso, é necessário que ele seja acessível a todos. Portanto, a liberdade de expressão é erigida como um dos pilares fundamentais para a constituição do espaço público como espaço do político. Habermas (1990) parece compartilhar com Arendt a opinião de que é no espaço público que se estabelecem as condições de comunicação e de formação da opinião e da vontade dos cidadãos. Segundo ele, “as instituições da liberdade pública repousam sobre o solo oscilante da comunicação política daqueles que, ao fazer uso dela, ao mesmo tempo a interpretam e a defendem”. (1990, p. 110).

A sensação de liberdade de manifestação, propiciada pelo contexto de 1945, ampliou a discussão política e proporcionou a realização de atividades públicas de variados matizes.

Para o presente estudo, destacamos os comícios e atos públicos promovidos pelo Partido Comunista, em especial, na cidade de Belo Horizonte.

Tendo em vista uma sociedade extremamente conservadora e um espaço público brasileiro ainda sob grande influência dos descendentes das antigas oligarquias, o PCB representou para muitos militantes a real possibilidade de mudança. A atuação política do Partido Comunista no espaço público, nos anos em que esteve na legalidade, conseguiu reunir, em alguns momentos, verdadeira multidão nas ruas da cidade.

Essas manifestações excederam o espaço/tempo do acontecimento, estabeleceram polêmicas e discussões acirradas em sua organização e propaganda; seus efeitos pairaram sobre a cidade mesmo após o encerramento dos eventos⁶³. Desse modo, a cidade se apresentou como palco privilegiado do político – as ruas foram, acima de tudo, “lugares de conflito e diversidade”. Ela tornou-se cenário de uma disputa política, de um debate de idéias só permitido pela teia de relações que o urbano propicia:

*Antes de 1964, ao lado da imprensa escrita, as conferências e os comícios eram instrumentos essenciais na propaganda política. (...) Para o bem ou para o mal, naquele tempo não havia pesquisas de opinião pública e, assim, a repercussão de certas teses era medida pelo que sucedia nos comícios. Esses eram o ponto culminante das **batalhas políticas** [grifo nosso], especialmente nas eleições. Das cidades menores dirigiam-se para as metrópoles caravanas com dezenas de pessoas vivamente interessadas em ouvir os oradores famosos. (COELHO, 2000, p. 129)*

Na atuação pública do Partido Comunista, informações valiosas a respeito das estratégias de propaganda e das formas de ocupação do espaço público podem ser encontradas pelo historiador. O discurso público era acompanhado de verdadeiros rituais políticos nos quais valores simbólicos da cultura comunista eram explorados. Na defesa de seus valores, os comunistas se identificaram como os herdeiros de uma tradição revolucionária instituída nos primórdios de nossa história e preconizaram a esperança num tempo futuro melhor.

⁶³ Ao informar e convidar a população para participar de manifestações, o Partido Comunista provocava a mobilização de correntes contrárias e favoráveis que preenchiam as páginas dos jornais locais com suas opiniões e coloriam as ruas por meio de comícios e panfletos.

O PARTIDO COMUNISTA NO ESPAÇO PÚBLICO

OUVIR PRESTES

Pela primeira vez, em sua trajetória política, Luís Carlos Prestes discursaria publicamente. Após minuciosos preparativos, um “comício monstro”, como a própria imprensa noticiou, foi promovido no Estádio São Januário, no Rio de Janeiro, pouco mais de um mês após a libertação do dirigente comunista.

Caravanas foram organizadas para que a cidade de Belo Horizonte também estivesse representada na grande manifestação. Uma “mensagem do povo belorizontino”, que seria entregue ao grande líder revolucionário, foi publicada no *Estado de Minas*. O conteúdo do documento expõe a necessidade de revestir o líder e, por conseguinte, o próprio Partido Comunista, de um caráter fundamentalmente nacional e patriótico:

O povo de Belo Horizonte saúda o grande líder do povo brasileiro. Saúda o revolucionário que se entregou, desde a mocidade, à causa do povo. Saúda o idealista incorruptível e o líder esclarecido.

Saído das trevas do fascismo, o mundo avança inexoravelmente para a Democracia. O Brasil precisa de paz interna para acompanhar a marcha do mundo. O Brasil precisa da cooperação de suas classes progressistas, porque só unidos venceremos a batalha da paz que se inicia, não menos importante que a guerra que acaba.

Luiz Carlos Prestes:

O povo de Belo Horizonte conta com sua ação patriótica e decisiva, para estabelecer, dentro do Brasil, as mesmas formas de cooperação que determinam a ação conjunta das Nações Unidas para a guerra e para a paz. O povo de Belo Horizonte confia na sua esclarecedora ação de líder autêntico para que haja uma fase de progresso, de bem estar, de Democracia e de Liberdade para o povo brasileiro⁶⁴.

Os anseios e as preocupações descritos na referida mensagem provavelmente não foram ditados pela população de Belo Horizonte ou mesmo submetidos a sua aprovação. Tudo indica que tenham sido redigidos por simpatizantes de Prestes e do movimento comunista, inclusive pela referência insistente à necessidade de cooperação interna entre as

⁶⁴ Amanhã, o comício em homenagem a Luiz Carlos Prestes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 mai. 1945, p.12.

classes sociais – alusão clara ao programa de União Nacional propagado pelo Partido Comunista. A publicação de uma mensagem com esse teor num jornal sem qualquer vínculo com o Partido demonstra por si só que a liberdade de expressão ampliou sobremaneira as possibilidades de ação dos comunistas naquele momento.

A grandiosidade do primeiro comício de Prestes não se restringiu à verdadeira multidão que se dirigiu ao Rio de Janeiro e se instalou no estádio para assistir ao “Cavaleiro da Esperança”. Para que a palavra do líder comunista pudesse atingir um maior número de pessoas, seu discurso proferido naquela noite foi retransmitido a todo o país via rádio⁶⁵.



Figura 3 – APM Fundo DOPS - Pasta 4905
Convite distribuído nas ruas de Belo Horizonte

Ao contrário do que ocorre nos dias atuais, o discurso do dirigente comunista não foi ouvido na privacidade dos lares e casas, mesmo porque, provavelmente, muitos populares não possuíam o equipamento. A rua não foi por acaso o local escolhido: eis o espaço, por excelência, onde todos poderiam estar presentes.

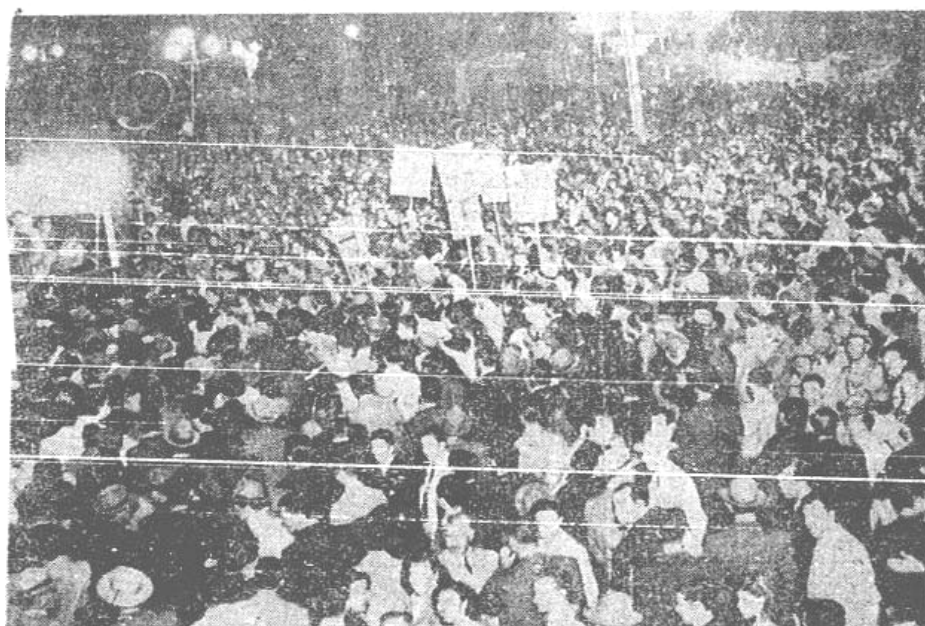
Em Belo Horizonte, os preparativos se iniciaram no dia anterior ao previsto para a realização do grande comício. Foram promovidas pequenas assembléias

preparatórias em bairros populares da cidade como Cachoeirinha, Horto Florestal e Renascença. A população era convocada a se reunir para ouvir o líder “que se entregou, desde a mocidade, à causa do povo”.

⁶⁵ A expressão “transmitido a todo país” é comum entre manchetes de jornais e comunicados. Entretanto, tudo indica que o discurso foi irradiado apenas para as principais cidades do país, com destaque para capitais e centros regionais.

A Esquina da Sinuca foi um lugar usado com frequência para promoção de manifestações políticas naquele momento. No mesmo dia e horário previstos para o comício no Estádio do Vasco da Gama, as pessoas se aglomeravam e aguardavam a transmissão, ouvindo discursos de políticos locais. A esquina foi especialmente preparada para receber a multidão: “No local, para que todos possam ouvir o discurso, serão instalados alto-falantes, amplificadores e microfones para os oradores locais”⁶⁶, informava a imprensa.

Muitos se dirigiram àquela esquina para ouvir o discurso. O inusitado, o fascínio pelo líder e a possibilidade de ouvir as primeiras palavras públicas daquele que há poucos meses estava incomunicável motivou simpatizantes e até simples curiosos. Dentre a multidão, alguns se distinguiram conduzindo cartazes e retratos do líder comunista. Ao final, aplausos entusiasmados aos oradores locais e a Prestes.



**Figura 4 – APM Fundo DOPS - Pasta 4905
Concentração popular na Capital para ouvir Prestes – Recorte de Jornal (24 mai. 1945)**

Infelizmente, devido à qualidade do único registro visual que encontramos, não foi possível verificar os dizeres estampados nos cartazes e nas faixas. Entretanto, percebe-se que a imagem fala por si só. Uma vez que a manifestação fora realizada em uma quarta-feira e que

⁶⁶ Comícios na capital em homenagem a Prestes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 mai. 1945, p. 03.

o provável clima frio de uma noite de maio poderia espantar alguns espectadores, a concentração popular registrada pela imagem acima foi expressiva. O que teria levado essas pessoas a um cruzamento de avenidas na região central de Belo Horizonte? Simplesmente ouvir o primeiro discurso de Prestes?

Não há como negar o apelo simbólico da imagem de Prestes, recém egresso da prisão: de criminoso, passava a herói que soube suportar todas as agruras do Estado Novo. E, assim, conquistava admiradores em diversas classes sociais, apoio imprescindível para o crescimento das bases do Partido Comunista, que soube explorar a popularidade do líder, o único capaz de conduzir o povo. “Tratava-se de reforçar a popularidade de Prestes e, na seqüência, revertê-la para o PCB, partido de Prestes” (MOTTA, 2004, p. 97). O Partido Comunista ocupava as ruas e desenvolvia estratégias próprias para atuação política nos padrões legais.

O PARTIDO DE PRESTES EM CAMPANHA

A legalização do Partido Comunista e a convocação de eleições para dezembro de 1945 mudaram consideravelmente a conjuntura política do período e afetaram diretamente a atuação das forças políticas. As eleições exigiram um novo posicionamento do PCB no espaço público – era preciso dar visibilidade aos seus candidatos, conquistar adeptos e motivar o voto da população.

Em setembro daquele ano foi lançada oficialmente a campanha eleitoral do Partido Comunista em Minas Gerais. Promoveu-se uma grande mobilização política nas imediações da sede provisória do Partido, na confluência da Avenida dos Andradas com a Rua dos Carijós. O lugar não poderia ser outro. Pela primeira vez em sua história o Partido Comunista tinha uma sede no Estado: um edifício devidamente identificado e reconhecido.

Para dar publicidade aos candidatos – que eram, em sua maioria, ignorados pelo grande público –, os dirigentes locais recorreram à divulgação de breves biografias dos elegíveis. Mecânicos, carpinteiros, mineiros, pedreiros, padeiros, garçons, ferroviários, que ao

contar sua história se apresentavam como verdadeiros representantes do povo, pois conheciam as necessidades e as dificuldades dos trabalhadores. O apelo à trajetória de vida dos candidatos, sem dúvida, era uma tentativa de aproximar o PCB dos interesses políticos de grande parte do seu provável eleitorado.

Mais que representantes oriundos da massa trabalhadora, o Partido Comunista também reuniu, entre seus candidatos, médicos, escritores, industriais, professores, intelectuais engajados e preocupados com as questões sociais. Ao congregarem em suas bases integrantes de diferentes classes sociais, o Partido atingia públicos variados e se confirmava como “o vanguardeiro do povo esclarecido, fiel sempre ao programa que é seu norte”⁶⁷. A bandeira levantada pelo Partido incluía tanto os desejos das massas populares como os da classe média “esclarecida”.

As eleições motivavam a ocupação do espaço público belorizontino pelos comunistas e a campanha pela Assembleia Constituinte⁶⁸ mesclava-se com a propaganda eleitoral do PCB. Dias após o lançamento dos candidatos, a praça frontal à Feira de Amostras foi preparada para uma nova concentração popular em favor da convocação da Assembleia Constituinte: “No local da concentração viam-se cartazes com os nomes dos patronos de diversas células (...) com iluminação reforçada, tocou uma banda de música e alto-falantes ampliaram a palavra dos vários oradores”⁶⁹. Os oradores, não por acaso, eram os mesmos presentes no lançamento da campanha eleitoral. A presença de uma banda de música pode ser

⁶⁷ Poesia *Na legalidade do Partido Comunista*, de Aduino do Nascimento Pedrosa. Distribuída em formato de panfleto em Belo Horizonte nos meses de jun./jul. 1945. APM Fundo DOPS – Pasta 4905.

⁶⁸ A Constituinte de 1946 foi a quarta Assembleia a se reunir no país. A Lei Constitucional nº. 9, de 28 de fevereiro de 1945, reformou a Constituição em vigor desde 10 de novembro de 1937. **Obs:** “Essa reforma inspirou-se na consideração de que: a) o processo indireto para a eleição do presidente da República e do Parlamento, como previsto no texto de 1937, ‘não somente retardaria a desejada complementação das instituições, mas também privaria aqueles órgãos de seu principal elemento de força e decisão, que é o mandato notório e inequívoco da vontade popular’; b) ‘um mandato outorgado nestas condições é indispensável para que os representantes do povo, tanto na esfera federal como na estadual, exerçam, em toda sua plenitude, a delegação que este lhes conferir’; c) a eleição de um parlamento dotado de poderes especiais para, no curso de uma legislatura, votar, se o entender conveniente, a reforma da Constituição” era imprescindível. In: TRIGUEIRO, Osvaldo. Assembleia Nacional Constituinte. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. CPDOC/FGV. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>, acesso em jun. 2007.

⁶⁹ Comício comunista pró Constituinte. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 set. 1945. [Recorte de Jornal]. APM Fundo DOPS – Pasta 4905.

interpretada como uma estratégia para propiciar maior mobilização popular, como vários outros artifícios que o Partido utilizaria no decorrer de sua trajetória política.

A necessidade de instalação da Assembléia Constituinte ganhou novas cores com a campanha política do Partido. A valorização dos mecanismos democráticos de participação política tinha um caráter educativo, demonstrando a intenção do Partido Comunista em “instruir” as camadas populares sobre os procedimentos das eleições, afinal estava aberta a disputa política.

A publicidade alcançada pelos comunistas era acompanhada de um discurso quantitativo e descritivo. Precisava-se demonstrar que o Partido crescia e suas bases se ampliavam, por isso a necessidade de estimular a participação e a apresentação das células e dos comitês nas manifestações públicas.

Vale lembrar que a aparição pública e a exibição explícita dos membros do PCB eram

atos totalmente inusitados para muitos militantes. Mesmo assim, o lançamento oficial da campanha eleitoral contou com a presença de um considerável número de representantes e delegações do interior do Estado e do Comitê Nacional. Dentre as participações especiais destacamos a presença de Graciliano Ramos (representante do Comitê Nacional) e de Carlos Drummond de Andrade, oradores ativos das manifestações.

A estranheza e o assombro diante da nova situação política não eram atitudes exclusivas das camadas populares que necessitavam ser “instruídas”. Graciliano Ramos, em carta que relata algumas experiências, entre elas, a visita a Belo Horizonte, falou, com

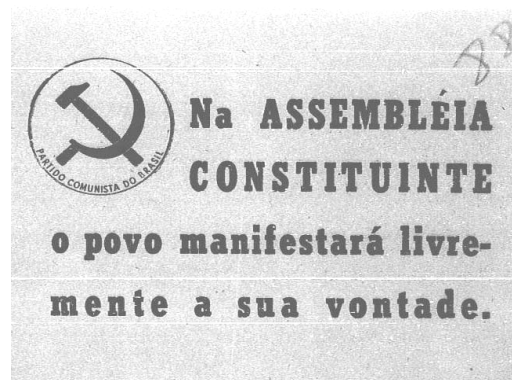


Figura 5 – APM Fundo DOPS - Pasta 4905
Peça distribuída em comícios

espanto, das novas exigências do momento: “Agora (...) fazemos coisas que nunca pensamos fazer. Até discursos”⁷⁰.

Após a inauguração do momento político do Partido no Estádio São Januário, estabelecia-se a ordem do dia. O Partido Comunista precisava ocupar seu espaço na cena política. Dessa forma, Luís Carlos Prestes iniciou verdadeira expedição, proferindo grandes comícios em várias cidades do país. Ao que parece, essas manifestações foram realizadas como uma espécie de apresentação do “novo” Partido Comunista.

O poema abaixo, intitulado “Na legalidade do Partido Comunista”, exemplifica essa etapa vital em que a trajetória do PCB é de fato enaltecida. O autor destaca, principalmente, que o Partido, “nascido no calor das massas”, compartilhava dos anseios de desenvolvimento e progresso para o país e, por isso mesmo, não representava a menor ameaça à condução do processo democrático:

*(...) Integrado na vida brasileira,
Porque forjado no calor da massa,
Não constitui – como o fascismo traça –
À nossa tradição mais verdadeira
A mínima ameaça.*

*Antes entrando na legalidade,
Hoje, o Partido Comunista, cria
Um clima bom para a Democracia,
– Para o progresso dentro da Unidade.*

*(...) Da União Nacional sinto a pujança,
Porque além de ser ela o alvo da gente,
Na infinita grandeza do presente
Vislumbro o Cavaleiro da Esperança
Marchando em nossa frente (...)⁷¹*

A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO

Para receber Luís Carlos Prestes em Belo Horizonte os comunistas e simpatizantes promoveram intensa movimentação. Os preparativos duraram quase um mês. Os primeiros

⁷⁰ Apud GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1950)*. Op. cit., p. 124.

⁷¹ Trechos da poesia *Na legalidade do Partido Comunista*, de Aduino do Nascimento Pedrosa. Op. cit.

procedimentos incluíram a formação de uma comissão organizadora e a convocação da população, sem distinção de crenças ou opiniões políticas, para colaborar com o evento:

Afim de dar ao comício um amplo caráter democrático, a Comissão está convidando todos os interessados, amigos e admiradores do secretário geral do P.C.B., independentemente de opiniões e crenças, para uma assembléia (...) afim de articular os planos preparatórios do comício, receber sugestões, compor as subcomissões necessárias, tomar, enfim, todas as medidas para o pleno êxito da recepção⁷².

É clara a preocupação em fazer do comício “Minas Gerais a Luís Carlos Prestes” uma demonstração de regozijo, exibindo a satisfação em receber o líder comunista na Capital mineira. O cuidado e o zelo do PCB nos preparativos do evento são explicitados nas orientações repassadas aos comitês municipais e às células. A propaganda do Partido deveria ser reproduzida em larga escala e distribuída em todo o município, atingindo todos os trabalhadores e a massa popular:

O Comitê Municipal deverá desde já tomar as providências necessárias a fim de trazer uma grande comitiva trazendo faixas e dísticos de saudação a Prestes e alusivas à Convocação da Assembléia Constituinte. (...) deve evitar que se pinte o distintivo do Partido (foice e martelo) em toda a propaganda mural referente ao comício, bem como evitar de pintar as paredes de residência⁷³.

Novamente observamos a conveniência, e até a necessidade em associar a propaganda comunista com a exaltação da Constituinte. Mais que isso: o Partido Comunista agia como uma agremiação aberta a novos adeptos. É o que podemos depreender quando os dirigentes solicitam cautela dos comitês na confecção de faixas com a imagem emblemática do PCB (foice e martelo). Aqui verificamos que a própria organização procurava, apoiando-se na figura mítica de Prestes, forjar uma receptividade ampla do líder.

Mesmo que as manifestações de apoio e contentamento tenham sido orientadas pelos dirigentes do PCB, não podemos ignorar a intensa agitação que se espalhou pela cidade desde

⁷² O comício Minas Gerais a Luiz Carlos Prestes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte. 16 set. 1945. p. 5.

⁷³ *Comunicado do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil aos Comitês Municipais*. 06 out. 1945. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

a possível visita do líder comunista até seu efetivo encontro com a população. Para intensificar a propaganda, na semana que antecedeu o evento foram realizados novamente comícios preparatórios em vários bairros da cidade – aproximadamente dez reuniões.

O convite principal trazia à frente um rosto sisudo, de traços fortes, acompanhado dos



dizeres: “PRESTES: o grande líder do povo”⁷⁴. Poderíamos deduzir que o encontro de Prestes com Belo Horizonte seria majestoso, uma vez que não foram raras as reportagens, as informações e os convites (aos professores, aos médicos, aos trabalhadores, aos bancários, aos estudantes e, porque não, ao povo) divulgados na imprensa local.

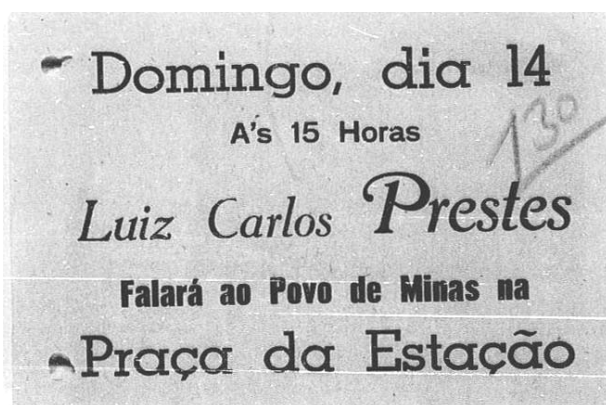


Figura 6 – APM Fundo DOPS - Pasta 4905
Divulgação do comício “Minas Gerais a Luís Carlos Prestes”

Entretanto, em retaliação ao primeiro comício que o líder comunista realizaria em Minas, setores conservadores divulgaram vários panfletos conclamando a população a participar de uma manifestação contrária, a ocorrer simultaneamente nas imediações da Igreja de São José.

Indubitavelmente, penetrar no território mineiro significava enfrentar a tradição e o conservadorismo. Na tentativa de impedir o sucesso do comício comunista, os conservadores recorreram à memória da “Intentona de 1935”. Num volante distribuído pelas ruas da Capital mineira verificava-se, em

⁷⁴ Panfleto/Convite. 1945. APM Fundo DOPS – Pasta 4905.

letras garrafais, o seguinte cabeçalho: “Ao assassino Prestes, matador de oficiais”, e, no corpo do texto, era reproduzida a carta da mãe de um oficial morto nos conflitos de 1935. Noutro panfleto, o receio era explícito: “Façamos uma frente única contra a PESTE COMUNISTA, pois estes estão preparando outra revolução igual a 1935”.

Para além da intenção de denunciar o passado comunista, percebemos uma espécie de reivindicação da memória oficial do evento. Tornava-se necessário asfixiar uma memória revolucionária (tendo em vista o alcance e difusão do ideário comunista) e alimentar uma memória da traição, do luto e da tristeza.



Figura 7 – APM Fundo DOPS - Pasta 4905
Divulgação da concentração católica

O presente documento permite-nos explorar alguns aspectos da propaganda produzida na divulgação do evento católico. A repetição do destinatário do convite, em letras maiúsculas, além de demonstrar a importância do acontecimento, parece dotar o povo mineiro de uma essência particular e até de uma personalidade coletiva. Segundo o panfleto, o fracasso do líder comunista em Minas seria fruto do carácter religioso e conservador – simbolizado pelo apelo à família – singular do povo mineiro.

Como a manifestação católica foi concebida e organizada para ser o inverso da movimentação do PCB, seu horário, propositalmente, conflituava com o estabelecido para o

comício comunista, como bem advertia a nota presente no panfleto. Enquanto na Praça da Estação o povo homenagearia o “Cavaleiro da Esperança”, na Avenida Afonso Pena os católicos promoveriam o encontro entre o Cristo – o salvador e redentor verdadeiro – e sua Mãe misericordiosa.

Segundo as instruções baixadas pela Cúria Metropolitana, às 15 horas sairia da Catedral da Boa Viagem a imagem de Jesus Crucificado que, seguindo pela Avenida Afonso Pena, encontraria com a imagem de Nossa Senhora da Piedade – esta saída da Matriz de Santana da Serra, conforme representado no **mapa 02**.

As procissões, mais que expressões de fé, quando se colocaram como antagônicas ao comunismo, assumiram um caráter político irrefutável:

*(...) os habitantes da Capital estão vigilantes na conservação de seu mais precioso patrimônio espiritual, a saber, as suas profundas convicções cristãs. Elas vêm sendo guardadas de geração em geração, como uma constante irreprimível de nossa formação. (...) O significado desse pronunciamento avulta ainda mais, quando se sabe que doutrinas perniciosas rondam os lares mineiros, tentando afasta-los para rumos fatais. Mas o povo responde à altura, saindo à rua afim de desfilar as imagens de Cristo Crucificado e Nossa Senhora da Piedade. Pode-se afirmar, de antemão, que a grande concentração católica será um acontecimento de maior relevo espiritual e **político, no que esta palavra tem de puro e desejável** (grifo nosso)⁷⁵.*

Nota-se que a participação política reivindicada pelos conservadores era aquela “pura e desejável”. “Pura” em oposição ao estrangeirismo associado ao comunismo, e “desejável” porque não se apresentava como “ameaça” à ordem estabelecida.

A mobilização política que tomou conta da cidade, durante a semana que antecedeu ao comício “Minas Gerais a Luís Carlos Prestes” até sua efetivação, transformou as ruas e praças em uma espécie de jogo de conquista de territórios. Como já discorrido, os militantes comunistas promoveram diversos comícios preparatórios nos bairros e cidades vizinhas, seguindo as orientações dos dirigentes para que todos os membros se fizessem presentes na

⁷⁵ Concentração Católica. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 14 out. 1945, p. 4.

homenagem a Prestes. Paralelamente, a Arquidiocese mobilizou todas as paróquias, em especial aquelas instaladas nos bairros e vilas mais pobres. Os dois grupos tomaram as providências para posicionar suas peças no tabuleiro e traçar as estratégias. O jogo iria começar.

No domingo, como era de se esperar, “os sinos de todas as igrejas e capelas, desde o meio dia, repicaram regularmente, transmitindo o aviso para a grande concentração”⁷⁶. Enquanto isso, na Praça da Estação, Prestes era recebido com uma salva de foguetes e aclamações dos partidários. Na Avenida Afonso Pena ouviam-se ladainhas e o rosário era recitado. Não muito longe dali, o Coral Belo Horizonte cantava o Hino Nacional e a Canção do Expedicionário. Não é difícil imaginar uma disputa imaginária entre o laico e o sagrado, o tradicional e o revolucionário.

Findo o cortejo religioso, efetuou-se uma concentração popular em frente à Igreja São José, onde houve “uma alocução ao povo sobre o significado da importante reunião católica”⁷⁷. Diante dos possíveis atrasos e dos discursos de políticos locais verificados na abertura do comício de Prestes, tudo indica que ao mesmo tempo em que as autoridades religiosas se dirigiram aos fiéis, o líder comunista discursou para as pessoas que o aguardavam. Indício deste fato são as palavras do Pe. Trajano Barroco: “Nas lágrimas de sua penitência e na majestade de sua fé, ali estava representada Minas para remediar o gesto infeliz de alguns de seus filhos que nesta hora procuram enxovalhar o seu passado de glória”. Advertia ainda que “aqui não há lugar para a foice e o martelo, porque o coração de Minas pertence a Nossa Senhora da Piedade e ao Senhor Bom Jesus do Brasil”⁷⁸.

No comício comunista era possível distinguir várias delegações do interior e faixas identificando bairros e vilas da Capital. Apesar de não usar de estruturas rígidas, como a

⁷⁶ Os católicos mineiros manifestaram ante-ontem sua repulsa aos inimigos da fé. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 out. 1945, p. 9.

⁷⁷ A concentração católica de amanhã. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 out. 1945, p. 3.

⁷⁸ Os católicos mineiros manifestaram ante-ontem sua repulsa aos inimigos da fé. *Estado de Minas*, op. cit.

procissão – que destinava lugares específicos a cada paróquia –, a mobilização na Praça da Estação tinha a intenção de identificar e apresentar o público comunista.

O discurso de Prestes durou cerca de uma hora e meia. Em sua fala, frisou com insistência que o Partido Comunista lutava por uma solução pacífica, ordeira para a crise política que assolava o país. Enfatizou a necessidade de convocação da Assembléia Constituinte e justificou que o Partido não havia lançado um terceiro candidato para não dividir as opiniões políticas, pois era preciso “união” – palavra de ordem então.

Outro aspecto que deve ser levado em conta na análise dessas manifestações é a presença de representantes da Força Expedicionária em ambas as concentrações populares. No caso da católica falou o capelão Gregório Peregrino Comassetto; e no comício de Prestes, o médico Amílcar Martins.

O capelão mencionou fatos da guerra vivenciada na Europa e, apresentando-se conhecedor daquela realidade, afirmou: “engana-se e quer enganar-nos quem nos promete um paraíso na terra”. Segundo ele,

a igreja tem indicado os caminhos para a solução da crise social, mas a eles nem sempre seguimos e por esta falta o mundo deve se penitenciar e corrigir. Mas, daí, querer transformar esse vale de lágrimas que é o mundo num jardim de delícias vai muito longe. O que pretendem os inimigos da fé não é mais que uma utopia irrealizável⁷⁹

Como ressaltado anteriormente, a herança simbólica dos combates travados pela Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra seria disputada pelas forças políticas do país. Tanto forças conservadoras, como a Igreja Católica, quanto o Partido Comunista reivindicariam os frutos da vitória contra o nazismo.

Em contraponto à fala do capelão, o médico presente ao comício de Prestes, considerando-se “bom cristão e chefe de família”, disse ter sido integrante da FEB, mas se negava a falar em nome da organização:

⁷⁹ Comício Minas Gerais a Luiz Carlos Prestes. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 16 out. 1945, p. 5.

(...) conhecendo a miséria em que vive a quase totalidade da população brasileira, bato-me incansavelmente por um regime de justiça social independentemente de quaisquer partidarismos. (...) Falo em nome daqueles que, independentemente de credo religioso, pensam e agem dentro das normas cristãs de tolerância, da boa vontade, do amor ao Brasil e ao povo brasileiro, acima de quaisquer dissensões partidárias ou ideológicas, e que vêem em Prestes um grande patriota e amigo do povo⁸⁰.

Os discursos cautelosos pronunciados por Prestes ou por seus anfitriões eram respostas diretas aos ataques das autoridades católicas. Cientes da cobertura jornalística dos eventos, os dirigentes buscaram apresentar à população mineira um Partido comprometido com a justiça social, fiel aos princípios democráticos e, principalmente, respeitoso em relação às tradições

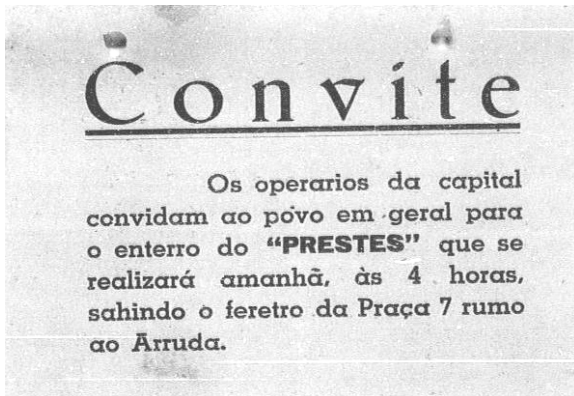


Figura 8 – APM Fundo DOPS - Pasta 4905
Panfleto distribuído por ocasião do comício de Prestes

religiosas.

Além da oposição católica, os militantes comunistas enfrentariam ainda outro movimento, que se dizia de operários e convidava a população ao enterro simbólico de Prestes, que se realizaria às 16h00 do mesmo dia do afamado Comício⁸¹. É

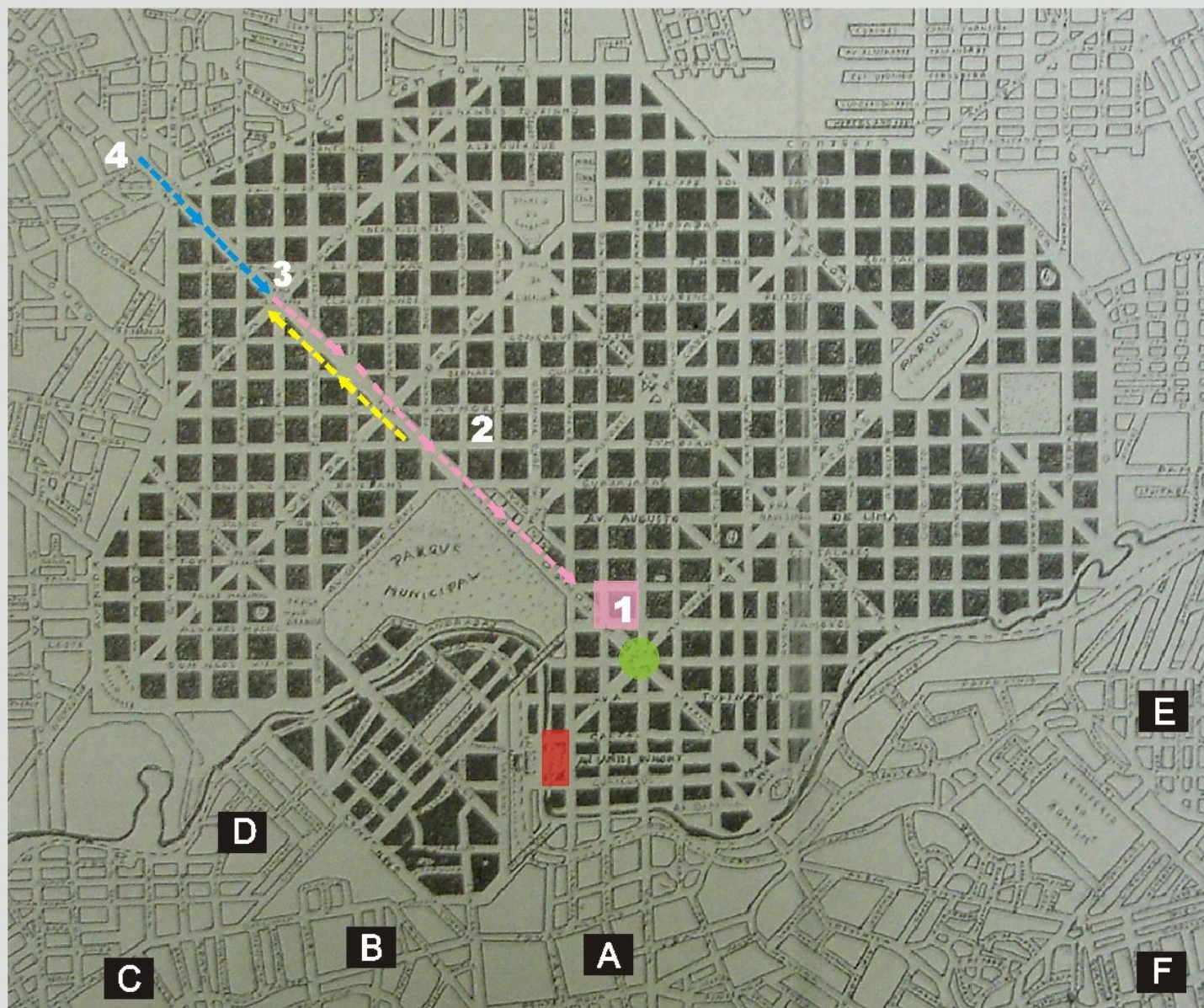
desnecessário falar que as disputas não se restringiram ao espaço físico. Os discursos, sons e imagens reivindicados por cada manifestação evidenciaram o debate de pensamentos que só pôde ser desenhado num espaço público compartilhado. As idéias, ao serem pautadas no debate público, ultrapassaram os limites de seus objetivos, adquirindo novas interpretações.

Naquele domingo à tarde muitas pessoas se deslocaram às respectivas manifestações. Com o mapa da região central desta cidade e a disposição das vias urbanas em mente, é possível vislumbrar a ocupação em massa dessa região:

⁸⁰ Idem.

⁸¹ APM Fundo DOPS – Pasta 4905. Infelizmente, não pudemos comprovar a efetivação desse evento, porém a simples possibilidade do enterro simbólico de Prestes já é reveladora da disputa por territórios políticos no espaço urbano. Inclusive, a convocação para essa manifestação poderia ser falaciosa, com o intuito apenas de provocar inquietação entre os promotores do comício de Prestes.

Mobilização política na região central de Belo Horizonte por ocasião do comício "Minas Gerais a Luís Carlos Prestes"



1. Igreja de São José
2. Catedral de N. S. da Boa Viagem
3. Ponto de encontro das procissões
4. Paróquia Santana da Serra

- Procissão N. S. da Piedade
- Procissão Cristo Crucificado
- Procissão de Retorno

■ Concentração católica na Igreja de São José

■ Comício Minas Gerais a Luís Carlos Prestes

● Provável enterro simbólico de Luís Carlos Prestes

Comícios preparatórios para receber Prestes realizados em alguns bairros próximos da região central:

- A - Lagoinha
- B - Floresta
- C - Horto
- D - Santa Teresa
- E - Carlos Prates
- F - Santo André

FONTE: Foi utilizado como base a Planta Geral da Cidade de Belo Horizonte. *Panorama de Belo Horizonte: Atlas Histórico*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

Ao analisarmos a disposição e movimentação das pessoas no espaço, podemos fazer algumas observações. O polígono central, previamente desenhado e planejado, pode ser interpretado como o coração da cidade – o lugar para onde se convergiam as correntes, em nosso caso, políticas. Por analogia, a vitalidade do coração/centro e, porque não sua própria existência, está intimamente ligada às relações estabelecidas com os outros órgãos/espacos.

Se partirmos do pressuposto que o Partido Comunista representava a inovação, o risco, a Igreja Católica assumia o papel de defensora dos valores tradicionais e, portanto, contrária a mudanças revolucionárias. A realização de pequenos comícios preparatórios nos bairros da cidade demonstra a intenção dos militantes comunistas em ocupar um espaço reservado às celebrações do poder instituído (a região central).

O comício “Minas Gerais a Luís Carlos Prestes” mobilizou uma disputa política verificada em discursos, imagens e símbolos. A imagem obtida com o traçado das mobilizações políticas demonstra como as vias públicas e praças perderam, por alguns momentos, suas funções no espaço urbano e tornaram-se o tabuleiro de um jogo político e territorial.

UM PRESIDENTE COMUNISTA?

A iniciativa militar que culminou na deposição de Vargas⁸² em fins de outubro de 1945 alterou as perspectivas do Partido Comunista quanto às eleições. Se antes o PCB se colocou contrário às candidaturas existentes (UDN e PSD) e se negou a indicar um candidato comunista, as novas conjunturas obrigavam seus dirigentes a um novo posicionamento:

É certo que vivíamos sob um governo de fato, sem base jurídica, e que se este governo cedia em parte aos anseios democráticos do povo, conservava em seu seio, e em postos importantes do aparelho estatal a reacionários conhecidos, fascistas impertinentes e notórios quinta-colunistas. (...) O Partido Comunista prosseguirá em sua luta pela convocação de uma Assembléia Constituinte, mesmo que não seja modificado o Ato Adicional e

⁸² Em 29 de outubro de 1945 o presidente Getúlio Vargas foi deposto pelo Alto Comando do Exército e declarou publicamente que concordava com a deposição. Então, o presidente do Supremo Tribunal Federal assumiu a presidência até o resultado das eleições.

*que se realizem as eleições no dia 2 de Dezembro e, neste caso, fará questão de participar também da eleição para Presidente da República, devendo dentro de breves dias, indicar ao povo o candidato que merece o seu apoio, o homem capaz de inspirar confiança à Nação, democrata provado e na altura de executar no governo um programa mínimo de União Nacional*⁸³.

O golpe foi uma articulação interna e não representou uma ruptura com o passado. Talvez por isso não foram identificadas manifestações significativas contrárias à deposição do Presidente. O Manifesto citado, apesar de condenar o ato como antidemocrático, ressalta que a culpa pelo acontecimento tinha endereço certo: os resquícios fascistas e reacionários do Estado Novo.

Apesar de todo empenho do Partido Comunista, não foi possível manter Vargas à frente do processo de democratização. Preocupados com os possíveis prejuízos às conquistas democráticas e com a sobrevivência legal do PCB – principalmente diante da prisão de alguns integrantes –, todos os esforços dos militantes foram concentrados na condução da campanha eleitoral.

Yedo Fiúza foi o candidato escolhido pelo Partido para disputar as eleições presidenciais. Apesar das constantes críticas relativas a pouca expressão política do candidato, podemos dizer que o nome escolhido enquadrava-se na proposta política do Partido. O discurso de ordem e tranqüilidade pregado pelos militantes precisava de um representante que não tivesse relações com o passado revolucionário do PCB. O “novo” Partido Comunista, interessado na manutenção da ordem para garantir o exercício da democracia, encontrava no engenheiro civil desconhecido a possibilidade de atingir adeptos entre não-comunistas: “Registrado pelo Partido, não é, no entanto, um candidato do Partido Comunista, nem, muito menos, um comunista, mas um candidato de união nacional sem distinção de classes sociais, de ideologias políticas, credos religiosos e pontos de vista filosóficos”⁸⁴.

⁸³ Manifesto do Partido Comunista do Brasil. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 07 nov. 1945, p. 3.

⁸⁴ Manifesto do PCB à Nação apresentando o candidato de União Nacional. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 nov. 1945, p. 7.

Porém a imprensa seria implacável ao vincular o candidato, que era gaúcho, ao círculo de amigos de Vargas e informar que “na biografia do candidato não se aponta nenhum ato, nenhum gesto, nenhuma atitude que justifique a apresentação de seu nome pelo partido que se diz democrático e defensor dos trabalhadores”⁸⁵.

Em que isso pese, a campanha política de Yedo Fiúza enfatizava outros aspectos: “engenheiro, grande administrador e verdadeiro democrata, está arrebatando as massas populares de todas as principais cidades brasileiras por onde está passando, em sua campanha eleitoral relâmpago”⁸⁶. A relação direta entre o número de participantes nos diversos comícios realizados, que em alguns casos chegava a 300 mil, e o tempo exíguo para mobilização dos eleitores era constantemente aventada para demonstrar o sucesso do Partido Comunista na empreitada eleitoral.

“Um dos maiores comícios já realizados em Belo Horizonte”; “uma das maiores demonstrações políticas da história de Minas Gerais” – eis algumas das descrições da imprensa local a respeito da “multidão” de cerca de 70 mil⁸⁷ pessoas que se comprimiam na Praça Rui Barbosa.

*A praça se achava quase que literalmente cheia, e, apesar da escassa iluminação, podia ver-se o povo se espalhando pelas adjacências. Homens, mulheres, velhos e crianças arrestando as ameaças do mau tempo, conduzindo os seus guarda-chuvas e capas, esperavam o início do meeting.*⁸⁸

Mesmo considerando os exageros de um jornalista ávido por despertar os interesses de seus leitores, esse relato não perde seu valor histórico. Falariam aos mineiros naquela noite os candidatos à Presidência e ao Senado pelo Partido Comunista, respectivamente, Yedo Fiúza e Luís Carlos Prestes, além de políticos locais. Dois aspectos desse evento são intrigantes: o que

⁸⁵ O P.C.B. lançou a candidatura do sr. Yedo Fiúza. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 nov. 1945, p. 4.

⁸⁶ Minas aclamará, segunda-feira, Yedo Fiúza, o candidato do povo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 nov. 1945, p. 3.

⁸⁷ Para se ter uma idéia do significado dessa aglomeração, imaginemos o estádio do Mineirão em dia de jogo concorrido, é comparativamente o mesmo público assistindo a um comício.

⁸⁸ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 nov. 1945. Recorte de jornal sem título encontrado junto aos documentos do extinto DOPS/MG. APM Fundo DOPS – Pasta 4905.

teria levado tamanha multidão à praça em tempo de chuva e como teriam permitido a realização do comício na data escolhida.

Sem dúvida a presença de Luís Carlos Prestes concorreu para o sucesso do evento – o fascínio provocado pelo “Cavaleiro da Esperança” em muito colaborou à reunião de muitos ali presentes. Como a própria matéria jornalística sobre o evento nos informa, o “líder do povo” falou de improviso, mas foi o suficiente para apresentar o candidato do Partido, emocionar o público e arrancar aplausos da platéia.

Não há como desconsiderar o valor do culto à personalidade de Luís Carlos Prestes, porém esse evento deve ser assentado num contexto de euforia democrática. A instalação de um comício comunista numa praça da Capital mineira e, ainda mais, com o público estimado só pôde se realizar em função da legalidade do PCB. De acordo com a estimativa do jornal, aproximadamente 30% da população teriam comparecido ao comício na Praça da Estação. É evidente que o apelo do carisma de Luís Carlos Prestes atraiu muitos manifestantes de cidades vizinhas à Capital. No entanto, por se tratar de uma manifestação comunista, os números são realmente expressivos de uma nova cultura cívica que se instalava com a democratização.

A presença ativa da população no referido “meeting” é expressão de que o Partido Comunista se estabelecia como elemento novo no cenário político. De novidade que despertava curiosidade, passava a alternativa possível, que já alcançava seus adeptos. Como vimos anteriormente, se dependesse da reação católica, a penetração comunista no território mineiro não seria pacífica, tendo de enfrentar a evocação à tradição e aos santos e mártires. Entretanto, por mais forte e significativo que tenha sido aos rumos do comunismo em Minas Gerais, o conservadorismo católico não impediu que o Partido viesse às ruas e, “livremente” anunciasse seus propósitos.

Mesmo diante de protestos e reações, em pouco mais de um mês após o primeiro grande pronunciamento de Prestes na cidade – lembremos da grandiosa procissão organizada

para confrontar com o comício –, os militantes comunistas conseguiram reunir verdadeira multidão para conclamar o candidato do Partido Comunista.

Outro aspecto, não menos importante e, pelo menos “curioso” diz respeito à data elegida para o referido encontro. A apresentação do candidato, que se dizia livre de vínculos políticos ou ideológicos com o PCB (mas que estava sob essa sigla), ocorreu justamente no dia da comemoração dos dez anos da mal-afamada “Intentona Comunista”.

É sabido que as forças políticas reacionárias, principalmente militares e clérigos da Igreja Católica, apropriaram-se dos acontecimentos de 1935 na tentativa de mobilizar a sociedade contra as atividades comunistas. Relatar e relembrar a “insanidade do comunismo” eram formas de advertência, pois, se os militantes não fossem detidos, cometeriam novamente as torpezas de 1935. Segundo Motta (2002), a rememoração dos fatos ocorridos naquele ano tornou-se uma arma importante da propaganda anticomunista, que revestiu o episódio “de violência e crueldade inusitadas”.

Dessa forma, a aclamação do candidato Yedo Fiúza em Belo Horizonte no dia 27 de novembro foi, no mínimo, uma afronta ao conservadorismo católico. Apesar de não verificarmos referências explícitas à data na imprensa local, talvez poucos tenham se lembrado do aniversário, a realização de uma manifestação de caráter comunista no referido dia representa, indubitavelmente, o alcance e avanço do PCB em Minas Gerais.

Por outro lado, o líder do Partido no Estado, Armando Ziller, não se esqueceu do memorável acontecimento. Em seu discurso, afirmou que, “depois de dez anos, na mesma data em que os aliancistas tombavam, vítimas da reação e do fascismo, o povo podia, agora, ir para a praça impor seu candidato. Isto, devido a sua consciência política altamente desenvolvida e a sua organização para a democracia”⁸⁹. Prestes também reverenciou os mártires do movimento de 1935 com uma “comovida homenagem”.

⁸⁹ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 29 nov. 1945. Recorte de jornal sem título encontrado junto aos documentos do extinto DOPS/MG. APM Fundo DOPS – Pasta 4905..

Ao mesmo tempo em que o Partido Comunista se apresentava como uma agremiação que atuava dentro das normas, avessa a confrontos políticos, mostrava-se também tributário de uma história de lutas, digna de homenagens e reverências. “Ordem e tranquilidade”, “União Nacional”, “junção de esforços em prol de um objetivo comum”: percebamos que os lemas constantes nos discursos políticos dos partidários do PCB estavam profundamente relacionados com a inauguração de um novo momento na história do Partido. Vanguarda do proletariado, o Partido Comunista seria o verdadeiro ator político no regime democrático; o único representante dos interesses do povo. Além de despertar o orgulho dos simpatizantes, rememorar a trajetória da organização política era uma estratégia para demonstrar seus avanços e explicitar que o momento exigia outras formas de atuação, no caso, a disputa eleitoral.

Sem dúvida, as eleições foram o principal motivador de mobilizações políticas promovidas pelo PCB nesse período. Provavelmente, se a legalização do Partido não tivesse sido seguida de um processo eleitoral, ele não teria conquistado tantos adeptos em Minas. O processo eleitoral exigiu uma postura pública sem precedentes para o Partido⁹⁰.

FALAR PARA SER OUVIDO

A organização de um comício não requeria grandes recursos: panfletos e avisos nos jornais, um palanque (às vezes um simples caminhão), gambiarras de fios elétricos com algumas lâmpadas e alto-falantes. Era só e muito barato. Jamais se pensava em recorrer a ‘showmícios’, esse abastardamento da ação política tão utilizado nos dias atuais. (COELHO, 2000,, p. 129)

A estrutura para os comícios podia ser barata, mas os militantes, principalmente os dirigentes do Partido, tinham ciência de que o alcance das palavras nessas manifestações poderia ficar restrito ao evento. Não era

⁹⁰ A experiência e os recursos construídos a partir de então serão reproduzidos e revividos em outros momentos históricos importantes do PCB.

*possível um grande e forte Partido em Minas sem um jornal de massas. Sua inexistência representa um grande empecilho para a organização do Partido e para o seu trabalho de massas, porquanto um jornal como dizia Lênin, 'não é simplesmente um agitador coletivo, mas também um organizador coletivo'.*⁹¹

A constatação da necessidade de um veículo de informações próprio do Partido vinha da experiência na campanha eleitoral. Segundo os dirigentes, mesmo pagando pelas matérias, a “imprensa burguesa” se recusava a aceitar notícias do Partido Comunista.

A célula Limírio Moreira, com sede no mesmo edifício do Comitê Estadual do Partido, antecipou-se e lançou, em 1º de abril de 1946, o *Boletim da Célula*. Apresentado aos leitores como um “modesto boletim mimeografado precursor amanhã de um poderoso jornal em mãos dos trabalhadores”⁹², o volante era concebido como instrumento de educação coletiva para esclarecimento da “verdade”, aquela que só o comunista poderia conhecer. Tratava-se de uma contribuição da célula para o debate sobre a necessidade de se instituir um jornal do PCB em Minas.

Para conseguirem atingir seus objetivos, os comitês e células eram convocados a participarem em campanhas de arrecadação de fundos. Entre as atividades sugeridas estavam festas, piqueniques, bailes, leilões, rifas, jogos, representações teatrais, parques de diversões, concertos e churrascos. Em busca de meios nos quais pudessem explorar a palavra escrita, os militantes acabaram por promover e ampliar os espaços onde predominava a palavra falada.

As quermesses, os leilões, os bailes e os piqueniques, sob o pretexto de arrecadar recursos para a criação de um jornal comunista em Minas, foram manifestações corriqueiras nesse momento. Os bingos e as rifas de retratos de Prestes, moedas e cartões comemorativos, bolos e guloseimas, entre outras festas populares, mobilizavam a massa para comparecer a

⁹¹ *Circular de Divulgação do Comitê Estadual de Minas Gerais* a todos os comitês municipais, distritais e células do Partido Comunista. 26/12/1945. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

⁹² *Boletim da Célula Limírio Moreira* nº 1 – Belo Horizonte, 01 abr. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

locais consagrados à cultura comunista e tornavam-se convite ao conhecimento da “vanguarda consciente do proletariado” – o Partido Comunista.

Sob o lema “TUDO PELO NOSSO DIÁRIO DAS MASSAS”, o Comitê Estadual solicitava aos comitês municipais e às células que vendessem cartões comemorativos do aniversário do Partido, sendo que 20% da renda ficariam para o comitê ou célula e o restante encaminhado à campanha do Jornal⁹³. Em outro documento, um informativo policial, o investigador anotava: “vendeu-se por 10 cruzeiros entradas para o ‘Baile da Anistia’ a se realizar hoje”⁹⁴. Num panfleto os funcionários públicos eram convidados a comparecer a uma festa em benefício da Campanha pró-Imprensa Popular⁹⁵ e contribuir “com o que puder para o *Jornal do Povo*, a sair brevemente”⁹⁶.

Em setembro de 1946 os populares eram convidados a assistir peças teatrais no salão da sede do Partido Comunista na Capital, num Festival organizado pela Célula Tiradentes. Com a colaboração de atores de Raposos, seriam apresentados o drama “O Escravo” e a comédia “Barbada”, e num segundo momento o salão seria tomado por um grande baile com a orquestra dirigida pelo “companheiro Rosalino”. O ingresso, como em outros eventos, estava destinado a cobrir as despesas para o lançamento do jornal.

⁹³ *Carta do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil*, 29 mai. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

⁹⁴ Bilhete policial. 19 abr. 1947. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

⁹⁵ Campanha de finanças, de amplidão nacional, realizada pelo Partido Comunista para angariar fundos para implantação de gráficas e editoras em todo país para publicação de jornais, livros e revistas de divulgação.

⁹⁶ *Funcionários!* Panfleto dirigido aos funcionários públicos. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283. O primeiro número do *Jornal do Povo* (órgão da imprensa comunista editado em Belo Horizonte) foi publicado em dez. 1946.

precedentes na história do Partido e tornavam-se, por isso, fundamentais à promoção e ampliação dos quadros partidários.

Entretanto, o Partido Comunista não teria apenas dias de glória. Na tentativa de conquistar novos adeptos e divulgar a cultura comunista, os militantes enfrentaram muitos percalços em Belo Horizonte. Um exemplo: em janeiro de 1945, num comício de bairro realizado na Cachoeirinha em comemoração ao aniversário de Luís Carlos Prestes, os militantes foram recebidos a pedradas e só conseguiram sair do local com a ajuda de escolta policial. Noutro evento de propaganda política realizado durante a campanha para eleições estaduais na localidade denominada Renascença, a caminhonete usada pelos manifestantes teve os cartazes arrancados, os oradores falaram sob vaias, saíram com os alto-falantes danificados, receberam pedradas e o palanque improvisado foi quebrado.

Esses fracassos estavam associados ao cumprimento de tarefas estipuladas pelo comando central, muitas vezes alheio às especificidades locais das vilas e bairros da cidade. Afinal, nem sempre o discurso comunista era comungado por todos.

Poderíamos imaginar que o PCB, portanto, não encontraria adeptos nos bairros indicados acima. Porém, foram nesses bairros e em suas vizinhanças que se instalaram células do Partido, como a Spartaco, a José do Patrocínio e a Capitão Geraldino: indícios de que, apesar de alguns fracassos, o Partido Comunista se fazia ouvir.

O Partido conseguiu, numa curtíssima campanha, atingir cerca de 10% dos votos válidos e eleger catorze deputados e um senador, Luís Carlos Prestes, nas eleições de 1945. Esses resultados fizeram com que o Partido se tornasse a quarta força política do país, ameaçando os interesses políticos da elite. Os avanços políticos do Partido Comunista e a liberdade democrática começavam a provocar certa indisposição entre as forças conservadoras. Mesmo legalmente estabelecido, o Partido Comunista enfrentaria a repressão policial em suas atividades. Em circular aos delegados, a Chefia de Polícia esclarecia que:

A propaganda do Partido Comunista deverá cingir-se estritamente aos objetivos constantes de seu programa registrado no Tribunal Eleitoral. Deverão, pois, serem reprimidas quaisquer manifestações que visem fomentar a luta de classes, as greves, as agitações e a perturbação de relações internacionais. A liberdade de crítica ou de reunião fica, assim, condicionada no interesse da ordem pública. Recomendo-vos tomar as necessárias providências, na zona de vossa competência policial, afim de evitar abusos já verificados em reuniões promovidas por membros do aludido partido político⁹⁷.

Condicionar a liberdade de expressão aos interesses da ordem pública significava, em outros termos, transferir à polícia a capacidade de discernimento entre o abuso e o que seria o uso adequado da liberdade. Não tardou para que a polícia se manifestasse: a sede do Partido passou a ser vigiada sem descanso. Em fins do mesmo mês um policial informava que havia monitorado as atividades realizadas na sede Comitê Estadual do PCB e que os militantes ficaram no prédio até as duas horas da madrugada, tendo se dispersado após o referido horário. No documento, arquivado pelo antigo DOPS, não se liam quaisquer outras informações, embora o relato do policial seja por si só suficiente para demonstrar que todos os passos dos dirigentes comunistas seriam acompanhados de perto e cerceados, se preciso fosse.

BANDEIRAS VERMELHAS OCUPAM AS RUAS E INAUGURAM UMA NOVA HISTÓRIA

ORGANIZAR O POVO PARA DEFENDER A DEMOCRACIA

Um partido em busca das massas. Assim poderíamos definir a atuação política do Partido Comunista em seus anos de legalidade. O otimismo no aprofundamento democrático motivou e até estimulou a realização de manifestações públicas de simpatia e exaltação à cultura comunista.

⁹⁷ Circular da Chefia de Polícia, 15 mai. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

Para ocupar as ruas os manifestantes recorreriam aos mais diversos motivos. Entre eles, destacamos aqueles que o próprio Partido elegeu como sendo “vitórias democráticas no Brasil”. Como estabelece o documento “Organizar o povo para defender a democracia”⁹⁸, a anistia, a Assembléia Constituinte e a promulgação da nova constituição, a legalidade e outras conquistas associadas ao Partido Comunista deveriam ser usadas pelos militantes como artifícios para mobilização e formação política do povo.

O movimento a favor da anistia aos presos políticos foi a porta de entrada dos militantes comunistas para a cena pública em 1945. Como recorda o militante Marco Antônio Tavares Coelho, a campanha possibilitou a mobilização da opinião pública e, principalmente, de grupos sem relação política com o Partido Comunista em prol de um interesse comum – a anistia aos presos políticos:

Não perdemos tempo, mas nos surpreendemos ao ver que de todos os lados apareciam pessoas dispostas a ajudar e a propor iniciativas para mobilizarmos a opinião pública em favor da anistia. Minha surpresa decorria do fato de, até então, eu estar preso à visão do trabalho clandestino, limitado e cauteloso, e de repente gente que nem conhecíamos, pessoas não afinadas conosco, abraçavam causas que propúnhamos. (COELHO, 2000, p.74)

Após as eleições, o PCB, com o intuito de firmar suas bases no cenário político, buscava relembrar o êxito da luta pela anistia. Segundo orientações dos dirigentes, uma vitória popular que deveria ser comemorada, “acentuando ter sido o povo, com o nosso Partido à frente, quem conquistou essa medida, forçando o ditador Vargas a dar mais um passo para a Democracia”⁹⁹.

Essa orientação reforça a construção de uma identidade do Partido Comunista como vanguardeiro na luta democrática. E, por isso, as diretrizes ressaltavam a necessidade de que os “companheiros” fossem os primeiros a promover as comemorações pela data. Além disso,

⁹⁸ *Organizar o povo para defender a democracia* (Esquema). [1946]. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

⁹⁹ *Carta do Comitê Estadual aos Comitês Municipais*, abril/1947. Instruções do Comitê Estadual do PCB aos Comitês Municipais a respeito das comemorações pelo 2º Aniversário da Anistia. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

era preciso dar às manifestações “um cunho de unidade convidando os partidos políticos para participar, bem como o governo, por intermédio da Prefeitura Municipal e autoridades locais” e “um caráter acentuadamente popular por meio de festas, shows, etc.”¹⁰⁰.

Assim como a anistia, os trabalhos da Assembléia Constituinte e a própria Constituição, promulgada em 1946, seriam reverenciados como passos decisivos na condução do povo brasileiro à democracia. A luta do PCB pela Constituição deveria ser uma bandeira e um motivador para organização das massas:

*A influência de nosso Partido vem aumentando gradativamente, a medida que se vão esclarecendo, camadas cada vez mais amplas do nosso povo voltam-se confiantes para o nosso Partido. Setores progressistas da burguesia vão compreendendo mais claramente, também, a justiça das soluções que propomos. (...) Sem dúvida, não obstante nossa fraqueza, lutamos pela ordem, durante a guerra contra o nazismo, lutamos pela FEB, pela anistia, pela Constituinte, pelas eleições, ao lado dos nossos irmãos dos outros Estados. Mas, se conseguimos mobilizar grandes massas nessas campanhas, não conseguimos organizá-las.*¹⁰¹

A partir da constatação do dirigente regional, podemos distinguir a dicotomia que acompanharia a ação política do Partido na legalidade: a exaltação das “lutas comunistas” pela democracia e a perplexidade diante das dificuldades enfrentadas pelo Partido na formação de quadros. O sucesso das lutas não podia ser esquecido, principalmente por ter sido o chamariz de boa parte dos membros iniciantes que se ingressaram no Partido pós-1945. No entanto, para além do convencimento das massas, o PCB buscava o aperfeiçoamento prático e político de sua própria militância. Para que o PCB estabelecesse suas bases e se mantivesse “a frente do processo democrático”, as conquistas de 1945 precisavam ser lembradas e, por que não, comemoradas.

Apesar de críticas à composição da Assembléia Constituinte que, segundo documentos internos do Partido Comunista, ainda estava fortemente marcada por resquícios das velhas oligarquias, a maior contribuição do parlamento ao processo democrático seria a eliminação

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ *Informe e Resoluções do Pleno do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil – Minas Gerais*, mar. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

das medidas autoritárias da Carta de 1937. Como único partido digno de representar os interesses do povo, o PCB reclamava para si o papel de condutor das verdadeiras bases democráticas presentes no plenário que, para os militantes ainda eram poucas:

O povo viu que foram os deputados comunistas, na Assembléia Constituinte, os maiores defensores de seus interesses, aqueles que não recuaram um passo na defesa dos direitos dos trabalhadores, que lutaram pela distribuição de terras aos camponeses, pelo direito de voto aos soldados e analfabetos e contra as companhias estrangeiras que exploram o nosso povo. O povo viu tudo isso, amadureceu politicamente, e hoje sabe o que vai fazer.¹⁰²

Mesmo que o Partido Comunista não tivesse exercido de fato esse papel de comando e liderança, sofrendo com uma correlação de forças desigual no parlamento, ele soube usar a tribuna para defender os interesses do povo e, em especial, os direitos e garantias dos trabalhadores:

Foi tarefa difícil para os comunistas transitarem nos trabalhos constituintes. Não se tratava só daquilo que o PCB esposava como fundamental para a classe que queria representar e para seu projeto de sociedade, era o dilema de transformar esses princípios em realidade concreta. Independentemente dos erros e acertos de linha política, se tratava de tentar viabilizar, ainda que de forma intermediária, suas propostas políticas ou senão, pelo menos, tentar obstar os avanços do 'retrocesso'. (SANTANA, 2001, p.53)

Entenda-se que por mais que o texto final contivesse matéria de teor divergente dos entendimentos comunistas, o Partido foi, no calor das discussões parlamentares, um fiel promotor dos avanços democráticos. A nova Constituição era uma conquista para o Partido Comunista, mas também para toda a sociedade e, por isso, digna de manifestações de reconhecimento:

Como os camaradas sabem, deve ser publicada dentro de alguns dias a nova Constituição do país. Para comemorarmos tão grande acontecimento é imprescindível que em cada localidade sejam realizados comícios, passeatas, manifestações em praça pública ou recinto fechado, com a participação de representantes de todas as correntes políticas democráticas e de organizações sindicais e populares. Comissões amplas com representantes de cada partido político e outras entidades devem ser organizadas para imediatamente entrar em ação na organização dessa

¹⁰² *Povo Mineiro!* Panfleto de divulgação do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, dez. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

*comemoração. Devemos fazer dessa comemoração verdadeira festa popular com a realização de palestras, bailes, sessões cívicas, etc. Todos os organismos do Partido devem ser mobilizados para essa tarefa.*¹⁰³

Observadas essas orientações, em 18 de setembro de 1946, “os partidos democráticos de Minas Gerais”¹⁰⁴ promoveram um comício em regozijo pela promulgação da Constituição:

*A promulgação da nova CARTA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA representa a derrota definitiva dos provocadores interessados na morte de nossa democracia. Esse fato é motivo de grande júbilo popular, e, para tanto, convocamos o povo de Belo Horizonte para o COMÍCIO MONSTRO.*¹⁰⁵

A manutenção das conquistas democráticas dependia essencialmente do conhecimento por parte da população de suas garantias e direitos, reunidos na nova Carta Constitucional. Além de mobilizações para as comemorações populares, era imprescindível promover atividades de difusão e efetivo conhecimento do conteúdo da Constituição. Não por acaso o PCB “tomou a iniciativa de imprimir uma edição especial da Constituição em milhares de folhetos, que serão enviados a todos os Comitês Municipais”¹⁰⁶. Os comitês e células também foram orientados na promoção de círculos de leitura e debates relacionados à Constituição.

A tentativa de popularização da Constituição visava a manutenção e a ampliação da participação política de trabalhadores e, principalmente, da população em geral. O conhecimento dos direitos previstos provocaria, assim esperavam os militantes, a reivindicação por uma participação política mais efetiva da população. Seguindo essa perspectiva, o apelo estampado no panfleto do aludido comício em homenagem à promulgação da Constituição não poderia ser mais adequado: “Cidadão! Exerça o direito que lhe é facultado pela Constituição Brasileira, compareça ao grande comício do dia 18”.

¹⁰³ *Circular do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil*, 13 set. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

¹⁰⁴ Nos panfletos produzidos para divulgação do evento assinavam as seguintes instituições: União Democrática Nacional, Partido Social Democrático, Partido Republicano, Esquerda Democrática, Partido Comunista do Brasil, Partido Trabalhista Brasileiro, Associação de Ex-Combatentes de Minas Gerais, União Estadual de Estudantes e União Colegial de Minas Gerais.

¹⁰⁵ *Manifesto ao Povo*. Panfleto de divulgação do comício de comemoração da promulgação da Constituição Brasileira de 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

¹⁰⁶ *Carta do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil*, 19 out. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

A Constituição assegurava os direitos do cidadão e garantia a liberdade de expressão. Mas, sua fundamental importância residia na restauração da democracia, esquecida no período do Estado Novo. Ao associar a promulgação da Constituição a uma luta mais ampla em defesa da democracia, o Partido buscava sustentar a própria legalidade. O PCB, defendendo a sua legalidade, colocava-se em defesa da Constituição.

Como posteriormente indicado nesta pesquisa, o Partido já sofria, desde os primeiros meses de 1946, bombardeios de uma intensa campanha anticomunista. Assim, reverenciar a atuação política baseada no respeito à ordem e à tranquilidade e, o mais importante, legalmente permitida, era essencial para dar continuidade e impulsionar as ações do Partido. Em maio de 1946 uma significativa mobilização tomou conta dos quadros partidários por ocasião da comemoração do primeiro aniversário da legalidade do PCB:

Há um ano atrás, o nosso Partido saía para sua legalidade, após 23 anos da mais dura ilegalidade; neste período de um ano apenas de existência legal, o nosso Partido atingiu tal amplitude que incontestavelmente dirige e encaminha, para nova orientação a política nacional. Já, agora, tem o governo que atender os reclames do Povo, pois este sob orientação de seu Partido – o PCB, vem elevando o seu nível político, se organizando ainda mais e influenciando nos destinos da Nação, como uma força efetivamente política e de vanguarda. Por outro lado, dessa situação exposta em traços rápidos nos mostra claramente qual é a garantia da existência legal de nosso Partido: - o povo organizado e consciente.¹⁰⁷

Dessa forma, a legitimidade de ação do Partido deveria ser festejada justamente através de sua principal conquista – a ocupação do espaço público. O PCB buscava as massas, a garantia de sua existência legal. Muitas manifestações se fizeram sentidas em toda a Capital mineira. Para as comemorações foi organizada a “Quinzena da Legalidade”, que incluía a realização de comícios e festejos em vários bairros de Belo Horizonte e na região central:

Nas comemorações da legalidade de nosso Partido devemos ter uma grande mobilização de massas, numa série de comícios. Com esse fim

¹⁰⁷ Boletim Interno do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil de Juiz de Fora, Ano I, 11 mai. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

traçou o secretariado do Comitê Municipal de Belo Horizonte um plano de trabalho, incluindo comícios centrais e de bairros. O plano é o seguinte:

1- Dia 9 haverá um ativo. Nos dias 11, 16 e 23 faremos comícios no centro da cidade, sendo que o do dia 16 contará com a presença do camarada Luiz Carlos Prestes e o do dia 23, que é de encerramento, com a de José Maria Crispim. Os comícios estão divididos em duas partes, assim, as células realizarão comícios até o dia 15, dia 16 falará o camarada Prestes, dia 17 reunir-se-á o C.M. para dar um balanço crítico dos trabalhos realizados, dia 18 haverá um ativo, ao qual devem comparecer todos os secretários de célula e dia 19 recomeçam os comícios de bairro.

2- Os comícios de bairro serão promovidos pelas células e serão comícios de preparação, não contando com alto falantes e para eles serão impressos boletins ou volantes. O material para a propaganda dos comícios centrais será distribuído às células por intermédio da Comissão de Organização Municipal. (...) As células devem fazer finanças de massas em todos os comícios, vendendo folhetos do Partido, cartões de aniversário do PCB, etc.

(...) Funcionará uma Comissão Central pró-festejos comemorativos da legalidade do Partido. As células deverão organizar sub-comissões similares, ligadas a essa comissão central, convidando para compô-la, pessoas de prestígio no bairro, fazendo todos os esforços para trazer grande número de elementos de massa aos comícios centrais¹⁰⁸.

Os comícios de bairro movimentaram toda a cidade e tinham como objetivo demonstrar o sucesso do Partido Comunista nas lutas democráticas. Reviver a conquista pela liberdade de expressão era manter vivo o ânimo dos militantes recém-ingressos no PCB. Entre os dias 10 e 23 de maio, em dezoito localidades diferentes da cidade, foram realizadas manifestações públicas de incentivo à legalidade do Partido, sendo três delas na Esquina da Sinuca. O camarada Prestes não esteve presente na manifestação realizada no dia 16, tendo participado apenas do comício de encerramento, realizado no dia 25 de maio.

Muitos eventos aconteceram simultaneamente. Na rua Carangola, no final do bonde do Bairro Santo Antonio, participava de um comício o militante Marco Antonio Tavares Coelho, juntamente com outros três companheiros, que, segundo informações de relatos policiais, teve uma assistência muito pequena. No mesmo dia, era promovido no Bairro Barro Preto, na esquina da Avenida Augusto de Lima com a rua Araguari, outro comício, no qual Orlando Bonfim Jr. fez ataques à Cia Força e Luz de Minas Gerais, às companhias estrangeiras e ao capital colonizador, que, de acordo com o orador, era o responsável pela exploração do

¹⁰⁸ Circular do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil, mai. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

povo¹⁰⁹. Eram constantes os ataques às autoridades, em especial ao Chefe de Polícia do Estado e aos Ministros do Trabalho e da Justiça, tachados como “fascistas”.

Para constituir um forte movimento de massas que anularia os golpes da reação, entre as tarefas assumidas pelo Partido no período que se seguiu às eleições de 1945, destacamos a campanha pela participação ativa das mulheres nas lutas políticas:

Cabe também a nós, as mulheres, sabermos defender os interesses da nação, lutando, dentro e fora do lar, contra a opressão, contra a carestia da vida, contra a inflação, ao lado de nossos companheiros, organizando-nos em comitês democráticos, antifascistas, ou outras organizações populares. (...) É necessário nós mulheres unirmos todas ao lado dos nossos companheiros e companheiras de luta, para que no futuro os nossos filhos e netos possam gozar de vida digna, gozar enfim do seu próprio lar, esse conseguido a custas de sacrifícios e de lutas tenebrosas. (...) A mulher representa na sociedade atual um papel de grande importância, pois já foi quebrado o tabu que a fazia escrava do homem, sofrendo dupla exploração (...). Se ainda não suprimimos nossas deficiências, iremos agora lutar para isto. No lar, organizando uma família modelo (...) fora do lar, também, em organizações populares femininas para instruir o nosso povo na prática da mais ampla democracia.¹¹⁰

As mulheres eram agentes de uma luta privada, aquela restrita ao lar. Ao convocá-las à atuação política, juntamente com seus companheiros, o Partido buscava penetrar os lares, na família, e, ao mesmo tempo, trazer ao espaço público questões peculiares aos problemas domésticos.

Em Belo Horizonte o Partido já contava com duas organizações exclusivamente femininas, a saber: o Comitê Democrático Feminino e a Célula Progressista Feminina. E, ao que parece, atuantes: “Um comício em protesto pelas violências do governo fascista de Franco, que após haver fuzilado nove líderes democráticos, ameaça de morte, agora, três grandes mulheres espanholas”. Assim era justificado o evento a ser realizado pelo Comitê

¹⁰⁹ Ver COELHO, Victor de Oliveira Pinto. *Nova Lima, 1948. A greve dos mineiros e o ardil anticomunista*. Dissertação de Mestrado em História – UFMG, Belo Horizonte, 2004, p. 28.

¹¹⁰ *Boletim da Célula Limírio Moreira* n. 1 – Belo Horizonte, 01 abr. 1946. “A mulher no Lar”. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

Democrático Feminino, em sua solicitação para autorização na Chefia de Polícia¹¹¹. O comício foi realizado com expressiva presença de mulheres e mereceu destaque nos jornais locais.

A participação política das mulheres estava alicerçada na ampliação da democracia. Ao incentivar o ingresso da mulher na luta política, o Partido Comunista contribuía para a superação da opressão social e a afirmação da mulher como cidadã. Para o PCB, a ordem social burguesa explorava, escravizava, submetia o povo à fome e à miséria; já o comunismo representava o contrário: o combate à exploração e a união dos trabalhadores para construção de uma nova sociedade¹¹².

NOVAS ELEIÇÕES

Um novo processo eleitoral se principiava: tratava-se das eleições para governadores e deputados estaduais¹¹³. O Partido Comunista, com base na experiência da campanha anterior – realizada em tempo recorde –, buscava estabelecer parâmetros e planejar ações com o propósito de garantir maior número de eleitores.

Para isso o Comitê Estadual recomenda o seguinte:

(a) A maior divulgação possível da lei eleitoral, através de sabinas, palestras, etc... nas sedes do Partido, nos Comitês Democráticos, nos bairros, nas vilas, em casas residenciais, enfim em quaisquer lugares.

(b) Formação de quadros conhecedores da lei eleitoral. É indispensável que cada militante conheça perfeitamente a lei eleitoral, transformando-se assim num cabo eleitoral de novo tipo, capaz de prestar qualquer esclarecimento sobre o assunto aos simpatizantes, amigos ou não do Partido¹¹⁴.

¹¹¹ Solicitação do Comitê Democrático Feminino para realização de comício, 21 mar. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 4905.

¹¹² Cabe ressaltar que a imagem da mulher revolucionária construída pelo Partido Comunista não excluiu certa hierarquia entre os sexos, reproduzindo, entre os militantes, opressões e discriminações que se buscava denunciar. A propósito dessa temática, ver FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

¹¹³ Trata-se do pleito programado para 19 de janeiro de 1947, quando seriam realizadas: 1. eleições para o terceiro senador, em cada Estado e Distrito Federal, e de suplentes para os senadores eleitos em 1945; 2. eleições de deputados federais para: (i) completar as bancadas estaduais, cujo número de deputados federais fosse inferior ao decorrente da fórmula estabelecida pelo art. 58 da Constituição de 1946 e (ii) um deputado federal, nos territórios; 3. eleição de governadores e deputados estaduais de todos os Estados – observamos que os deputados estaduais eleitos em 1947 tinham, inicialmente, função constituinte – e, finalmente. As eleições para prefeitos e vereadores foram realizadas em 23 de novembro de 1947.

¹¹⁴ *Circular do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil*, 22 ago. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

As eleições ainda eram procedimentos novos para grande parte da população. O Partido, assim como no pleito anterior, assumia, por meio de seus militantes, a função de instrutor das grandes massas. A estruturação de “cabos eleitorais de novo tipo” constituía, assim, peça fundamental da campanha eleitoral do PCB, que não se limitava à propaganda política dos candidatos, mas buscava a efetiva formação de cidadãos atuantes, afinal os verdadeiros guardiões da democracia: “Só com o povo participando nos destinos políticos de nossa Pátria, será possível acelerar a liquidação do fascismo e da reação e ampliar o progresso e o bem estar de nosso povo”¹¹⁵.

Havia todo um trabalho, imenso, a ser operado, principalmente devido à precariedade dos instrumentos eleitorais que abriam possibilidades para fraudes. Isto porque as cédulas ainda não eram oficiais e os eleitores deveriam levá-las no dia da votação. Os militantes não mediriam forças para atingir o maior número possível de eleitores no Estado. O direito de escolher os representantes do povo estava materializado no voto e, para exercê-lo, era obrigatório que o eleitor se alistasse. O PCB, empenhado na conquista de eleitores, lançaria mão de campanhas educativas com a distribuição de panfletos e a realização de reuniões especiais para os operários das grandes companhias, manifestações de bairro, teatro e festas populares com o intuito de persuadir a população da conveniência das eleições: “As eleições de 19 de Janeiro são decisivas (...). Por isso, todos nós devemos desenvolver o máximo de nosso esforço, no sentido de alcançarmos, com nossa ação organizada, as mais vastas camadas de nossa população”¹¹⁶.

¹¹⁵ *Circular do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil*, 24 nov. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

¹¹⁶ *Idem*.

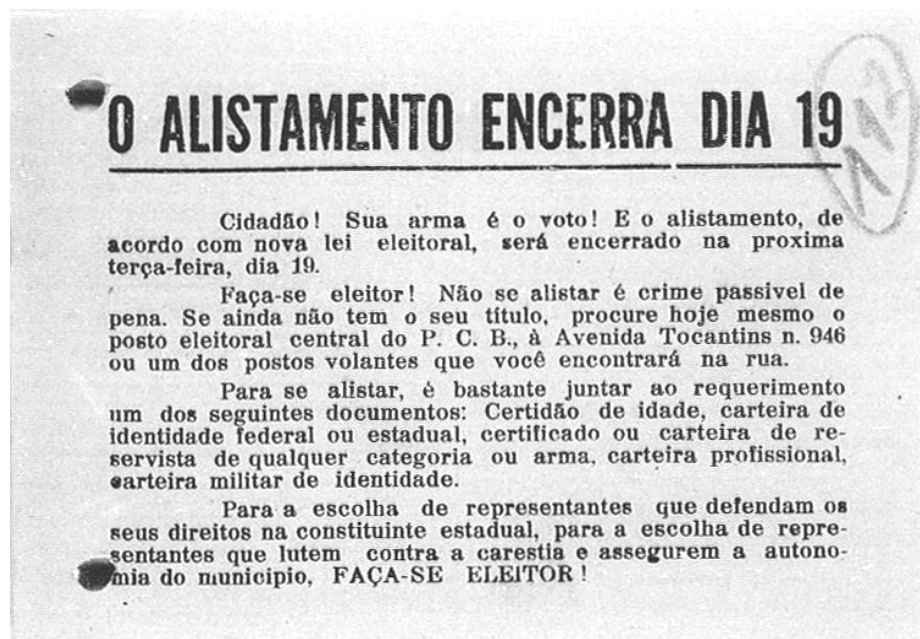


Figura 11 – APM Fundo DOPS - Pasta 5283
Panfleto distribuído para incentivar o alistamento eleitoral

Para traçar o planejamento da campanha eleitoral no Estado, solicitou-se aos comitês que enviassem um relatório de todas as atividades desenvolvidas por ocasião das eleições de 1945. Numa espécie de questionário, os militantes informariam a quantidade de comícios realizados, como foi estabelecida a distribuição do material de propaganda, se foram feitas faixas e cartazes, se houve propaganda individual dos candidatos nas localidades, entre outras atividades. Os responsáveis deveriam avaliar a eficiência das atividades e indicar seus êxitos e fracassos para que, superadas as dificuldades encontradas, alcançassem o sucesso pretendido nas eleições estaduais:

Hoje, enriquecidos com a experiência da última campanha e com o Partido já melhor estruturado (...), se todos os nossos CC.MM, CC.DD e células do Partido planificarem racionalmente todas as suas tarefas poderemos alcançar nas eleições de Janeiro de 1947 o triplo de votação obtido, por nós, em Dezembro de 1945. Basta somente que mobilizemos todos os homens e mulheres do Partido e dar a cada organismo e a cada um dos seus membros, uma tarefa determinada¹¹⁷.

¹¹⁷ Idem.

A avaliação demonstrou a necessidade de uma ação direcionada, com a atuação mais eficiente do Partido. O PCB adotava uma estratégia de aproximação das massas e suas aspirações deveriam vincular-se aos anseios de seus prováveis eleitores.

Nesse entendimento, uma das bandeiras reivindicadas pelo Partido naquelas eleições tinha relação direta com a história de Belo Horizonte – a autonomia municipal. Por ser a Capital do Estado, a cidade teve, desde sua criação, o prefeito indicado pelo governador ou interventor. A mobilização política do Partido Comunista em torno da questão da autonomia municipal – um dos pontos do Programa Mínimo do PCB – associava-se à idéia de que um dirigente eleito pelo povo estaria mais disposto a resolução dos problemas locais. Os candidatos da Chapa Popular do Partido eram apresentados como aqueles que lutariam na Constituinte Estadual para a realização de eleições livres nos municípios:

A autonomia municipal é a base da democracia, é o direito que tem o povo de escolher livremente seus dirigentes. A Constituição Federal diz que 'o prefeito poderá ser de nomeação do Governador do Estado no município da Capital'. Podemos e devemos, portanto lutar para que na futura Constituição Estadual seja garantido ao povo de Belo Horizonte o direito de eleger o seu prefeito. (...) Só um prefeito eleito pelo povo cuidará também do melhoramento das vilas, ao invés de olhar somente os bairros próximos ao centro da cidade. A eleição do prefeito é a maior garantia do progresso de Belo Horizonte¹¹⁸.

Ao indicar a urgência no atendimento de reivindicações provenientes das vilas em detrimento de outros bairros da cidade, o PCB direciona o discurso às camadas mais pobres, aos operários, às donas de casa residentes nessas localidades. Outros artifícios usados pelos militantes para que se aproximassem desses eleitores foram as denúncias acusando a falta de saneamento básico, enfatizando-se igualmente o alerta da necessidade de água tratada, entre outros serviços essenciais à população. Não por acaso, muitos atos públicos para divulgação das eleições foram realizados nos bairros mais distantes da região central.

Pausemos para interpretar a seguinte canção:

¹¹⁸ Autonomia Municipal. nov/1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

Autonomia Municipal!¹¹⁹
Autor Anônimo

*De norte a sul,
 De leste a oeste
 O povo grita
 Prestes, Prestes, Prestes.*

*Ó meu Brasil agora tu despertas,
 De um sonho longo que o fascismo deu
 Surgiu a aurora da democracia
 O povo heróico lutou e venceu*

*De norte a sul,
 De leste a oeste
 O povo grita
 Prestes, Prestes, Prestes.*

*O povo quer que no Brasil
 Haja progresso e União Nacional
 E garantia de todos os direitos
 Autonomia Municipal!*

*De norte a sul,
 De leste a oeste
 O povo grita
 Prestes, Prestes, Prestes.*

Ao que tudo indica, a canção foi entoada pelos manifestantes em atos públicos de propaganda política do PCB. Músicas, marchinhas e carnaval davam um colorido especial à campanha eleitoral comunista. Nas atividades políticas do Partido, o espaço do entretenimento era essencial e assumia também funções políticas. Como já explicitadas, as diversões populares, a exemplo de festas, bailes e bingos, eram compreendidas como importantes canais de veiculação do programa comunista. Um dos candidatos a deputado estadual, Antenor Motta, assumira o posto de dirigente da Escola de Samba Marabá Choro, o que proporcionou, em algumas ocasiões, a realização de “carnavais antecipados” nas manifestações políticas do Partido Comunista¹²⁰. Tendo em vista o apelo popular dessas agremiações, sua presença nos comícios certamente atraía parcela significativa da população.

O apelo popular das campanhas políticas do PCB provocava a reação anticomunista:

A partir do triunfo espetacular das urnas, nas últimas eleições, o comunismo foi ganhando terreno de dia para dia. Hoje constitui ele uma séria ameaça para o país. Não lhe faltam copiosos recursos para a mais intensa propaganda à qual se entrega de corpo e alma. (...) Dão-se os

¹¹⁹ *Autonomia Municipal*. Hino provavelmente cantado durante as manifestações de propaganda política do PCB em Belo Horizonte. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

¹²⁰ Em dois comícios realizados na região central de Belo Horizonte nos dias 03 e 12 de janeiro de 1947, desfilaram as Escolas de Samba Remodelação da Floresta, Unidos da Floresta, Parque Riachuelo, Surpresa, Monte Castelo e Marabá Choro. No primeiro deles a concentração restringiu-se às imediações da Esquina da Sinuca, tendo desfilado os integrantes das escolas pelas ruas vizinhas, conduzido cartazes e retratos dos candidatos. Já no segundo evento, as escolas desfilaram após o encerramento do comício com seus “cânticos, músicas e danças” característicos pela Avenida Afonso Pena partindo da Praça Rio Branco. Importante análise sobre a relação estabelecida entre o PCB e o mundo do samba pode ser encontrada em GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1950)*. Op. cit.

comunistas a uma ativíssima propaganda. Moças elegantemente vestidas, tipos dignos da Passionaria, acompanhadas de rapazes e homens igualmente trajados com apuro, muitos deles estrangeiros suspeitos, invadem os ônibus e, sem nenhum respeito às famílias se põem a cantar um samba de propaganda eleitoral. Enquanto esses desalmados se agitam no louco afã de entregar o Brasil a Stalin, nosso povo, descrente desanimado, aguarda o desfecho dos acontecimentos. (...) Os comunistas, porém, unidos levarão as massas às urnas para anarquizar o país¹²¹.

Outro ingrediente mobilizador bastante utilizado pelo Partido: a imagem de Prestes. A invocação da imagem do líder comunista sempre esteve presente nas campanhas eleitorais e não seria diferente nessa. O próprio hino de campanha reproduzido acima diz muito pouco sobre a autonomia municipal, a propósito o título da referida cantiga. Entretanto, as bandeiras políticas do Partido são reconhecidas e explicitadas (democracia, União Nacional, Constituição), e o nome de Prestes repetido reiteradas vezes, demonstração clara da tentativa de equacionar um desejo local (autonomia municipal) como resultado das lutas “incentivadas” pelo PCB. Lutas estas conduzidas por um líder carismático. Para além de candidatos do Partido, eram candidatos de Prestes.

Mais uma vez a campanha eleitoral trazia a Belo Horizonte o líder político para fomentar o embate político. Em dezembro de 1946, o camarada Prestes falou pela quarta vez ao povo mineiro na Praça Rui Barbosa. Num discurso em que frisou as linhas defendidas pelo Partido e empenhou-se em valorizar as ações da Assembléia Constituinte, o senador destacou a necessidade de redistribuição de terras, de melhores salários e de respeito aos direitos da mulher. Ele ressaltou o imprescindível combate “à descabida opressão do povo brasileiro pelo capital internacional”. O discurso de Luís Carlos Prestes apresentava seus candidatos: aqueles nos quais o povo poderia confiar, pois o PCB era o único partido nacional e organizado,

¹²¹ Fanatismo Comunista. Pe. Arlindo Vieira S.J. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 jan. 1947, p.8.

enquanto os outros só pensavam em “posições de mando e em esbanjar o dinheiro dos cofres públicos”¹²².

*O Comitê Estadual alerta a todo o Partido para os perigos que ameaçam a nossa Democracia, mas, ao mesmo tempo, conclama todos os seus membros, todos os CC.MM., CC.DD. e Células, para que se lancem na Campanha Eleitoral com o vigor de que só os comunistas são capazes. Só com a mobilização de todo o nosso povo, sob a ação organizada de nosso Partido, será possível assegurar para os nossos candidatos o total de 100 mil votos e, com estes, colocar na Assembléia Constituinte Estadual uma forte fração parlamentar, capaz de melhor lutar pelo cumprimento da Constituição de 18 de Setembro e pela feitura de uma Constituição Estadual que dê ao nosso povo uma vida melhor e mais feliz*¹²³.

O constante estímulo do PCB para que seus militantes se lançassem na campanha eleitoral, a intensa mobilização popular que se fez naquele momento, ou mesmo o carisma de Prestes em visita à cidade, não foram suficientes para o Partido atingisse seus objetivos. Os 100 mil votos almejados ficaram distantes e, na apuração das eleições, o PCB conseguiu atingir apenas a tímida parcela de 19.989 votos. Mesmo assim, como já informamos em outro momento, elegeu um deputado.

Numa primeira análise o resultado alcançado pelo PCB pode parecer insatisfatório. No entanto, a eleição de Milton Campos (UDN), com uma pequena margem de diferença em relação ao outro candidato, já era um indício de que as forças políticas não se portavam da mesma maneira. Em decorrência disso, fato inusitado ocorreu na Constituinte mineira: oposição e situação contavam com o mesmo número de deputados. Dessa forma, os pequenos partidos tornaram-se decisivos no cenário político e, pelo seu apoio, os demais se engalfinhavam. Armando Ziller, o único deputado eleito pelo PCB, lembrou certa apreensão e perplexidade diante daquelas circunstâncias:

Nunca tinha me visto numa situação daquela, mas o sindicato já tinha me dado certo traquejo de massa e coisa e tal. E como fazendo

¹²² Relatório de investigações policiais relativo ao monitoramento do comício de Prestes, 13 dez. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

¹²³ Circular do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, 24 nov. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355. Ao se referir ao Partido Comunista como único partido nacional e organizado, o líder comunista fazia relação direta com a irrupção de dissidências dentro do PSD, maior força política em Minas naquele momento.

propaganda eleitoral, nós estivemos pelo interior, fazendo comícios e tal; em alguns lugares recebíamos pedra, mas em outros éramos bem recebidos, e assim por diante. Eu já estava mais ou menos traquejado e conhecia um pouco os problemas de Minas porque o Partido obriga a gente a ter essa... (...). Acabei sendo eleito. E estava com muito medo¹²⁴.

Apesar do receio do deputado, sua atuação na Constituinte estadual foi bastante significativa, sendo inclusive responsável pela apresentação de propostas inseridas na redação do texto final:

Em poucas semanas, Armando Ziller passou a ser um deputado respeitado, em razão de sua cultura, capacidade de expor de forma convincente e bom senso. Afinal não era bronco e raivoso, estando, portanto, bem distante da imagem do comunista que era apresentada no interior de Minas. (COELHO, 2000, pp.87-88)

As eleições de janeiro de 1947 foram as últimas nas quais o Partido Comunista pôde participar como uma instituição legalmente constituída. Apesar do pequeno alcance do Partido em Minas, ele conquistou relativo sucesso em outros Estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. O sucesso nas urnas assustava as forças conservadoras, que se debatiam pelo controle do espaço de ação política do PCB.

A HISTÓRIA DE UM PARTIDO

O PCB tentou construir uma “nova história” para si mesmo, por meio da valorização dos princípios democráticos e da participação política. Certamente as manifestações pela legalidade e pela Constituição foram exemplares, tornando-se, inclusive, acontecimentos lembrados com frequência na posterioridade, quando o Partido já atuava clandestinamente.

Mas os combates do presente estavam sustentados na trajetória de lutas do Partido Comunista. Dulce Pandolfi, em *Camaradas e Companheiros* (1995), chama a atenção para a importância que a relação com o passado assume nos partidos comunistas, exercendo forte papel em suas intervenções políticas e na construção da identidade política de seus

¹²⁴ ENTREVISTA de Armando Ziller. In: *Projeto Integrado: Memória e História: Visões de Minas – UFMG/FAFICH/Centro de Estudos Mineiros/Programa de História Oral.*

integrantes. Segundo a autora, a memória, além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal, mantém a coesão interna e defende as fronteiras daquilo que um determinado grupo tem em comum, no caso, os membros do Partido Comunista.

A história partidária, por representar o patrimônio simbólico de uma coletividade, dá forma à identidade política dos seus membros. Levado pelo otimismo diante das conquistas democráticas, o Partido inaugurava um novo momento em sua trajetória política, aquele no qual ser comunista significava agir como um defensor da lei e da ordem. Para legitimação dessa nova referência identitária, que divergia da idéia de revolucionário clandestino, era fundamental que se procedesse à reelaboração do passado da própria instituição.

A estruturação de manifestações e atos públicos num determinado calendário de efemérides do comunismo, nacional ou internacional, é compreendida como a consagração da tradição comunista no novo contexto político. Pensemos:

A memória política, ao ser invocada, não reconstitui o tempo passado, mas faz dele uma leitura, banhada nas experiências objetivas e subjetivas daquele que lembra. (...) Por mais natural que possa parecer, essa memória é construção que se atualiza no presente e projeta-se para o futuro.
(CHAGAS, 2003, p. 143)

Aspectos dessa construção de uma “nova história” podem ser observados nas práticas de ocupação do espaço público belorizontino promovidas pelo PCB. De acordo com orientações do Partido, eram promovidos atos públicos em homenagem a personagens ou a fatos de relevância relacionados à história do Partido.

Neste presente trabalho iremos distinguir essas manifestações em dois tipos: aquelas referentes a acontecimentos próprios da história do comunismo, nacional ou internacional; e aquelas em que se buscava enaltecer personagens, patronos, modelos a serem seguidos pelos militantes. A escolha dos fatos e personagens dignos de homenagens não era arbitrária. Pelo contrário: demonstrava uma intenção do Partido Comunista em associar a luta pela defesa da

democracia, haja em vista a crescente campanha contra a legalidade da organização, com as conquistas do passado comunista.

Para a realização das referidas manifestações os militantes poderiam recorrer ao *Jornal do Povo*, que trazia uma coluna intitulada “Calendário”, na qual eram reunidas todas as datas comemorativas do mês. Além disso, o Comitê Estadual orientava os demais organismos por meio de comunicados, nos quais eram informadas as datas mais importantes e as ações necessárias.

A Revolução Russa é referendada, entre os comunistas, como “o fato mais importante da história da humanidade”. Para o Partido Comunista, saudar a vitória da Revolução Russa representava reverenciar a própria vitória da causa operária:

Na imaginação dos militantes, aquele acontecimento fundador surgia como mito, como um modelo exemplar. Ao proclamarem os episódios que ocorreram em um tempo auroral, em um passado que se tornou mítico, eles buscavam referências que se tornaram supra-históricas.
(FERREIRA, 2002, p.48)

Ao recordarem os eventos grandiosos de 1917 na Rússia, os militantes encontravam garantias e esperanças de que a revolução no Brasil fosse possível e plenamente viável. A revolução era tida como certa, previsível e inequívoca. Na transferência da utopia à doutrina comunista a revolução seria inevitável e os proletários, dirigidos por seu Partido, estariam encabeçando-a, cumprindo a missão histórica que lhes foi reservada.

No entanto, à medida que a democracia foi erigida como objetivo central dos comunistas brasileiros, coube ao PCB definir o caráter “nacional-democrático” da revolução brasileira, baseado na aceleração e intensificação do processo evolutivo da sociedade. Nesse entendimento, o estado democrático era visto como uma etapa do processo de transformação da sociedade rumo ao socialismo: “A bandeira da defesa da União Soviética é a bandeira da

paz e do socialismo, que é a mesma bandeira da luta pela independência nacional, pelos interesses mais sagrados da nossa pátria”¹²⁵.

Negligenciar os sucessos da Revolução Russa seria renegar a própria história do Partido, autêntico filho das investidas de outubro de 1917. Fundado em 1922 como Seção Brasileira da Internacional Comunista, o PCB estabeleceria uma relação visceral com o comunismo soviético. A Revolução Russa “tornou claro para as massas de todo o mundo, que se batiam e se batem por um regime de liberdade e justiça, qual o verdadeiro caminho a seguir”¹²⁶.

Justamente por tal razão era imperativo que se realizassem grandes festas de aniversário de tão importante acontecimento para o movimento comunista. Essas comemorações, no período em que o Partido esteve na legalidade, foram revestidas ou associadas a conquistas nacionais, como a liberdade de expressão e as eleições livres.



Figura 12 – APM Fundo DOPS - Pasta 5283
Convite para as comemorações na Sede do PCB

Se a Revolução Russa era a representação do socialismo possível, o Partido Comunista era o braço necessário para se alcançar a felicidade. Dessa forma, a instalação do Partido, em 1922, tornava-se o evento fundador da tradição comunista no Brasil. Por conseguinte, a inauguração do Comitê Estadual em Minas Gerais (30 jun.1945) marcava o início da atuação legal do Partido no Estado.

Sem dúvida, esses foram eventos imbuídos de valor simbólico, representativos

de grandes momentos da trajetória comunista e, mais que isso, de grandes conquistas.

¹²⁵ 7 de Novembro – Data dos Povos. *Jornal do Povo*, s/d. [Recorte] Provavelmente publicado entre 1947 e 1951.

¹²⁶ Idem.

Em 25 de março de 1946, o Comitê Estadual comemorou o 24º Aniversário do PCB:

Fez realizar magníficas solenidades ao ensejo daquela data, encerrando naquele dia o Pleno Ampliado do PCB, às 20:00 horas, na sede do Partido, com a presença de elevado número de companheiros e simpatizantes (...). O camarada F. Gomes, em brilhante improviso, historiou a vida do nosso Partido, terminando, concita aos presentes a lutarem com mais dinamismo pela causa do proletariado. Ao terminar a reunião o Comitê de Sabará ofereceu ao C.E. um bellissimo bolo que foi posto em leilão, em benefício do Partido¹²⁷.

A história do PCB é relembraada como uma história de árduas lutas, “das lutas mais duras de nosso povo contra os opressores de nossa Pátria”. Seria a primeira vez na trajetória do Partido que essa comemoração se faria às claras, sem rodeios ou subterfúgios. Assim, homenagear as lutas passadas com a reunião plenária significava partilhar com o público os encaminhamentos do Partido e, dessa forma, incitar a continuidade da luta pela democracia.

Noutro documento, o Partido Comunista solicitava que todas as comemorações realizadas nos Comitês e nas Células se encerrassem “com animado baile”. Um bolo oferecido pelo Comitê de Sabará, bailes dançantes nos bairros, exposição de pintura com entrada franca – à primeira vista esses recursos podiam parecer rudimentares ou inexpressivos, porém, talvez, tenham sido as estratégias mais eficientes para fomentar a participação das camadas mais pobres nas ações políticas do Partido.

Na cultura comunista, a comemoração de aniversários e de acontecimentos marcantes era uma regra comum entre os militantes. Para além dos fatos, na história do comunismo os companheiros de luta que se destacavam, por sua coragem ou por sua persistência, eram reverenciados como modelos de conduta. Frequentemente, esses “heróis revolucionários” eram consagrados em seus aniversários de nascimento ou de morte.

Lênin, o grande líder do proletário soviético, responsável por conduzir os trabalhadores ao poder; e Stálin, seu sucessor e discípulo, o “campeão mundial da paz”, ambos tornaram-se, no imaginário comunista, exemplos de abnegação e dedicação ao Partido

¹²⁷ *Boletim da Célula Limírio Moreira* (n. 1) – Belo Horizonte, 01 abr. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

e à causa do proletariado. Imbuídos de valores especiais, esses homens seriam cultuados e homenageados nas fileiras do Partido.

Noutro extremo, exemplos de esposa e mãe, Olga Benário e Leocádia Prestes eram concebidas como verdadeiras heroínas da causa do proletariado, verdadeiras fontes de inspiração de conduta política, especialmente às militantes. Nas orientações para as homenagens pela morte de Olga Benário, o Comitê Estadual indicou que as atividades deveriam prosseguir apontando-a “como modelo de companheira dedicada ao Partido até o sacrifício, e exaltando o seu exemplo de esposa e mãe que em nenhum momento vacilou na defesa dos interesses da classe trabalhadora e na fidelidade ao Partido Comunista”¹²⁸.

Se, no contexto internacional estava Stálin, no Brasil havia a figura de Luís Carlos Prestes. A exaltação de Prestes como modelo exemplar repercutia entre seus admiradores, partidários e apenas simpatizantes. Como já explorado neste capítulo, os comunistas brasileiros utilizavam o recurso de celebração da autoridade. Por meio do culto à liderança tentava-se transformar práticas dispersas em práticas orientadas, evitando os desvios e aumentando as forças políticas do grupo (FERREIRA, 2002, pp. 249-253). Eis um fragmento que exemplifica tal constatação:

Para comemoração do 49º aniversário do camarada Prestes, a 3 de janeiro de 1947, recomendamos especialmente a todos os organismos do Partido que tenham o máximo de iniciativa no sentido de promover festas populares e familiares em homenagem a Prestes (...) Em atos públicos, palestras, conferências, etc, salientar a grande contribuição de Prestes como patriota e revolucionário na luta pela libertação nacional do País, durante a marcha da Coluna, no exílio, na ilegalidade, de volta ao Brasil, quando da Aliança Nacional Libertadora, na prisão e por último depois da anistia à frente da direção do PCB¹²⁹.

A glorificação do herói tornou-se um dos mais importantes elementos de mobilização popular do Partido. Como bem coloca Coelho: “*Um grande Partido para um grande líder.*”

¹²⁸ Circular do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, set. 1945. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

¹²⁹ Circular do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, 29 dez. 1947. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

Isto é, usávamos o prestígio individual de Prestes para construir uma organização partidária capaz de dirigir a revolução em nosso país”. (2000, p. 94)

A HISTÓRIA DA LIBERDADE

Para o Partido Comunista, a vitalidade e a permanência das conquistas democráticas deveriam estar ancoradas na tradição de lutas do passado brasileiro. Para despertar a vontade e o entusiasmo do povo para a luta pela manutenção da democracia, seriam resgatados momentos e episódios importantes da história nacional. No caso de Minas Gerais, reiteraram-se as personagens e datas históricas relacionadas às lutas pela liberdade, com destaque especial ao duo Inconfidência Mineira & Tiradentes:

No dia 21 deste, comemora-se em todo o território nacional a data de morte do grande herói popular, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, vulto de primeira importância nas lutas pela libertação nacional. (...)

NESSAS COMEMORAÇÕES DEVEMOS FRIZAR:

(...) Sucessão das vitórias do povo em nossa terra até a data de hoje, comprovando, mais uma vez, que só o povo pode resolver seus destinos e daí, a necessidade dele se organizar para enfrentar os arreganhos daqueles que, a todo custo, tentam barrar nossa marcha progressiva para a libertação nacional;

Significação acentuada da luta anti-imperialista da Inconfidência Mineira;

Mostrar que nós os comunistas somos devido nossa posição intransigente frente ao capital financeiro colonizador, pela nossa luta vigorosa pela Unidade, Democracia e Progresso os continuadores de Tiradentes¹³⁰.

Ao reivindicarem a herança política da Inconfidência Mineira, uma luta já “anti-imperialista”, os comunistas buscavam revestir suas ações, as lutas pela “Unidade, Democracia e Progresso”, de legitimidade. Herdeiros legítimos da “luta pela liberdade”, seriam a única força política capaz de conduzir o povo a uma vida mais feliz, para não dizer, à revolução:

¹³⁰ Circular do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil, abr/1947. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

É preciso lembrarmos, nós os mineiros, a lição inesquecível de Felipe dos Santos e Tiradentes. Os exemplos da Inconfidência permanecem vivos. Viverão sempre como um apêlo da mais autêntica luta popular. E isso porque eles, tanto Tiradentes como Felipe dos Santos, foram sinceros filhos do povo e, como tal, nunca fizeram concessões a nenhuma espécie de miséria e de opressão.

É o que se dá com o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, herdeiro direto das gloriosas tradições dos Inconfidentes, durante 23 anos perseguido e na ilegalidade, cercado da mentira e da calúnia dos integralistas e, não obstante, firme na luta contra o atraso econômico, social e político do Brasil. (...) pelo nosso passado e o nosso presente, temos provado que pelejamos com a mesma bravura de Tiradentes, mostrando-nos, em tudo, dignos do mérito e da mesma glória do imortal pioneiro da liberdade. (...) A vitória do vosso Partido é a vossa própria vitória. É a vitória dessa liberdade por que lutou Tiradentes e por que lutaram os valentes pracinhas da Força Expedicionária Brasileira¹³¹.

Os comunistas identificavam Felipe dos Santos e Tiradentes como “sinceros filhos do povo” que justamente por isso nunca teriam feito “concessões a nenhuma espécie de miséria e de opressão”. Essa “reinterpretação” da trajetória dos líderes das revoltas mineiras trazia-os para mais perto dos ideais comunistas. Eram, sob a ótica comunista, revolucionários na sua essência e clamavam pela libertação do povo brasileiro da opressão estrangeira.

A luta pela liberdade não estava restrita à Inconfidência Mineira: estendia-se à derrota do nazismo no plano internacional. Além de enfatizar a derrota militar do Eixo, o Partido Comunista insistiria que a vitória só foi possível diante da união das nações e de sua convivência pacífica:

Há um ano saímos às ruas para comemorar a vitória das Nações Unidas. (...) Há um ano pudemos analisar aliviados que não tinha sido inútil o sacrifício dos tchecos, dos poloneses de Lidice, dos bravos marinheiros norte-americanos, dos valentes ingleses, dos grandes patriotas franceses, de todos os patriotas das colônias, dos admiráveis russos de Stalingrado, enfim, dos nossos imortais pracinhas de Monte Castelo e Montese. O mundo deve a essa legião de bravos, as liberdades que hoje desfruta e tem com ela o pesado tributo da vigilância desta herança – a Paz – conquistada com o preço de sua vida. Nossa Pátria hoje caminha pela senda

¹³¹ *Ao povo e aos trabalhadores de Minas*. Panfleto de propaganda do PCB distribuído em Belo Horizonte. 1945. APM Fundo DOPS – Pasta 4905. Felipe dos Santos liderou a rebelião ocorrida, em 1720, na cidade de Vila Rica. Conhecido pelo nome do líder, o movimento se revoltou contra a cobrança de impostos e a instalação de casas de fundição. A historiografia consagrou esses movimentos, a Revolta de Felipe dos Santos e a Inconfidência Mineira, como depositários de um caráter emancipador. Felipe dos Santos, assim como Tiradentes, foi preso, enforcado e esquartejado.

*da democrática (...). E esse trilhar, bem como todas as conquistas já obtidas, devemos ao tributo de nossa mocidade que lutou e venceu*¹³².

A vitória das Nações Unidas representava a conquista da democracia no Brasil. Lembrar a união necessária à vitória na Grande Guerra significava, então, promover internamente a conjunção das forças políticas para eliminar os “resquícios do fascismo” que ameaçavam o aprimoramento dos instrumentos democráticos. A valorização dos pracinhas da FEB pelo Partido Comunista tinha o intuito de cristalizar os avanços democráticos com a remissão à memória de lutas dos soldados¹³³.

Outros momentos da história nacional também influenciaram as comemorações comunistas em Belo Horizonte, como é o caso do 13 de maio. A libertação dos escravos era vista como parte de uma luta maior, pela liberdade da nação, sempre contra as investidas imperialistas:

*Povo antifascista de Belo Horizonte, povo democrata da Floresta, acorramos todos a esta festa que é bem nossa, porque vemos nela, marcantes e vivas, as características desse humanismo sublime que, no passado e no presente, inspirou e continua a inspirar os maiores, os melhores homens de nossa patria, entre os quais se destacam, fulgurantes na sua imortalidade, as figuras gigantes de Silva Jardim e de Lopes Trovão, de Ruy e de Constant, de Luiz Gama e de Rebouças, de Castro Alves e Carlos Prestes!*¹³⁴.

O excerto reúne políticos republicanos e abolicionistas e Luís Carlos Prestes é colocado no mesmo patamar dos heróis do passado. Por mais que apresente uma mistura complexa de personalidades da história do Brasil, o panfleto destaca que o evento tem uma peculiaridade ideológica – “esta festa que é bem nossa”. O ideário comunista é, aqui, indicado

¹³² *Ao povo democrata e progressista de Belo Horizonte*. Convocação para as comemorações da Vitória das Nações Unidas a serem realizadas pela Comissão Pró-Democracia do Barro Preto, Prado, Calafate e adjacências. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

¹³³ O PCB fomentou e promoveu a formação de associações de ex-combatentes entendidas como organismos de ligação com as massas e, indiretamente, instrumentos de defesa da democracia. “Sugerir a criação, nesse organismo de massa, de departamentos de emprego, readaptações, festas, propaganda, etc, para interessar vivamente os associados e trabalhar incansavelmente pelo desenvolvimento da Associação, deve ser a preocupação do nosso Partido por meio dos seus quadros ligados a esse trabalho”. *Circular do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil*. s/d. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

¹³⁴ *13 de Maio*. Panfleto que convida a população a participar da comemoração pela data no bairro Floresta. 1946. APM Fundo DOPS – 5283.

como “humanismo sublime” – introduzido num passado imemorial e resgatado para impulsionar as lutas no presente. Os militantes buscavam, através das datas comemorativas, reavivar eventos grandiosos que tiveram lugar num passado reconhecido por todos como um tempo primordial. (FERREIRA, 2002, p. 252)

O PASSADO LEVA AO FUTURO

Ao eleger determinado calendário de comemorações, o Partido Comunista engendrava um complexo ritual de construção da identidade comunista e revitalização de sua própria história. Essa necessidade em salvaguardar a memória comunista derivava da constatação de que a “sociedade capitalista” não reservava espaços a essas manifestações. Era preciso instituir uma vigilância comemorativa e promover o incentivo ao conhecimento do passado revolucionário, fosse ele comunista ou não.

Entendemos aqui o ritual político “como um comportamento simbólico, socialmente padronizado e repetitivo” (KERTZER, 2001, p. 17). Mais do que comemorações, essas manifestações públicas revelavam-se como verdadeiros rituais de legitimação da luta comunista. Como bem coloca Kertzer, o ritual desempenha papel fundamental, pois concentra o poder de representar os grupos políticos; fornece-lhes legitimidade; constrói solidariedade; e conduz as percepções da realidade política.

As representações simbólicas dos heróis e conquistas comunistas transformam-se em mitos que sustentam a própria existência do Partido – e através dos rituais, podem ser validados e revitalizados. Ao se afirmarem publicamente, os militantes e simpatizantes manifestavam sua identificação com os símbolos do Partido Comunista, distinguindo-se de outros grupos sociais.

Provavelmente, muitos manifestantes participaram das comemorações do Partido por curiosidade; ou eram cidadãos interessados que acreditavam na necessidade de defender os

princípios democráticos. Em sua análise, Rodrigo Motta (1996, p.88) expõe que “os rituais cumprem uma função integradora, pois disseminam as normas e valores sustentadores da vivência coletiva”. Apesar de nem sempre dividirem a mesma interpretação sobre o significado dos rituais comemorativos, os participantes contribuía para o fortalecimento e a criação de laços de solidariedade.

Não nos esqueçamos que a rememoração dos fatos históricos estava ancorada nas preocupações do momento. Foi por meio dessas manifestações que o Partido Comunista pôde expressar sua posição, expondo símbolos e conteúdos próprios da cultura comunista, e principalmente, pôde “falar” com a massa. Na interpretação dos eventos, os dirigentes buscavam conduzir os olhares dos manifestantes para determinados aspectos – em especial aqueles que forneciam justificativas e bases para as ações do PCB.

Eventos como a Revolução Russa, a fundação do PCB e a própria Inconfidência Mineira eram evocados como acontecimentos fundadores. A URSS era a representação de uma sociedade, na qual a felicidade era possível: “No imaginário dos comunistas brasileiros, na URSS, bem como nas chamadas democracias populares, as utopias de uma sociedade igualitária, justa, democrática e fraterna estavam sendo vividas por milhões de pessoas” (FERREIRA, 2002, p. 201). A União Soviética era a realização da sociedade ideal e, assim, a Revolução de 1917 revestia-se de um sentido de fundação, de novo começo da história.

Por conseguinte, a fundação do Partido representava os primórdios da luta pelo fim da exploração do homem pelo homem em nosso país, que os militantes entendiam ter iniciado efetivamente na Inconfidência Mineira – a origem da luta pela liberdade. A apropriação do calendário nacional (suas festividades e comemorações cívicas) era promovida com o intuito de estabelecer uma tradição revolucionária na história brasileira. A rememoração desses eventos instigava a conquista do futuro – uma sociedade igualitária, a “terra da felicidade” –,

indicando o que se deveria reter do passado para se conduzir ao futuro: “Temos orgulho do passado e esperamos o futuro com toda confiança”¹³⁵.

Ao inventariar o que é preciso rememorar/saber sobre o comunismo, o calendário de comemorações instituído pelo Partido Comunista torna-se lugar de memória: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos” (NORA, 1993, p.12). Nasceram da necessidade de se incentivar a lembrança e impedir o esquecimento. Sua materialidade estava estabelecida nas datas festivas que se repetiam periodicamente. Já seu aspecto simbólico sustentava-se nos rituais retomados a fim de se impulsionar a ação política. Sua funcionalidade residia no fato de ser objeto de interiorização da memória comunista.

A rememoração dos heróis e dos fatos marcantes na história – comunistas ou não – reverenciava um “passado de lutas revolucionárias”, invocado para justificar as ações do presente e incentivar a construção de um futuro grandioso.

Observamos que, em alguns momentos, acontecimentos históricos ignorados por grande parte da população brasileira, como a Queda da Bastilha, foram invocados pelos militantes. É muito provável que esse tipo de mobilização não tenha atraído um volume expressivo de manifestantes, mas ele torna-se significativo da busca no passado de motores para o presente e para o futuro.

Temos indícios da ocorrência comemorações relativas a outras datas importantes do calendário comunista (além das já exemplificadas nesse trabalho). Porém, no caso de Belo Horizonte, verificamos uma maior incidência de ações que tinham como motivador os acontecimentos e personagens históricos mencionados até este ponto.

Vale lembrar que intensa movimentação tomou conta da cidade no período e muitas vezes a história memorável do Partido (e do país) acabou sendo reverenciada em manifestações de propaganda política. Construímos um mapa indicativo das manifestações

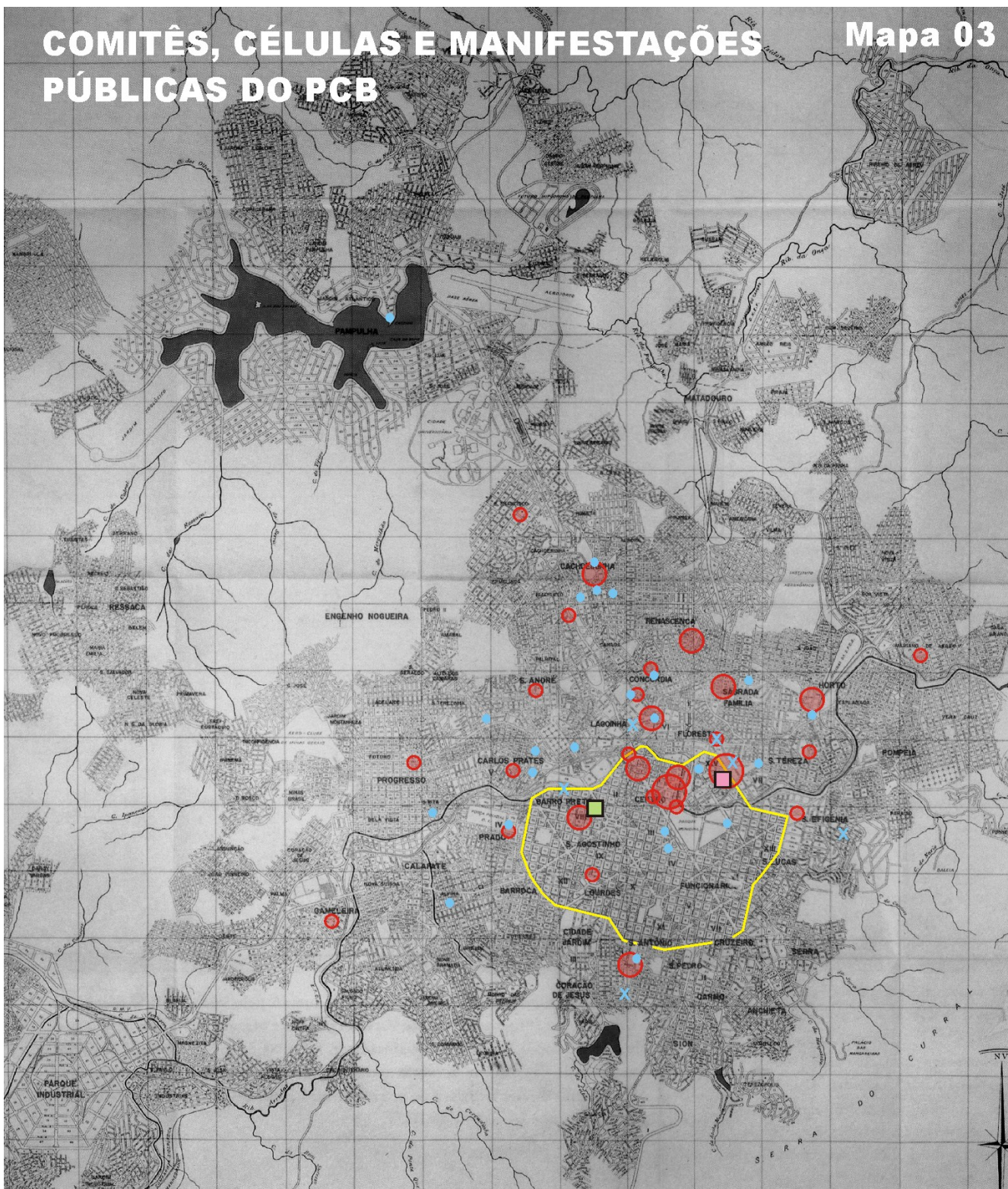
¹³⁵ *Informe e Resoluções do Pleno do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil – Minas Gerais*, mar. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

realizadas para se visualizar o impacto da ocupação do espaço público pelos comunistas. A situação política do país no pós-guerra e as reformas democráticas, mesmo que incipientes, possibilitaram a ampliação do debate público e a ocupação do espaço por grupos diversos. A legalidade do Partido Comunista demonstrava que, mesmo sob pressão dos interesses reacionários, espaços de manifestação eram construídos a cada embate político.

Diversos motivos levaram os comunistas a ocupar as ruas da Capital mineira, as motivações de todas as manifestações catalogadas por esse trabalho estão discriminadas no **Anexo 2**.

COMITÊS, CÉLULAS E MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS DO PCB

Mapa 03



FONTE: Foi utilizado como base o mapa Belo Horizonte. *Panorama de Belo Horizonte: Atlas Histórico*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

COMITÊS E CÉLULAS DO PCB

- Comitê Estadual
- Comitê Municipal
- × Comitês Distritais
- Células

LOCAIS DE OCORRÊNCIA DE MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS EM 1945, 1946 E 1947

- Entre 01 (uma) e 02 (duas) manifestações
- Entre 03 (três) e 05 (cinco) manifestações
- Mais de 10 (dez) manifestações



CAPÍTULO III

UMA DEMOCRACIA FRÁGIL

PROIBIR PARA CONTROLAR

Durante o Estado Novo houve grande incentivo às celebrações cívicas, principalmente as que reverenciavam o Presidente Getúlio Vargas. Grandiosas e espetaculares, essas manifestações ficaram na memória dos brasileiros, tornando-se momentos representativos do encontro do ditador com o povo.

Elas eram também uma tentativa de forjar um amplo e incontestável apoio às medidas adotadas pelo Governo. Dentre essas mobilizações, merecem atenção especial, aquelas promovidas por ocasião do 1º de maio, Dia do Trabalhador. As solenidades e paradas populares instituídas como festejos dos trabalhadores corporificavam-se em celebração e reverência às políticas trabalhistas introduzidas pelo Estado Novo. Apesar de as autoridades insistirem que as concentrações populares eram “espontâneas”, o Ministério do Trabalho agia como principal articulador e organizador desses eventos. A política autoritária e o controle dos sindicatos influenciaram sobremaneira a composição das grandes “concentrações trabalhistas” ocorridas durante a vigência do Estado Novo. Em panfleto, percebe-se a intenção do PCB em alterar esse quadro:

Entre nós, a classe trabalhadora, que vai cada vez mais adquirindo consciência de seus direitos e de sua força já compreende que é preciso arrancar das mãos dos demagogos e ministerialistas os festejos do 1º DE MAIO, sempre usados em proveito seu e de seus amos, durante os anos duros e terríveis do Estado Novo, e saberá por estas razões festejá-lo como requer o momento histórico – o 1º de MAIO da luta pela PAZ e contra o IMPERIALISMO¹³⁶.

Para o Partido Comunista era preciso desvincular as comemorações do 1º de Maio das estruturas governamentais. Após o fim do Estado Novo, elas significavam muito mais que festejos pelas conquistas trabalhistas. A democratização inaugurava um novo momento

¹³⁶ *Ao Proletário e ao Povo*. Panfleto/Convite para manifestações comemorativas do Dia do Trabalhador, abr. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

histórico, que requeria uma comemoração livre da coerção e da obrigatoriedade, presentes nas festas anteriores.

O 1º de Maio é, portanto, um marco em nossas lutas [...]. Neste 1º de Maio, portanto o COMITÊ MUNICIPAL do P.C.B. dirige-se ao Proletariado e ao povo de Belo Horizonte para lutar tenaz e conseqüentemente pela PAZ e contra o IMPERIALISMO – defendendo o programa mínimo de UNIÃO NACIONAL apresentado pelo Senador Luiz Carlos Prestes do mesmo modo que em outros tempos todo o povo Brasileiro bateu-se pela ANISTIA para todos os presos políticos vítimas da reação e da ditadura estadonovista.

Os Comunistas encontram-se, como sempre encontraram, na vanguarda dessas lutas, ontem como hoje, junto ao povo, afim de liquidar os restos fascistas, principal base de apoio da finança estrangeira colonizadora¹³⁷.

Se antes o inimigo do povo brasileiro era o Estado Novo, uma nova situação internacional se desenhou nesse contexto – a Guerra Fria – e exigia uma postura dos comunistas de combate ao imperialismo e às forças capitalistas estrangeiras. Naquele 1º de Maio de 1946, diferente dos anos anteriores, a organização dos festejos pelo Dia do Trabalhador parecia receber contribuições e orientações explícitas do Partido Comunista. O PCB reivindicava seu papel de vanguarda nas lutas políticas do país, condutor fiel do proletariado, por quem sempre havia lutado. O PCB, como força política legalmente reconhecida no cenário nacional, direcionava sua propaganda política para os círculos operários, que agora poderiam afirmar o apoio à causa comunista:

É dever de todos os militantes comemorar o Dia do Trabalhador, cujo transcurso no 1º de Maio precisa que alcance o maximo brilhantismo, principalmente por que essas comemorações encontram nosso Partido na vanguarda das lutas pela consolidação da democracia em nossa terra.

Por isso mesmo esse Comitê deve organizar comissões, planificar tarefas afim de que todo o povo participe dessas comemorações.

Devem, nos comícios, palestras ou outros quaisquer trabalhos liguem a data à revogação da Carta Fascista de 37 por uma constituição democrática, rompimento das nossas relações com Franco contra o imperialismo, à carestia de vida¹³⁸.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Circular do Comitê Estadual do Partido Comunista do Brasil. 16 abr. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

As concentrações pelo 1º de Maio arrematavam de maneira espetacular as conquistas democráticas. Representavam a possibilidade de manifestação política, agora sim, espontânea e, por isso, impulsionavam as lutas pela consolidação da Constituição e eliminação dos “resquícios do Estado Novo”. Assim como os grandes comícios promovidos por Prestes nos estádios do Rio de Janeiro e São Paulo, mais uma vez o Partido Comunista se apropriava de estratégias da política varguista para atingir as massas. Tendo em vista as históricas mobilizações promovidas durante a ditadura estadonovista e sendo os trabalhadores os homenageados, era de se esperar que as concentrações populares realizadas após o declínio do governo de Vargas também reunissem verdadeiras multidões. Preocupante era o fato de que o PCB se firmava como maior promotor dos festejos pelo Dia do Trabalhador.

Receosos dos resultados da intensa propaganda do Partido Comunista, os dirigentes policiais da Capital Federal apressaram-se e determinaram a proibição dos comícios, desfiles e passeatas na referida data comemorativa. Em 30 de abril de 1946 a Delegacia de



Figura 13 – APM Fundo DOPS - Pasta 5283
Convite para comício 1º de Maio - Esquina da Sinuca

Ordem Pública de Minas Gerais foi comunicada pelo setor responsável da polícia carioca sobre o impedimento dos festejos pelo Dia do Trabalhador. Essa informação, reproduzida na íntegra, no mesmo dia, foi enviada às principais cidades do Estado¹³⁹. Como diz o ditado popular, “era melhor prevenir do que remediar”:

¹³⁹ Telegrama da Delegacia de Ordem Pública às Delegacias Regionais. 30 abr. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 4199. O telegrama foi enviado para Araxá, Uberlândia, Uberaba, Barbacena, Diamantina, Formiga, Governador Valadares, Guaxupé, Itajubá, Juiz de Fora, Lavras, Leopoldina, Montes Claros, Ouro Fino, Pará de Minas, Patos, Ponte Nova, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Ubá e Varginha, seguindo essa ordem de prioridade.

O pedido de concentração, desfile e comício, formulado pelo Congresso Sindical dos Trabalhadores órgão sem reconhecimento no ministério do Trabalho e sob os auspícios do M.U.T., associação considerada fora da lei, pelo Poder Judiciário, foi despachado pelo coronel diretor da divisão de polícia política considerando essas solenidades como oferecendo perigo imediato para a segurança pública [...]. Estão, assim, interditas e proibidas estas reuniões a céu aberto, no dia 1º de maio, devendo as comemorações do Dia do Trabalhador serem efetuadas de acordo com o programa do ministério do Trabalho no interior dos sindicatos¹⁴⁰.

A possibilidade de ocupação em massa do espaço público sem o controle e a organização do governo, pior, sob a orientação comunista, foi sem dúvida assustadora. A mobilização de trabalhadores “a céu aberto” significava não só a ocupação de praças e ruas, mas a ampliação do espaço de discussão política – um “perigo imediato para a segurança pública”, que precisava ser contido. Conforme explicitado na nota divulgada pela Chefia de Polícia, o Governo, representado pelo Ministério do Trabalho, deveria tomar providências no sentido de evitar as atividades de caráter público, retomando as rédeas da situação.

Nos dias seguintes, as manchetes dos jornais noticiaram a atuação veemente da polícia carioca na repressão às manifestações ocorridas naquela localidade sob a alegação de terem sido perturbadoras da ordem social. Os resultados da ação policial ecoaram na Assembléia Constituinte, provocando intensos debates sobre a pertinência da proibição dos “meetings” e o PCB também manifestou sua indignação:

Tanques e canhões foram trazidos à rua para completar o quadro terrorista das notas policiais com que a reação tentou aproveitar o dia dos trabalhadores para mais um golpe contra a democracia e em defesa dos interesses das grandes empresas imperialistas. O que se tentou mais uma vez, pelo terror policial e por meio de toda sorte de provocações, foi separar o povo e o proletariado do seu Partido, o P.C.B., insistentemente ameaçado em sua vida legal e apresentado à Nação, qual em 1937, nos tempos do Plano Cohen, como principal culpado da mobilização policial e guerreira do governo contra o povo, a classe operária e suas organizações¹⁴¹.

¹⁴⁰ Nota da Chefia de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública fornecida à imprensa. In: O governo decide combater as atividades comunistas. *O Diário*, Belo Horizonte, 01 mai.1946 [Recorte]. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

¹⁴¹ *O Partido Comunista Alerta a Nação*. Panfleto. 06/05/1946. APM Fundo DOPS – Pasta 2583.

Apesar da polêmica que se assistiu na Constituinte e nas páginas dos jornais, uma sentença havia sido decretada: era preciso cercear o campo de ação do Partido Comunista. Por mais que o PCB se colocasse como uma força política a serviço da “ordem e tranquilidade” e defensora dos princípios democráticos, ainda era, para as elites, o instrumento de intentos revolucionários, ligado à desordem e à indisciplina, prestes a desestabilizar o sistema.

Podemos observar que havia uma preocupação principalmente com a atuação pública do PCB. Ao ocupar o espaço público, o Partido abria possibilidades para ser ouvido, tornando-se ameaça sem tamanho para as elites conservadoras. Com o intuito de controlar o Partido Comunista, seguiu-se a imposição de uma série de ações restritivas.

“Comícios comunistas proibidos!”, estampava o *Estado de Minas*, afirmando ter fontes bem informadas de que o governo federal iria proibir os comícios comunistas em todo o país, “só permitindo reuniões e ‘meetings’ em recintos fechados”¹⁴². Além disso, várias denúncias dos abusos do Partido Comunista começavam a povoar as páginas dos jornais. Em Belo Horizonte, a presença comunista nas ruas da cidade também incomodava:

[...] os comunistas tomaram a peito emporcalhar nossa urbe com cartazes horríveis, pregados aos milhares, em muros pintados de novo, paredes de residências, nos postes, e sujando de pixe, com a foice e o martelo, ruas, adros das igrejas, num anúncio berrante dessa panacéia estrangeira, que não queremos e detestamos, que é o credo de Moscou.

Deve haver um remédio para essa gente. Precisamos ao menos que os comunistas nos deixem viver com limpeza, pois o asseio é um direito que precisa ser assegurado à maioria e os homens do sr. Prestes vivam lá a seu modo...¹⁴³.

O trecho acima foi extraído da carta de um morador de Belo Horizonte enviada ao *Diário Carioca*. São afirmações que demonstram a apreensão diante do alcance da foice e do martelo nas ruas da cidade. Os cartazes, emblemas e muros pintados marcavam territórios na cidade e começavam a fazer parte da própria paisagem urbana. Porém, na campanha anticomunista, observa-se a necessidade de vincular o território comunista à sujeira e à

¹⁴² Temporariamente proibidos os comícios comunistas. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 25 mai. 1946, p. 10.

¹⁴³ Novo estratagema dos comunistas. [Recorte *Diário Carioca*]. 26 jun. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

desordem, o oposto ao asseio e à limpeza do povo mineiro, características particularmente marcantes na Capital: “Uma cidade belíssima, uma capital limpa e clara. [...] com suas magníficas avenidas e seu asfalto polido”¹⁴⁴. Com esses argumentos, o autor tinha a intenção de mostrar que, por mais que o PCB se empenhasse na impressão de sua marca na cidade, por natureza, Belo Horizonte não comportava os princípios comunistas.

Durante os anos de 1946 e 1947, o Partido Comunista enfrentou ostensivas investidas anticomunistas. Mesmo assim, usando dos preceitos legais, buscava ocupar seu espaço na cena pública. Porém, ao que tudo indica, os mecanismos institucionais de controle da atuação política dos comunistas já haviam sido instalados e eram ampliados.

Em fins de agosto de 1946, quando o Comitê Municipal do PCB solicitou ao Chefe de Polícia permissão para promoção de um comício por ocasião do Sete de Setembro, encontramos o seguinte despacho no próprio documento de solicitação: “São vedadas, aos comunistas, em praça pública, as manifestações de caráter partidário. Data vênua, o signatário deste deverá ter ciência da mencionada proibição, afim de que não se realize a campanha eleitoral em referência”¹⁴⁵.

Para além da preocupação com o espaço de manifestação política alcançado pelo PCB, as autoridades constituídas tinham o cuidado em manter a prerrogativa de comemorar as datas cívicas sob seus auspícios. Ao se colocarem em praça pública por meio de símbolos e rituais, essas festividades apresentavam à população determinadas interpretações dos fatos históricos de acordo com as intenções dos promotores. Assim, quando da celebração das datas comemorativas da história nacional verifica-se um autêntico combate, mesmo que imaginário, entre as autoridades constituídas e os comunistas, pela “verdadeira memória nacional”.

Segundo Baczkó (1985, p. 311), o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva:

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ *Comunicação do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil*. 29 ago. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 3835.

O imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos discursos nos quais e pelos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem. [...] O imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira.

As atitudes das autoridades constituídas, visando coibir a ação política do PCB, assentavam-se no receio quanto ao comportamento da população diante do discurso comunista. As manifestações públicas marcavam o território e demarcavam espaços de poder.

Em 26 de Novembro de 1946 o dr. Chefe de Policia notificou a todas as Delegacias que estavam proibidas as comemorações do Partido Comunista sobre a data de 27 de Novembro, em cumprimento de ordens do Ministério da Justiça amplamente divulgadas pela imprensa.

Foi notificado pessoalmente o Secretario Político do Comitê Estadual sr. Jacinto Augusto de Carvalho, o qual declarou que o Partido não iria comemorar a data¹⁴⁶.

Entre 22 e 27 de novembro de 1935 ocorrera o conhecido movimento armado nos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro. A necessidade de intervir proibindo comemorações nessa data é facilmente explicável, uma vez que, para militares, policiais e setores conservadores da sociedade, a “Intentona Comunista” representou o assalto à pátria, a traição aos valores da corporação militar e, assim, tornara-se data de luto e tristeza por aqueles que morreram pelas forças legalistas (MOTTA, 2002, p. 78).

Como bem observa o autor, as comemorações assumiram um caráter oficial e a rememoração dos acontecimentos de 1935 representou a celebração da vitória das Forças Armadas sobre o inimigo da pátria: o comunismo. Outras versões do episódio eram indesejáveis e mereciam esquecimento.

O impacto das comemorações se fez sentir com mais força entre a oficialidade das Forças Armadas, um dos principais alvos da celebração. A própria ritualística do evento possuía caracteres típicos das homenagens aos militares mortos em defesa da pátria, uma pompa fúnebre que passava pelo pronunciamento de discursos oficiais e pelo oferecimento de coroas de flores em memória dos heróis. (MOTTA, 2002, p. 83)

¹⁴⁶ Bilhete policial. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

A legalidade do Partido Comunista e a possibilidade de novas interpretações sobre o levante eram preocupantes. O Ministério da Justiça já havia denunciado a divulgação na imprensa comunista de comemorações de outra natureza dedicadas à referida data, “denotando que aquele partido passou a considerá-la como data de um movimento nacional libertador”¹⁴⁷. Em face disso as autoridades, cientes do grande potencial propagandístico da celebração oficial, cuidavam para que a participação popular nas homenagens aos mortos fosse ampliada (ainda que permanecessem honras militares): “As solenidades de caráter militar que serão promovidas, a exemplo dos anos anteriores, vão ter também a participação do povo, que prestará seu culto à memória dos oficiais e praças do Exército Brasileiro”¹⁴⁸.

Quaisquer outras manifestações realizadas pelo Partido Comunista, passariam assim a ter um sentido completamente antagônico àquele atribuído pelo governo. Passariam a ser comemorações enaltecidas da traição e da covardia com que foram “friamente assassinados os militares”. Entretanto, a legalidade do Partido Comunista contribuiu de maneira irreversível para que o levante pudesse assumir, durante as décadas de 1940 e 1950, um outro papel na divulgação da tradição revolucionária do PCB.

Reprimir as comemorações da Insurreição de 1935 e permitir apenas as solenidades oficiais das Forças Armadas coincidia com a reivindicação do controle e do domínio sobre a interpretação da história nacional. O combate às atividades do Partido Comunista era urgente e inadiável – ele já estava indo longe demais.

O Partido Comunista Brasileiro, abusando do direito de propaganda política tem, nestes últimos dias, tornado ainda mais violenta campanha que por meio de jornais, comícios, alto falantes, etc., já vinha desenvolvendo contra as autoridades civis, inclusive o chefe da nação e as autoridades militares especialmente os generais do exercito. Além disso colocando os referidos aparelhos nas proximidades dos templos católicos, impede o P.C.B. o pleno exercício da liberdade de cultos também garantida pelas nossas leis. Tendo a constituição determinado que compete à polícia determinar o local das reuniões, o P.C.B. arditosamente viola esse texto constitucional, com o emprego dos mencionados auto falantes espalhados em diversos pontos da cidade os quais servem de veículo de uma linguagem

¹⁴⁷ Proibidas as comemorações comunistas da intentona de 1935. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 26 nov. 1946, p.1.

¹⁴⁸ Reverência à memória das vítimas do comunismo no Brasil. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 nov. 1946, p. 12.

desabrida visando solapar o principio da autoridade e redicularisar e enfraquecer as instituições. Usam ainda de pequenos comícios improvisados nos pontos centrais. Em face do exposto lembro a V. Ex. a conveniência de recomendar as autoridades competentes que [...] procurem exercer uma vigilância constante destinada a impedir esses abusos¹⁴⁹.

A polícia não demorou a por em prática tais orientações do Ministério da Justiça. Dias após o recebimento da solicitação, investigadores da Delegacia de Ordem Pública deram início ao trabalho.

[...] dirigimo-nos para a alfaiataria do Ivan, sito a rua Carijós, nos altos do Campeão da Avenida, Praça Sete e apreendemos uma estação radio-transmissora a serviço político do Partido Comunista do Brasil, constando dos seguintes aparelhos: - uma electrola, um microfone, um amplificador, vinte discos e demais pertences¹⁵⁰.

Apesar da moderação demonstrada pelo Partido Comunista, principalmente com a adoção da linha política de União Nacional, a elite, assim como as Forças Armadas e a Igreja, continuavam bastante hostis ao comunismo. A deterioração das relações entre as potências ocidentais e a União Soviética repercutiu internamente num maior controle do governo sobre o Partido Comunista. O PCB, por sua vez, atacou com o aprofundamento das críticas ao capitalismo estrangeiro e ao “imperialismo”.

A imprensa foi, provavelmente, a principal adversária do Partido Comunista. Editoriais e reportagens ostensivos às práticas comunistas eram publicados quase diariamente. Em sua análise sobre a polícia política mineira, Rosângela Assunção, baseada nos estudos de Mariani¹⁵¹, aponta para o vínculo entre o jornal – como veículo de produção, divulgação e confirmação de um imaginário a respeito do comunismo e dos comunistas – e a atuação da polícia. A grande imprensa assumia um papel importante ao fornecer uma visão agressiva e

¹⁴⁹ Cópia de telegrama do Ministro da Justiça enviado ao Interventor Federal em Minas Gerais. 13 jan. 1947. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

¹⁵⁰ *Relatório de Investigação Policial*. 16 jan. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

¹⁵¹ MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais, 1922-1989*. São Paulo, Ed. da Unicamp; Rio de Janeiro, Revan, 1998.

negativa dos comunistas, auxiliando na formação de um ambiente de insegurança propício à ação policial.

O vínculo entre a polícia e a imprensa se efetiva a partir das dimensões que caracterizam a produção de sentidos do discurso jornalístico. Como a imprensa, a polícia política se alimenta do tema da insegurança advindo da crença no fortalecimento da infiltração comunista no Brasil. A polícia encontra no “perigo vermelho” argumentos para obter mais meios e prestígio junto ao poder instituído além de elementos que lhe permitam, a partir da atribuição que lhe é intrínseca de manutenção da ordem política e social, fundamentar a autoridade que ela exerce ou reclama. Dessa forma, a polícia se apoiará na imprensa de onde buscará argumentos discursivos incontestáveis, haja vista serem expressões ‘isentas’ e ‘imparciais’ da ‘realidade’, para justificar o acirramento do controle e da repressão sobre os comunistas. (ASSUNÇÃO, 2006, p. 75)

Apesar dos ataques, os comunistas pareciam estar convencidos da concretude das conquistas democráticas do período. De acordo com as informações divulgadas pelo PCB, a “conspiração anti-democrática” perdia tempo ao tentar macular a imagem de seus membros.

Que vocifere contra Prestes, contra o Partido Comunista, contra o povo, esses grandes jornais que já chegaram ao cúmulo de elogiar como heróis os beaguins e os “choques” da reação. [...] com suas minguadas tiragens, perderão seu tempo na miserável conspiração anti-democrática a que estão entregues, a soldo dos inimigos da liberdade e do progresso¹⁵².

Apesar de constantemente reforçar seu compromisso com a manutenção da ordem e, até mesmo, se dispor a controlar de alguma forma os movimentos reivindicatórios dos operários, o PCB escrevia sua própria sentença de morte. Na visão dos comunistas, o povo precisava fortalecer suas organizações sindicais e de massa, porém devia lutar por suas reivindicações dentro da ordem. A indiferença do Governo frente às solicitações dos trabalhadores se constituía na maior causa dos conflitos e das greves.

O COMITÊ MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL [...] sente-se no dever de alertar o povo mais uma vez, no sentido de defender intransigentemente a ordem e a tranquilidade, impedindo que se crie, neste momento, uma atmosfera de agitação e de golpe que somente pode favorecer aos inimigos da democracia e do povo, aos agentes da reação e do fascismo.

¹⁵² *Disse um grande estadista.* Panfleto protestando contra as informações veiculadas pela grande imprensa sobre o PCB. s/d. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

[...] *O Partido Comunista do Brasil reconhece, por outro lado, que o governo nada ou muito pouco vem fazendo no sentido de enfrentar e resolver a crise de habitação, a carestia dos gêneros, a falta de transporte, de água, etc., o que aumenta o justo descontentamento popular, favorecendo um clima propício à instabilidade e ao golpe.*

*MARCHEMOS PACIFICAMENTE PARA AS ELEIÇÕES!
A DESORDEM SÓ INTERESSA AO FASCISMO!*¹⁵³

Não obstante, o que estava em jogo não era a capacidade de liderança do PCB em relação aos trabalhadores, mas sim a necessidade de associá-lo à conspiração e à desordem social. Na verdade, via-se um receio evidente dos mais reacionários quanto à ampliação do poder de participação política das massas.

A sensação de liberdade política e a euforia democrática não durariam muito tempo. Os primeiros avanços da Guerra Fria e a alegação reiterada de serem os comunistas ameaça à segurança nacional, instigadores de caos e desordem social, tornavam-se ameaças concretas à legalidade do Partido Comunista do Brasil. Mas, pelo visto, o Partido parecia acreditar que o espaço de discussão política, instaurado com as reformas democráticas, estava sedimentado nas estruturas sociais e seria suficiente para impedir as “ações reacionárias”.

O Partido Comunista do Brasil, consciente de suas responsabilidades na defesa dos interesses do povo e da democracia, sente-se no dever de conclamar o povo e o proletariado para a luta em defesa de sua legalidade, porque as ameaças contra a sua existência legal são fundamentalmente dirigidas contra o regime democrático e a livre existência de todos os partidos políticos.

[...] *O Partido Comunista defendendo sua legalidade coloca-se na defesa da Constituição e prossegue na sua luta pela união nacional, certo de que todas as tentativas de reviver os métodos do Estado Novo, todos os manejos dos reacionários estão fadados ao mais completo fracasso, porque não estamos mais em 1937 e o mundo que emergiu da guerra de libertação dos povos não pode mais retornar aos dias sombrios da ascensão do fascismo.*

*Por isso, mantendo a sua posição de ordem e tranqüilidade, o Partido Comunista alerta o próprio governo da necessidade de afastar imediatamente de seu seio os elementos fascistas que o comprometem, e se apoiar no povo para realizar uma política em benefício das massas e da democracia*¹⁵⁴.

¹⁵³ *Ao povo de Belo Horizonte*. Panfleto. 16 nov. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

¹⁵⁴ *Está nas mãos do Povo assegurar a Democracia*. Manifesto do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, alertando nação contra as ameaças de retorno à ditadura. [1947]. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

Nessa situação, a deturpação de declarações de Prestes¹⁵⁵ forneceu os fundamentos necessários para uma ação mais efetiva – a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil – um processo que durou todo o ano de 1946 e adentrou 1947.

Para Armando Ziller, a causa verdadeira do combate à legalidade do Partido Comunista residia, principalmente, no sucesso alcançado pelo PCB nas eleições.

O Partido Comunista nas eleições gerais elegeu 15 deputados, e um senador na capital federal, que foi o Prestes! [...] Todo mundo ficou assustado, não é? [...] Na eleição seguinte nós elegemos uns 70 deputados estaduais. Em São Paulo nós tínhamos uma bancada de 11 deputados estaduais. [...] Tudo isso assustou muito a burguesia. [...] Esses êxitos nossos foram, a meu ver, a causa principal, de nos colocar... dessa... intenção de nos colocar na ilegalidade. [...] Não havia nada não para tornar ilegal o Partido. Nós não estávamos de armas na mão, não estávamos fazendo nada¹⁵⁶.

Mesmo abalado com a incansável campanha anticomunista, o PCB continuava fiel aos preceitos legais. Os dirigentes e os próprios militantes se lançaram em campanhas, abaixo-assinados, comícios – “esses tipos de campanhas assim legais, digamos¹⁵⁷. No entanto, essas ações não foram suficientes para mobilizar a população: “A situação já era um pouco... difícil, porque o povo já sentia assim menos liberdade”¹⁵⁸. A repressão às atividades políticas do Partido provocou o distanciamento de membros e simpatizantes, enfraquecendo as possibilidades de ação em defesa de sua legalidade.

O RETROCESSO: GOVERNO DUTRA E GUERRA FRIA

Apesar de o processo eleitoral de 1945 ter sido considerado o mais amplo que o país já havia experimentado, o aumento significativo da participação política verificado nos resultados do pleito modificaria a correlação de forças no país. Se, por um lado, as eleições e

¹⁵⁵ Declarações pronunciadas por Prestes num debate na Associação dos Funcionários Públicos do Rio de Janeiro. Perguntado, se em caso de uma guerra entre o Brasil e a União Soviética de que lado ficaria, teria afirmado: “Se algum governo cometesse esse crime, nós, comunistas, lutaríamos pela transformação da guerra imperialista em guerra de libertação nacional”. In: SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p. 56.

¹⁵⁶ *Entrevista de Armando Ziller*. Op. cit..

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

a Constituição de 1946 significaram o aumento da liberdade de expressão, manifestação e associação, o ineditismo e o potencial da participação política do “povo” atemorizavam as correntes elitistas.

O país experimentou, durante o ano de 1946, uma série de movimentos populares estimulados pela alta inflacionária e pela carestia, protestando contra o aumento de preços, reivindicando melhores salários e solução para problemas habitacionais e de saneamento básico. Sustentadas pelas conquistas democráticas, as lutas sociais invadiram o cenário político e deram voz a uma parcela considerável da população.

A tolerância política sempre foi um dos preceitos básicos da democracia. Porém, o que se verificou no governo do General Eurico Gaspar Dutra, eleito em 1945, foi a intensificação do combate aos movimentos sociais e às organizações de esquerda. A manutenção do texto da Carta de 1937 até a promulgação da nova Constituição e a edição do Decreto-Lei n. 9.070, que significou a quase total proibição dos movimentos grevistas, eram indícios de que o governo carregava fortes tendências repressivas.

Para além dos componentes internos, essa intolerância política deve ser analisada levando-se em conta o novo quadro de forças desenhado no contexto internacional após a Segunda Guerra: um ambiente polarizado entre as duas potências saídas da guerra – Estados Unidos e União Soviética. “A novidade do pós-guerra foi a formação de um sistema de forças que se digladiavam; sistema que se apresentou como choque de governos, ideologias, pactos militares – a Guerra Fria” (REZNIK, 2004, p.19).

Democracia e comunismo, assim, delineavam-se como campos de forças incompatíveis. O comunismo, associado à política soviética, passava a ser visto como força antagonista à democracia – esta “sinônimo” do capitalismo americano. Os ecos desse novo desenho internacional repercutiram internamente, no Brasil, numa adequação da liberdade de

manifestação, expressão e associação. Aqui, como em outros países, a Guerra Fria serviu como justificativa no discurso sobre a segurança e a ordem.

Era preciso vigiar e proteger a democracia recém conquistada e já “seriamente” ameaçada pela ação dos comunistas. Procurava-se, constantemente, caracterizar a existência de uma desordem iminente, cujos agentes se encontravam localizados fora do que seria o nacional – “as ideologias alienígenas”. A Guerra Fria legitimava a escolha do inimigo: o comunismo internacional. A preocupação anticomunista não era novidade, mas assumia outros contornos. A especificidade desse momento histórico elaborava novos sujeitos, argumentos e estratégias para construção de um discurso da ordem.

Não importava que o Partido Comunista estivesse apresentando um discurso de “ordem e tranqüilidade”, cada frase dos líderes comunistas e cada acontecimento anterior foram resgatados de forma a reconstruir a imagem estereotipada de subversão e desordem a eles atribuída.

Cabe lembrar que a ira anticomunista não se restringiu ao campo institucional da política, incidindo também sobre os movimentos sociais populares, território de ação privilegiado para os comunistas. A mentalidade que repudiava o Partido Comunista seguia a idéia de que aqueles que estavam nas ruas para protestar, aqueles que se organizavam em seus locais de trabalho não eram nunca o “povo” ou parte dele, mas baderneiros, desvirtuados, subversivos, pobres almas enganadas pelos “vermelhos”, inocentes úteis ao plano comunista.

Apesar da ostensiva perseguição aos comunistas e dos retrocessos verificados ao longo do governo Dutra, para o PCB a Constituinte de 1946 representava a instauração de um novo regime democrático e a ruptura com a política estadonovista. Nesse sentido, o governo em benefício da maioria, do “povo”, seria resultado do exercício do direito de escolha e controle dos governantes pelos governados, essencial para o aprimoramento do novo regime.

O que é, o que significa a palavra democracia? Os demagogos, os politiquieiros, a explicam e a definem com palavras bonitas.

‘Democracia é o governo do povo, para o povo e pelo povo’. Mas, nós, comunistas a definimos de maneira mais concreta, mais objetiva. Democracia para nós, é um governo ou um regime em benefício da maioria. Isto é que é democracia, concidadãos. E, na verdade, isso que aí temos, é um regime em benefício da maioria? Não! O que temos aí é um regime em benefício das minorias, dos especuladores, dos negociistas do ‘cambio negro’ e da exploração crescente do nosso povo¹⁵⁹.

Mesmo diante das dificuldades, havia certa crença na credibilidade na democratização e na impossibilidade de tornar o Partido Comunista ilegal. No relatório de investigações de um comício promovido pelo PCB já em maio de 1947, um policial informa que os dirigentes locais, assim como outros oradores, insistiram que o Partido não seria fechado: “Por fim, falou novamente o Deputado Armando Ziller, que fez uma série de considerações, terminando dizendo que o partido não seria fechado e se caso fechasse seria só para o almoço e para o jantar estaria aberto”¹⁶⁰.

Esse comportamento também foi indicado por Coelho (2000, p. 100), quando afirma que:

nossa visão era a de que seria possível barrar o imperialismo e as forças reacionárias brasileiras. Prestes proclamava com segurança: ‘O imperialismo está de dentes quebrados’.

Essa confiança quase cega impediu-nos de nos empenharmos com todas as forças na defesa das liberdades democráticas em nosso país e principalmente da legalidade de nossa organização. Não levávamos a sério, por exemplo, o processo aberto contra nós [...]. Assim, não enxergávamos que a ofensiva da direita na verdade resultava de inúmeros fatores, principalmente, da vontade política do governo de isolar e derrotar os comunistas.

Contudo, o Governo ia apertando o cerco contra os comunistas e o processo iniciado em março de 1946 culminou em 07 de maio de 1947 com a cassação do registro do PCB pelo Tribunal Superior Eleitoral numa votação apertada (três votos a dois).

¹⁵⁹ Reprodução de trechos do discurso de Luís Carlos Prestes pronunciado em São Paulo em 16 abr. 1946. In: *Boletim Interno do Comitê Municipal do Partido Comunista do Brasil de Juiz de Fora*, Ano I, 16 mai. 1946. APM Fundo DOPS – Pasta 5355.

¹⁶⁰ *Relatório de investigações policiais*: policiamento do comício comunista realizado no cine Paissandu. 05 mai. 1947. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

A cassação do partido não finalizou os atos do Governo contra a organização. Apesar da forte onda de repressão com invasão de sedes, apreensão de documentos e materiais, e prisão de alguns líderes, em janeiro de 1948 também foram declarados extintos os mandatos conferidos aos parlamentares comunistas. Com efeito, a experiência de atuação institucional do PCB era encerrada de maneira inesperada.

A suspensão do registro do PCB não causou grande comoção entre as massas. As lideranças, por sua vez, não fizeram grande esforço em mobilizar a população na tentativa de reverter a decisão. Os dirigentes, preocupados em manter a imagem de partido que atuava de acordo com os preceitos da “ordem e tranqüilidade”, preferiram apelar para os meios judiciais. Acreditavam poder reverter a cassação do registro por vias legais, apostando todas as fichas na democracia vigente. O resultado não foi favorável e logo o Partido sentiu os efeitos de sua passagem forçada para a ilegalidade. Os caminhos institucionais para o movimento sindical foram cortados e o parlamento ficou mais distante.

FRESTAS NA PORTA FECHADA...

As determinações do Tribunal Superior Eleitoral não demoraram a ser efetivadas em Minas Gerais, em especial, na Capital.

Assim foi que, nos últimos minutos de ontem [10 mai. 1947], o delegado de Ordem Pública, dr. Luiz Alves Valadão, acompanhado de dois investigadores encaminharam-se para as sedes dos Comitês Estadual e Municipal, localizadas respectivamente à Rua Mato Grosso, 268, e Avenida Tocantins, 946, e puseram em prática as ordens recebidas. Tanto numa como noutra, as autoridades encontraram elementos da direção do Partido, entre os quais os srs. Armando Ziller, Lindolfo Hill, Augusto Gilbert e Marco Antonio Coelho. Informados da missão policial, não opuseram qualquer resistência. Fizeram a entrega das referidas sedes, que ficaram sob a vigilância de guardas.

Em vista do adiantado da hora, as sedes distritais e respectivas células, cuja grande maioria está localizada em escritórios e residências particulares, somente serão fechadas na manhã de hoje.

Também somente hoje será feito o arrolamento dos pertences das sedes já ocupadas pela polícia. Ao mesmo tempo que essas medidas eram executadas na Capital, a Chefia de Polícia expedia ordens para que os

*delegados especiais, regionais e delegacias de polícia pusessem em execução idênticas providências no interior*¹⁶¹.

Dentre os documentos produzidos para referendar a missão policial, destacava-se o arrolamento dos bens, a relação de todos os materiais encontrados no interior dos organismos do Partido. Nota-se, na análise desses registros, que apenas o material permanente – mobiliário e máquinas de escrever, por exemplo – era devolvido aos dirigentes. Toda a documentação em papel encontrada, inclusive materiais de propaganda, cartazes, panfletos e livros, fora recolhida à Delegacia de Ordem Pública – exceto aqueles arquivos já guardados prudentemente pelos militantes. Esse vasto material apreendido serviu para alimentar os prontuários e as fichas dos militantes comunistas.

Vale ressaltar que durante os procedimentos policiais até mesmo as faixas que identificavam os prédios eram retiradas. Muitas delas continham o dístico conhecido do Partido – a foice e o martelo –, símbolo da presença comunista¹⁶². Visto dessa forma, o ato de fechamento de um comitê ou célula do Partido Comunista ganhava ares de cerimônia pública e, porque não, de ritual de purificação. Era como se o ato de fechar se transformasse também em ato de abrir, escancarar ao público os segredos, conluios e artimanhas comunistas, expurgando os “demônios maléficos” da sociedade.

Como já informava o excerto do jornal, as sedes do Partido Comunista em Belo Horizonte foram fechadas sem resistência de seus dirigentes. E, ao que parece, a ofensiva do governador eleito, Milton Campos, não suscitou maiores intervenções nas atividades comunistas, pelo menos num primeiro momento – até que se encerrassem também os mandatos dos parlamentares e o PCB assumisse uma postura mais agressiva. Provavelmente, essa permissividade do governador estava vinculada ao apoio fornecido pelo Partido Comunista ao candidato udenista durante a campanha para o executivo estadual.

¹⁶¹ Primeiras providências para cessação das atividades partidárias dos comunistas em todo território mineiro. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10 mai. 1947, p.10.

¹⁶² Cf. Autos de Fechamento dos Comitês e Células de Belo Horizonte. APM Fundo DOPS – Pasta 5283.

O governador Milton Campos continuava a assegurar em Minas um ambiente de absoluto respeito às garantias constitucionais. Apenas determinou o fechamento da sede do Comitê Estadual do PCB e nada mais. Guardamos os arquivos e nenhum comunista foi molestado. Simplesmente, passamos a nos reunir no local em que funcionava o Jornal do Povo. (COELHO, 2000, p.100)

A liberdade de manifestação e de imprensa, garantias constitucionais, viabilizou a permanência do Partido Comunista no cenário político. Apesar de o PCB estar impossibilitado de atuar institucionalmente, os militantes comunistas iriam, sustentados por preceitos legais, dar continuidade ao “trabalho de massas” iniciado na legalidade do Partido: “Os jornais funcionavam. A imprensa... a liberdade de imprensa existia. Então os jornais continuaram. Em todo lugar nós tínhamos jornais”¹⁶³.

Como um dos dirigentes locais do Partido naquele momento, Marco Antonio relembra que “combinava os encontros clandestinos com o trabalho legal, aberto e sem qualquer reserva” (COELHO, 2000, p.107). Pelo visto, o Partido Comunista, ao contrário do que afirmavam os anticomunistas, não havia “fechado suas portas”, não interrompera suas atividades, alterando apenas sua forma de atuação.

As eleições municipais, em novembro daquele ano, manifestaram-se como o primeiro desafio para o Partido na ilegalidade. Apesar das advertências e incansáveis denúncias, os comunistas iriam participar ativamente das campanhas.

O trabalho subterrâneo desses profissionais do comunismo já começa a aparecer através de boletins insultuosos, espalhados pela cidade, e de incidentes de toda ordem por eles provocados entre o povo. Concitamos todos os cidadãos a repelir com altivez as manobras comunistas, desmascarando em praça pública esses maus brasileiros que se aproveitam dos pleitos eleitorais para levar a discórdia às classes e a desordem à sociedade¹⁶⁴.

Apesar de indicar o trabalho comunista como “subterrâneo”, o trecho acima esclarece que era possível encontrar seus vestígios por toda a cidade. O autor adverte para a necessidade

¹⁶³ *Entrevista de Armando Ziller. op. cit.*

¹⁶⁴ Agitadores comunistas de S. Paulo na capital. Vieram especialmente para explorar a campanha política. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 nov. 1947, p.14.

de desmascarar os comunistas em praça pública, no espaço essencialmente político, em que a “verdade” é disputada pelo discurso. Ou seja, era indispensável que o PCB, responsável pela discórdia e desordem, fosse identificado para evitar os “enganos” e “ilusões” do povo belorizontino.

Como estratégia para dar continuidade a sua atuação no cenário político, os candidatos, comunistas conhecidos, tiveram de ser apresentados sob as legendas de outros partidos. O cancelamento do registro do PCB desenhava um quadro político bem diferente dos pleitos anteriores. Todavia, essas associações partidárias não eram balizadas apenas pela simples solidariedade: “Envolviam a contraprestação de nosso apoio a candidatos às prefeituras, o que tornava mais complexa a luta posterior dos comunistas em determinadas cidades” (COELHO, 2000, p. 89).

Os partidos políticos prescindiam – como ainda carecem – de posicionamento político e ideológico uniforme, valendo-se essencialmente dos contextos e definições locais. Não houve uma aliança política em nível nacional ou regional, o que se verificou foram acordos com diversos partidos em diferentes municípios. A unicidade das campanhas e a identificação dos candidatos comunistas se davam por outros meios.

Mesmo diante dos entraves impostos pelo novo momento político, observamos que nas campanhas em que os comunistas se envolveram foram mantidas algumas características de propaganda das eleições passadas. Novamente, Luís Carlos Prestes foi lembrado para dar credibilidade à escolha “correta” do povo.

*O Prestes era figura primordial no nosso Partido, então nós fizemos a nossa campanha, para não dizer comunista, porque seria um acinte à medida tomada contra nós há tão pouco tempo, então nós colocamos: **os candidatos de Prestes**, fulano, cicrano e beltrano. E fomos eleitos, foi uma campanha muito importante [grifo nosso]¹⁶⁵.*

¹⁶⁵ Entrevista de Anélio Marques. In: Projeto Integrado: Memória e História: Visões de Minas.- UFMG/FAFICH/Centro de Estudos Mineiros/Programa de História Oral – Projeto Integrado: Memória e História: Visões de Minas.

* * *

Aos trabalhadores e ao Povo:

*A todos os comunistas e aos **amigos de Luiz Carlos Prestes!***

*O COMITÊ MUNICIPAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, sentindo sua responsabilidade de orientar o povo da nossa capital para alcançar novas e maiores vitórias na luta pela defesa da Constituição e pro melhores condições de vida para o nosso 'povo', se dirige a todos os homens, mulheres e jovens da cidade de Belo Horizonte, para indicar a posição do **Partido de Prestes** em face das candidaturas para prefeito e vice-prefeito de nossa capital [grifos nossos]¹⁶⁶.*

Cientes de que a vinculação direta dos candidatos ao PCB poderia suscitar entre os adversários os argumentos para uma investida anticomunista, os candidatos eram, antes de tudo, candidatos de Prestes. O prestígio individual do líder comunista, do “Cavaleiro da Esperança”, fora usado pelos militantes para valorizar as candidaturas camufladas sob outras legendas partidárias. Em Belo Horizonte, somente o Partido Socialista Brasileiro aceitou a participação comunista em sua relação de candidatos. Orlando Bonfim, militante desde os tempos do movimento pró-anistia, foi eleito o único vereador “comunista” da Capital. Um grande feito, tendo em vista o pequeno alcance da legenda e as dificuldades enfrentadas numa campanha com grande apelo aos valores cristãos do povo mineiro em contraposição à postura comunista:

Todos aqueles que estiveram, ontem na av. Afonso Pena, puderam facilmente verificar que a passeata realizada em homenagem ao sr. Antonio Vasconcelos¹⁶⁷, constituiu verdadeira afronta ao povo de Belo Horizonte, avesso por índole aos modelos soviéticos. [...] Onde há 2.000 comunistas, o barulho dá a impressão de existirem 200.000. E quando são 200 entre 5.000, conseguem dar a impressão de que eles são a totalidade. [...] Vêem-se nitidamente, na passeata, os comunistas empunhando archotes vermelhos e 'panos' com legenda do ex-Partido Comunista, de exaltação a Prestes [...]. Como afronta ao brio e ao civismo dos mineiros, não pode haver cousa mais expressiva¹⁶⁸.

¹⁶⁶ Tudo Para os Candidatos de Prestes. *Jornal do Povo*, Belo Horizonte, 09 nov. 1947, p. 01.

¹⁶⁷ Candidato a prefeito apoiado pelo Partido Comunista.

¹⁶⁸ Testemunho Insuspeito. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 nov. 1947, p. 09.



Figura 14 – *Estado de Minas*, 22 nov. 1947, p. 09
Aspecto da passeata ocorrida na Avenida Afonso Pena

Se a passeata acima podia ser usada pelo candidato adversário, Otacílio Negrão de Lima, como expressão de “afronta ao brio e ao civismo” do povo mineiro, não há como negar que ela demonstrava também que, mesmo na ilegalidade, o Partido Comunista buscava ocupar o espaço na cena pública. Por mais que o comentário reproduzido acima intentasse diminuir a participação dos comunistas no referido evento, percebe-se no texto certo assombro diante das bandeiras, símbolos e faixas facilmente identificados na aglomeração. Se uma imagem vale mais que mil palavras, os comunistas pareciam querer ser vistos e identificados.

CLANDESTINIDADE

A liberdade política, principal conquista democrática, não mais se estendia a todos. A construção da idéia de Guerra Fria fundamentou o discurso da segurança e da ordem, legitimando-o. Conseguiriam os comunistas, nas sombras da ilegalidade, influenciar a vida

política? Seriam possíveis a difusão e a manutenção dos valores e símbolos comunistas? Atuariam eles no espaço público de maneira efetiva, ainda que sob máscaras ou disfarces?

Mesmo com as medidas repressivas adotadas, as ruas não pareciam pacificadas. Pouco adiantara o cancelamento do registro do PCB. Não bastara o fechamento de inúmeras associações supostamente controladas por comunistas. O discurso de um povo brasileiro harmônico, contrário ao caos e à desordem, não conseguira conter a ocupação do espaço público pelas camadas populares. Sustentados pela Constituição, manifestações, comícios e passeatas traziam à tona o ímpeto participativo de parcela significativa da população. Questões cotidianas como tarifas de energia, impostos e outras menos imediatas, como a “paz”, mobilizavam os cidadãos.

Em Belo Horizonte a situação não era diferente. Contra o aumento de taxas cobradas pela Prefeitura, a favor das greves de choferes, ferroviários e funcionários públicos, e em combate à alta de preços a população se reunia em associações, mobilizava passeatas e tomava as ruas das cidades. Certas vezes as ações eram efêmeras, outras mais cristalizadas, a exemplo da constituição da Comissão Contra a Carestia do Prado e Calafate e a Cooperativa de Consumo de Belo Horizonte Ltda¹⁶⁹.

Não por acaso, uma série de medidas foi tomada para controlar as manifestações públicas, fossem elas de caráter reivindicativo ou não. A Chefia de Polícia buscou regulamentar e fixar os possíveis locais de reuniões públicas, indicando a necessidade de solicitação prévia e informação dos motivos de realização do evento¹⁷⁰. Além disso, desde

¹⁶⁹ Essa cooperativa era presidida por Ivan Bambilra, também conhecido como Ivan Alfaiate, importante membro do Partido Comunista na cidade. Sua alfaiataria localizava-se nas proximidades da Praça Sete. Segundo os relatórios policiais, ele a teria vendido para dedicar-se à referida cooperativa. Quanto à primeira organização, a Comissão Contra a Carestia do Prado e Calafate, de acordo com as investigações policiais, contava com a presença de dois comunistas atuantes em Belo Horizonte desde antes da legalidade do Partido: José Gomes Lemos e João Celso de Faria. Cabe ressaltar que durante o período de legalidade o PCB instaurou, nos referidos bairros, células importantes e atuantes.

¹⁷⁰ Na verdade, esses procedimentos não se manifestavam como novidade. A Chefia de Polícia atuava nesse sentido desde a derrocada do Estado Novo e a conseqüente ampliação dos espaços de participação política. A inovação residia na preocupação com a atuação do Partido Comunista, agora ilegal. A esse respeito ver Portaria n. 540 de 12 de novembro de 1945, reeditada em 22 de novembro de 1946 e Portaria n. 2.171 de 7 de junho de 1950. (*Minas Gerais*, 08 jun. 1950).

setembro de 1947, editaram-se medidas com vistas à regularização dos alto-falantes, as quais exigiam o registro dos aparelhos e indicavam as restrições para seu uso e instalação.

Estava autorizado o uso dos equipamentos em solenidades públicas, como também estavam permitidas as instalações de alto-falantes e amplificadores nas sedes e em veículos dos partidos, **desde que devidamente registrados**, e em comícios, **desde que legalmente autorizados**¹⁷¹. Ainda que indiretamente, as restrições mencionadas na legislação pareciam ter destinatários certos – o Partido Comunista e os movimentos populares.

A perda do registro político colocou grandes dificuldades para a atuação do Partido, o que acabou gerando modificações de orientação e o delineamento de novas estratégias de ação. O PCB entrou em um processo de radicalização do seu discurso político, direcionando-o para a luta antiimperialista e pela revolução socialista. O marco do início dessa alteração na orientação do partido é o Manifesto de Janeiro de 1948. Nesse documento “o partido reconhece o fechamento do regime, caracteriza o governo Dutra como um governo ‘de submissão ao imperialismo norte americano’” e identifica como “antidemocráticos os partidos políticos das classes dominantes”. (SANTANA, 2001, p. 68)

A mudança na orientação do Partido fica ainda mais evidente em 1950, quando faz nova proclamação ao povo brasileiro. No documento conhecido como o Manifesto de Agosto, assinado por Prestes em nome do Comitê Nacional, verificamos um discurso radical associado à convocação de vários grupos sociais para a batalha política. Pode-se dizer que foi um apelo dos comunistas à “união e a ação” pela libertação nacional, contra o imperialismo norte-americano e o “governo de traição nacional de Dutra”. O PCB convocava todas as organizações operárias, de mulheres, de jovens, de camponeses e todos os movimentos populares para uma ação imediata.

¹⁷¹ APCBH. *Coletânea de Posturas Municipais*. Ver especialmente os Capítulos XLII e XLIII.

Mesmo com o direcionamento pra a radicalização da ação política, na prática, o Partido buscou na ilegalidade explorar todas as formas de participação legal por meio da tutela de movimentos de massa que lhe forneciam uma cobertura institucional¹⁷². A grande imprensa e os órgãos de segurança não se cansaram de denunciar a atuação dos comunistas como parte integrante dos planos soviéticos para aumentar suas áreas de influência e espalhar o comunismo por todo o mundo.

*Posto assim fora da lei o Partido Comunista Brasileiro, os seus leaders e dirigentes passaram a lançar diferentes campanhas e a organizar diferentes entidades que, sob denominações e formas variadas, continuam a agitar as questões do programa condenado, mantendo articulado e atuante o partido dissolvido*¹⁷³.

MOVIMENTO PELA PAZ MUNDIAL

Iniciado em fins da década de 1940, o Movimento pela Paz¹⁷⁴ (de caráter internacional) incorporou um conjunto de esforços pacifistas como a Campanha pela Interdição das Armas Atômicas, os apelos e protestos contra a aliança militar ocidental Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pelo desarmamento geral, contra a Guerra da Coréia e o envio de soldados para o conflito. Os “combatentes da paz”, em grande parte, comunistas, “acreditavam estar contribuindo para uma causa de extrema nobreza: salvar a humanidade de uma catástrofe nuclear que acarretaria o fim do mundo” (RIBEIRO, 2003, p. 12).

No contexto da Guerra Fria, o temor de uma nova guerra mundial povoava o imaginário dos comunistas brasileiros. A possibilidade de ocorrência de um novo conflito de

¹⁷² RODRIGUES, Leôncio Martins. Op. cit., p. 416.

¹⁷³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. 6ª Vara Criminal. Comarca de Belo Horizonte. Processo-crime instaurado contra integrantes da Associação Mineira Pela Paz. 1953, p. 03.

¹⁷⁴ O Movimento pela Paz contribuiu significativamente para definição das ações políticas do PCB. Sob a liderança de Stálin (ver nome), o “campeão da paz”, e com o objetivo de barrar o desenvolvimento armamentístico norte-americano, o Movimento começou em agosto de 1948, quando foi celebrada na Polônia o Congresso Mundial dos Intelectuais pela Paz; e em novembro, na França, com o Congresso Nacional dos ‘Combatentes da Paz’. Informações extras em RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os ‘Combatentes da paz’: a participação dos comunistas brasileiros na campanha pela proibição das armas atômicas (1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, 2003.

proporções nefastas, uma guerra atômica, e suas conseqüências para a humanidade traçavam a luta pela paz como único caminho a ser seguido.

Naqueles dias perigosos era um dado concreto a possibilidade de eclosão de nova guerra mundial. Inicialmente, só os Estados Unidos dispunham de um poderoso arsenal com bombas atômicas, mas os povos queriam o fim do colonialismo e mudanças políticas substanciais em dezenas de países. Em várias regiões da Terra foram se acumulando fatores que agravaram a tensão internacional. (COELHO, 2000, p. 123)

Nas condições em que a luta pela paz era colocada, principalmente quando as questões de ordem buscavam limitar as ações militares dos Estados Unidos, interessava essencialmente a União Soviética. A participação dos comunistas nas campanhas atraiu a atenção das autoridades e suscitou interpretações que colocavam em dúvida os objetivos do movimento pacifista, tornando-o causa subversiva e perigosa.

Para o Partido Comunista, lutar pela paz não significava apenas desejar sua efetivação, mas proporcionar as condições para sua realização. A Campanha pela Paz era associada a outras questões mais amplas e diversas, de caráter predominantemente nacional ou mesmo regional. As lutas pela paz contribuía para fortalecer as reivindicações da classe trabalhadora, afinal, “se uma nova guerra mundial se irrompesse, seria bastante difícil lutar por melhores salários, por liberdade sindical, pela educação, etc, já que todo esforço de guerra seria imposto à população” (RIBEIRO, 2003, p. 58).

Em suma, na visão do PCB, as lutas pelos direitos políticos e pelas necessidades mais imediatas do povo brasileiro e, principalmente, a serviço da independência nacional deviam estar diretamente relacionadas ao combate pela paz. Este, aliado às reivindicações da classe trabalhadora, era tido como contribuição necessária à luta contra o capitalismo – promotor da guerra – e à vitória revolucionária do “povo brasileiro”:

por certo não objetiva propriamente a preservação da paz, mas instilar o veneno comunista e criar ambiente favorável à política internacional da U.R.S.S.. As reservas suscitadas em nosso meio pela profusa

*propaganda nas principais ruas, praças e edifícios, já agora estão justificadas em toda a linha*¹⁷⁵.

Diametralmente em oposição, aos adversários do PCB as manifestações pela paz eram apenas mais uma estratégia comunista para manipulação das massas e preparação do terreno para a dominação soviética. Os objetivos pacifistas eram reduzidos à mera fachada de um movimento político de caráter subversivo. Se antes não havia clareza quanto à origem do movimento, a participação dos comunistas o rotulou de maneira inolvidável.

Diante do envolvimento expressivo de comunistas nas campanhas, o governo federal, através do Ministério da Justiça, julgou im procedente e ilegal qualquer ato pela paz, proibindo-os por meio de decretos e portarias. Certamente, essas medidas contribuíram para que os manifestantes relacionassem, ainda mais, à questão da paz outros problemas de incontestável urgência para o povo, inclusive como estratégia para disfarçar e ludibriar as forças policiais.

Nessas condições, ocupar as ruas não seria tarefa fácil. Todavia, a experiência democrática contribuiu largamente para que o Partido Comunista compreendesse o significado dessa estratégia para a mobilização popular. Em vista disso, recorrer à promoção de manifestações públicas para divulgação da “mensagem da paz” era essencial. Na capital mineira o Partido Comunista persistiu na realização de protestos nas ruas que resultaram em constantes enfrentamentos com a polícia. Segundo Coelho (2000, p. 123), “a luta pela paz transformou-se numa guerrilha constante com os agentes policiais”. Exemplo desse fato fora o episódio ocorrido em abril de 1949:

um grupo de populares, sob inspiração nitidamente vermelha, fez realizar uma passeata, que terminou com alguns acontecimentos desagradáveis. A iniciativa, segundo os seus promotores, nada tinha a ver com o anunciado congresso [Pró-Paz], pois visava a luta contra a carestia de vida.

[...] Antes de iniciar-se a passeata foi realizado, em frente à Feira de Amostras, autêntico comício, durante o qual se fizeram ouvir

¹⁷⁵ Paz de Moscou. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 02 abr. 1949, p. 04

diversos oradores, muitos dos quais se referiram ao movimento pró-paz. Daí ter chegado a polícia à conclusão de que o propalado objetivo de combate à carestia de vida não passava de simulação, mesmo porque a liderar o ajuntamento eram vistos vários elementos reconhecidamente comunistas¹⁷⁶.

A passeata seguiu, contrariando as normas policiais, pela Avenida Afonso Pena em direção ao Palácio da Liberdade, quando, no cruzamento com a Rua Curitiba, os agentes impediram sua continuidade. No conflito com os policiais uma senhora foi ferida à bala e encaminhada ao Pronto-Socorro, enquanto outros manifestantes detidos para prestar esclarecimentos. Houve a apreensão de revólveres e pistolas que, evidentemente, justificariam as alegações de que os disparos que feriram a senhora eram de autoria dos manifestantes. Dias após o incidente, uma “*comissão de senhoras e senhoritas*” indignadas com os maus tratos dos policiais protestou contra as ocorrências da referida passeata, percorrendo as redações de jornais e apresentando documento/protesto na Assembléia Legislativa.

[...] fizeram longas considerações em torno dos fatos, afirmando que a passeata tinha caráter absolutamente pacífico, objetivando apenas protestar contra a carestia da vida. Declararam que a polícia não proibiu antecipadamente aquela demonstração, parecendo que assim procedeu para ter motivo para cometer arbitrariedade¹⁷⁷.

Seguramente, a manifestação relatada acima contou com o apoio de militantes comunistas. Não por acaso os jornais alertavam para a infiltração de membros do PCB em movimentos populares: “Na verdade, conhecidos agitadores comunistas estão se infiltrando nas organizações populares incentivando a agitação e pregando a revolta contra o regime”¹⁷⁸. Porém, era, no mínimo, curioso o fato de que uma comissão feminina levasse a diante o protesto contra a proibição arbitrária da passeata. A participação e o apoio comunista existiram, mas, diante dos acontecimentos, percebemos que a manifestação também contava com a assistência de outros setores engajados, a exemplo das associações femininas.

¹⁷⁶ A Passeata foi dissolvida pela polícia. Proibido o Congresso Pró Paz, tentou-se realizar um desfile contra a carestia. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 09 ago.1949, p. 14.

¹⁷⁷ *Idem*.

¹⁷⁸ O Delegado não permitiu o comício. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 11 ago. 1949, p. 12.

Não podemos perder de vista que na luta pela paz as mulheres assumiram importante papel, sempre incentivadas na participação e organização dos protestos. Além de assinarem os famosos apelos, eram convidadas a promover atos de repúdio à guerra. Para conquistar o apoio feminino, os militantes apelavam à sensibilidade e ao apego materno. Para eles, as mulheres não desejariam que seus filhos ou maridos fossem enviados a uma guerra¹⁷⁹.

Se o fato das mulheres – tradicionalmente reclusas ao ambiente doméstico – saírem às ruas para protestar era inusitado, o Partido Comunista não conseguia ampliar as bases de apoio do movimento pela paz. A repressão e intensa campanha anticomunista contrária às mobilizações reduziram significativamente o alcance do PCB entre as camadas mais populares. Entretanto, mesmo com os “desfechos desagradáveis” dos conflitos policiais, os militantes seguiam na realização dos protestos de rua, conforme as estratégias e diretrizes definidas pelos dirigentes do Partido.

Dentre as manifestações mais constantes, os congressos pró-paz eram aqueles em que a bandeira pacifista sustentava claramente a propaganda e a mobilização popular. Essas campanhas eram promovidas em níveis locais e regionais, culminando em encontros nacionais e até internacionais:

Está sendo anunciada a realização, nesta capital, de um Congresso Estadual da Paz, cuja instalação dar-se-ia a 16 do corrente.

Muito embora os objetivos aparentes do conclave se refiram ao debate do problema da paz, há uma indisfarçável orientação de fundo comunista em seus rumos. Observa-se que os remanescentes do extinto Partido Comunista estão seguindo em todo o país a palavra de ordem de agitar o problema da paz como se estivéssemos sob indesviáveis ameaças de guerra iminente¹⁸⁰.

A propaganda do evento parecia ignorar as proibições policiais e a imprensa não tardou em condenar a realização do congresso, que era ilegal e não devia ser permitido. O Chefe de Polícia, sustentando-se nas orientações do governo federal, determinou que, se

¹⁷⁹ Cf. RIBEIRO, Jayme Fernandes. Op. cit.

¹⁸⁰ Não poderá realizar-se o Congresso Estadual Pró-Paz. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 03 ago. 1949, p. 12.

preciso fosse, seria tomada “uma medida de caráter preventivo contra a prática de uma ilegalidade”¹⁸¹.

As determinações do órgão policial, todavia, não impediram que representantes do interior e de outros Estados chegassem a Belo Horizonte. Os integrantes do Movimento Pró-Paz continuavam produzindo farta publicidade, convocando o povo a participar do conclave.

*Diversas delegações de São Paulo, Distrito Federal, Goiás e Espírito Santo, além de elementos do interior do Estado, chegaram à Capital a fim de participar do ‘meeting’, entrando os seus membros em imediata atividade de propaganda e aliciamento de adeptos*¹⁸².

Com a desculpa de se evitar qualquer distúrbio, todos os integrantes das delegações foram vigiados durante o tempo que permaneceram na Capital, visando o controle de hospedagens e de possíveis contatos políticos. Verdadeira operação de guerra! Era como poderíamos classificar a ação preventiva da polícia contra a realização do “meeting”. Na data prevista para o Congresso, todas as delegacias disponibilizaram seu efetivo para a operação e as autoridades policiais foram reunidas para impedir o ato – o Chefe de Polícia dirigiu pessoalmente as ações.

Horas antes do programado para início do encontro, a polícia ocupou toda a área da Esquina da Sinuca – local previsto para sua realização. Todas as ruas foram fechadas e os policiais ficaram de prontidão nas extremidades, próximos à Praça Sete e na Avenida Amazonas em direção à Estação Central. Da mesma forma, as praças Rio Branco e Rui Barbosa (da Estação) foram interditadas, tais quais outros pontos espalhados na região central receberam policiamento específico.

Além da área central, “também aos bairros e vilas chegaram a ação da polícia. É que, de acordo com o plano dos comunistas, caso fracassasse o comício do centro, derivariam eles

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² As autoridades fizeram respeitar a proibição. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 17 ago. 1949, p. 12.

para os bairros”¹⁸³. Vale ressaltar o papel importante das mobilizações de bairro na história do Partido em Belo Horizonte. Não há dúvidas que o PCB, durante sua legalidade, firmou laços e deixou raízes nos bairros populares da cidade. Como vimos, a estrutura organizacional dessa agremiação se espalhou por toda a cidade, com destaque especial às vilas (por exemplo a Vila Afonso Pena – atual Sagrada Família) e bairros (Cachoeirinha, Floresta e Renascença).

A operação policial alcançou sucesso almejado. Os populares não se solidarizaram com a causa, como era esperado pelo Partido Comunista: apenas se aglomeravam, curiosos, fascinados com o caráter excepcional das ações policiais. Mesmo diante da impossibilidade de realização do comício, o Partido parecia ser ouvido em outros recantos da cidade. “Pouco antes da hora marcada para o início da manifestação em prol da paz universal, os comunistas fizeram espoucar, nos bairros, diversos foguetes. Era o chamamento para o grande comício, que, entretanto não se realizou, em virtude da ação policial”¹⁸⁴.

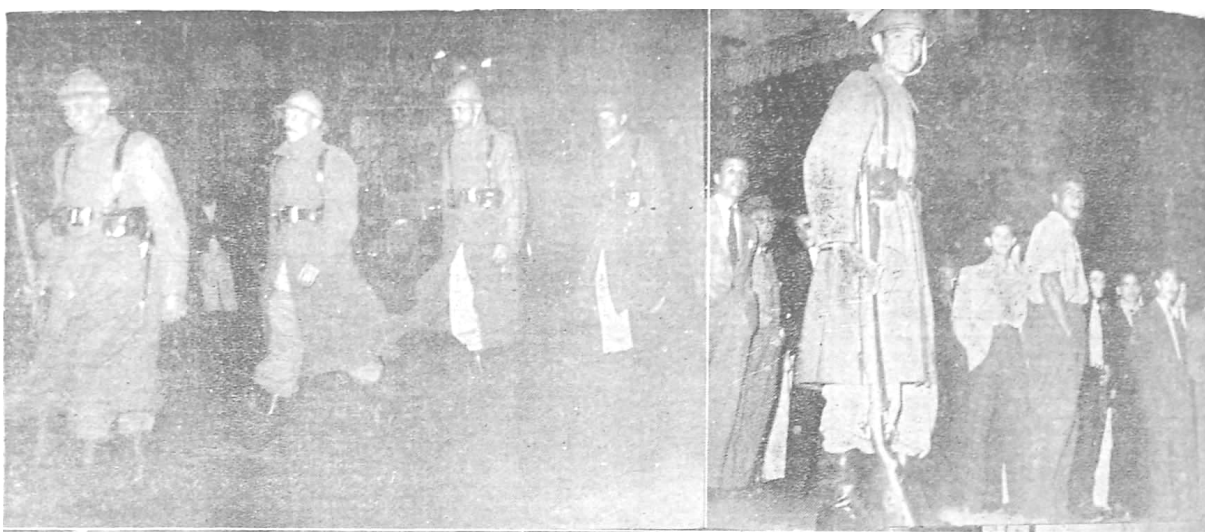


Figura 15 – Estado de Minas, 17 ago. 1949, p. 12
Aspecto dos destacamentos policiais que ocuparam as imediações da Esquina da Sinuca

Coelho relembra que

Os eventos do movimento dos partidários da paz em Belo Horizonte seguiram sempre um certo ritual. Lançávamos o convite para o ato público, assinado por deputados e pessoas amigas. Imediatamente, a polícia anunciava que não o permitiria e a cavalaria da PM isolava o local. A polícia

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Idem.

militar interditava o centro de Belo Horizonte porque no fundo queria evitar um conflito de maiores proporções, desde que esvaziava a parte central da cidade e isolava os manifestantes. (2000, p. 126)

Novamente, nesse episódio o centro urbano configura-se como reduto das autoridades estabelecidas, lugar onde estavam instaladas as sedes dos órgãos públicos; um espaço da ordem, não comportando as manifestações como os congressos pró-paz. Sob disfarces, a participação de militantes comunistas imprimia às essas campanhas um caráter de “infiltração” e de “perversão” inaceitáveis.

O movimento pela paz, iniciado em Belo Horizonte em 1949, daria origem a manifestações mais intensas e conflitos mais graves nos anos seguintes. Entre as lições sobre a estruturação do partido, métodos de autodefesa, instruções para a composição de núcleos e células, num “Curso de Capacitação” promovido pelo PCB, encontramos, uma lição especial intitulada “A Luta pela Paz – Nossa Tarefa Central”:

A luta de classe é a base inicial dos comunistas. Somos partidários conseqüentes da luta pela paz. Lutamos como revolucionários. Os comunistas tomam parte nas guerras justas, mas nas injustas lutam para transformá-las em guerras justas de libertação nacional.

[...] Somos partidários revolucionários pela paz, até derrubar a burguesia imperialista que provoca guerras. A luta contra a guerra é a luta contra o regime capitalista.

[...] A paz será consolidada se o povo tomar o poder em suas mãos e só assim a guerra será evitada [grifo nosso]¹⁸⁵.

Após a adoção da linha radical com a proposição da luta armada pelo Manifesto de Agosto de 1950, o PCB passava por momentos de grande tensão interna. De acordo com Santana (2000, p.70), as estratégias assumidas pelo Partido buscavam conciliar a luta pela paz no âmbito internacional com a luta pela revolução internamente.

“Democracia entre duas pragas” era o título de extensa reportagem publicada na revista *O Cruzeiro* em abril de 1951. Lia-se:

Comunistas arruaceiros e policiais espancadores foram protagonistas de violento conflito em pleno centro de Belo Horizonte, jovem

¹⁸⁵ PCB: *Curso de Capacitação*. São Paulo. [1950?]. APM Fundo DOPS – Pasta 3833.

*cidade provinciana em geral bem comportada, mas que já teve suas ruas e colinas ensangüentadas e suas casas varadas de balas por causa de política*¹⁸⁶.

Diferente dos comícios realizados em 1945 na Praça da Estação, caracterizados então como símbolos históricos da liberdade política em Minas, agora a atividade política era vista como maléfica e provocadora do conflito. As questões políticas pareciam não caber a uma cidade “pacata e provinciana” como Belo Horizonte. O conflito e a diferença já não podiam fazer parte da nova conjuntura política – a euforia democrática era suplantada pelo discurso da ordem. Como uma doença deve ser extirpada para manter a integridade do corpo, o “diferente” devia ser eliminado para que se mantivesse a harmonia do corpo social.

A reportagem de *O Cruzeiro* referia-se a um comício programado para o dia 26 de março de 1951 em defesa da paz mundial, contra as bombas atômicas e contra o envio de tropas brasileiras à Guerra da Coréia. As autoridades policiais vetaram a manifestação, sob a alegação de que a data escolhida seria um pretexto para as comemorações do aniversário do Partido Comunista do Brasil (25 de março). Outro fator citado fora a questão de que no mesmo dia se daria a Conferência de Washington, visando angariar o apoio dos países latino-americanos na intervenção dos Estados Unidos na Coréia.

Nesse caso, a proibição não impediu a realização do comício. Os organizadores alegavam que a atitude policial era ilegal por contrariar a Constituição, classificando-a como “verdadeiro escárnio às liberdades democráticas”¹⁸⁷. No dia e hora marcados, os manifestantes se aglomeravam no centro da cidade. Segundo os militantes,

*a indignação se apossou de quantos ali se compareceram para exercer seus direitos de palavra e reunião, que longe, em lado oposto ao local onde estava programado o comício e mesmo talvez com intuito de evitar incidentes com a polícia, reuniram-se algumas dezenas de manifestantes em frente a igreja São José [...] Daquele ponto dirigiram-se os manifestantes para a esquina da Avenida Afonso Pena com rua da Bahia, onde novamente oradores se fizeram ouvir*¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Democracia entre duas pragas. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1951, p. 38. APM Fundo DOPS – Pasta 1764.

¹⁸⁷ *Alegações da defesa* – processo pela morte do guarda civil Eliseu Mariano. APM Fundo DOPS – Pasta 1764.

¹⁸⁸ Idem.

Marcado anteriormente para se realizar nas imediações da Feira de Amostras, a manifestação seguiu outro rumo. Os integrantes do movimento seguiram a Avenida Afonso Pena empunhando faixas e cartazes com dizeres alusivos à Campanha pela Paz. Na ocasião, o *Estado de Minas* reportava que alguns militantes improvisaram comícios-relâmpago em pontos de grande movimento. Preferiam os pontos de bondes e outros locais onde o povo costumava ficar aglomerado¹⁸⁹. Era segunda-feira e as ruas estavam movimentadas, com os trabalhadores retornando a suas casas. As condições oferecidas pela principal avenida da cidade, onde se localizavam importantes bares e os principais pontos de bondes, foram apropriadas como forma de promoção do debate político.

A estratégia usada pelos militantes, entretanto, deve ser analisada com mais cautela. A mudança dos locais de realização do evento e os comícios-relâmpagos, proferidos ao longo da Avenida Afonso Pena, não eram feitos como diziam os manifestantes “com intuito de evitar incidentes com a polícia”. Tratava-se de métodos de autodefesa usados largamente pelos militantes do PCB para realizarem suas ações públicas e escaparem à repressão policial.

Organizávamos ‘grupos de autodefesa’ dos atos, com companheiros mais destemidos. Uma vez ou outra, um deles levava um revólver. Em determinadas ocasiões utilizávamos pequenos bastões e outros artefatos destinados a dificultar a ação da cavalaria da PM. [...] traçávamos um ‘plano de guerra’ com a autodefesa, uma vez que apenas desejávamos que um orador nosso fizesse um pequeno discurso [...]. Na hora da aziaga nada funcionava como havíamos calculado. Eram dias de grande tensão. Ninguém poderia garantir se à noite estaríamos sãos e salvos. [...] Assim a agitação pela paz se realizava. (COELHO, 2000, pp. 123 e 126, respectivamente)

Na estruturação dos seus modos de ação, o elemento surpresa era essencial. Os comícios eram programados para se realizarem em determinados espaços, porém, as ações deviam ter o máximo de flexibilidade e mobilidade. Quando as autoridades impedissem o comício programado, outras manifestações estourariam em lugares inesperados,

¹⁸⁹ Um guarda morto e vários feridos nos lamentáveis acontecimentos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, s/d., p. 11.

impossibilitando a ação efetiva das forças policiais. Contudo, o método de autodefesa também implicava a “vontade de lutar”: em caso de necessidade, os militantes estariam preparados para a ofensiva em defesa de suas vidas, do direito e dever de esclarecer, das massas e do Partido e de seus organismos¹⁹⁰.

Voltemos à manifestação descrita na revista *O Cruzeiro*. Apesar dos princípios pacifistas apregoados pelos oradores, a polícia saiu às ruas com ordens de dissolver, a qualquer custo, a manifestação “reconhecidamente de aspiração comunista”. O confronto policial resultou em confusão, correrias, espancamentos, estampidos, pauladas, várias pessoas feridas, entre populares e policiais, e um guarda civil atingido mortalmente.

No dia seguinte, manchetes de jornais informavam os desdobramentos do “meeting” e a lista de feridos encaminhados ao Pronto Socorro da Capital. Os manifestantes pela paz eram os agitadores comunistas, os vermelhos, *soviets*, adeptos de Moscou, responsáveis pelos efeitos lamentáveis.

Mesmo demonstrando repúdio aos comunistas, a grande imprensa não deixou de noticiar as arbitrariedades cometidas pelos policiais. Fotógrafos, que tentaram registrar o conflito, foram agredidos e tiveram suas câmaras danificadas. Muitos manifestantes foram espancados com cassetetes, inclusive cidadãos que, casualmente, transitavam pelo local no momento do incidente. O *Diário da Tarde* chegou a denunciar a condição em que se encontravam alguns investigadores presentes no Pronto Socorro.

Fato grave, apurado nos corredores daquele hospital pela reportagem, é que vários policiais, notadamente investigadores que ali foram ter, exalavam forte cheiro de álcool, com demonstração evidente de se encontrarem embriagados¹⁹¹.

O desenrolar dos fatos preencheu as páginas dos jornais, movimentou autoridades civis e policiais, prolongando-se por mais de dois anos numa disputa judicial. As repercussões

¹⁹⁰ *Auto Defesa*. [1950?]. APM Fundo DOPS – Pasta 3831.

¹⁹¹ O guarda será sepultado à tarde. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 27 mar. 1951 [Recorte]. APM Fundo DOPS – Pasta 1764.

da manifestação excederam o espaço/tempo do acontecimento, seus efeitos pairaram sobre a cidade muito tempo após o encerramento do evento.

Os conflitos constantes com as forças policiais acabaram por fornecer os argumentos necessários para repressão aos comunistas e, sobejamente, a quaisquer manifestações pela paz. Mais que isso, na movimentação de 1951 a morte do policial deu aos combatentes do comunismo um herói para ser lembrado e louvado.

O fatídico episódio da morte do guarda civil Eliseu Mariano tornaria este comício singular na história de Belo Horizonte. O acusado de homicídio, Arthur Andrade, negou a autoria do crime durante todo o processo e a defesa alegou insuficiência das provas apresentadas. Mesmo assim, um ano após a morte do guarda civil Eliseu Mariano, uma série de homenagens à sua “atuação heróica” seria realizada nas dependências da Superintendência da Guarda Civil. Uma manchete de jornal registrava o acontecimento “em memória do guarda civil morto pelos comunistas”¹⁹².

Se comparado à multidão presente nos comícios de Prestes, realizados em 1945, o número de partidários da paz presente à trágica manifestação – cerca de 300 pessoas – era realmente pequeno. Entretanto, aquelas pessoas, à sua maneira, ocuparam a avenida, gritaram palavras de ordem e mobilizaram trabalhadores, transeuntes, todos em torno de suas idéias:

Impedido de manifestar-se publicamente, o Partido Comunista do Brasil encontrou formas de burlar as regras e participar efetivamente da cena política, mesmo que isso resultasse em confrontos com as forças repressivas. A atuação do Partido não mais mobilizava multidões, até porque se realizava sob disfarces para ludibriar a ação policial, no entanto o espaço público continuava a se apresentar como lugar de formação da opinião e da vontade coletiva:

Entre a guerra revolucionária e a luta pela paz, os comunistas procuravam envolver-se em campanhas e movimentos de

¹⁹² Em memória do guarda civil morto pelos comunistas. *O Diário*, Belo Horizonte, 27 mar.1952. [Recorte]. APM Fundo DOPS – Pasta 3833.

diferentes naturezas a fim de continuarem participando da vida política do país e não se desestruturarem a ponto de extinguirem-se enquanto instituição política. (RIBEIRO, 2003, p. 61)

Mas eram intransponíveis as barreiras para a luta da paz chegar à massa da população. Tentávamos inutilmente dar maior amplitude àqueles atos, porém obtínhamos o apoio de apenas alguns professores universitários e de profissionais liberais. (...) estávamos isolados naquela batalha por uma causa justa, mas realizada por caminhos equivocados. A massa operária e a população de Belo Horizonte nada tinham a ver com as confusões e nossas brigas com a polícia. A luta pela paz era algo muito distante dos brasileiros. (COELHO, 2000, pp. 124 e 126, respectivamente)

Influenciado pelo estreitamento das relações com o Partido Comunista da URSS¹⁹³, o PCB declinava para a retórica revolucionária, explicitada no Manifesto de Agosto de 1950. A descrença na política institucional e uma orientação baseada na concepção golpista do processo político trouxe conseqüências profundas à atuação do Partido.

Porém, a linha política adotada pelo Partido não se limitava às definições do contexto internacional. Vale lembrar, como expõe Rodrigues (1981, p. 416), que a radicalização proposta pelo Manifesto também pode ser entendida “como uma resposta desesperada do Partido a um conjunto de medidas repressivas adotadas pelo governo Dutra”. A cassação do registro do PCB e a destituição dos mandatos de seus parlamentares impactaram profundamente o Partido, impedindo que uma possível evolução eleitoral, dentro da lei, ocorresse.

TENTATIVAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

O calendário, órgão do tempo que recomeça sempre, conduz paradoxalmente à instituição de uma história cronológica dos acontecimentos. À data, ano e possivelmente também ao mês e ao dia agarram-se os acontecimentos. (LE GOFF, 1984b, pp. 286-287)

¹⁹³ A *Kominform* (Agência de Informação dos Partidos Comunistas) com uma atuação fortemente marcada pelo dogmatismo stalinista influenciará bastante a conduta e as idéias políticas do PCB. Ver CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro – conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 107.

Diante das medidas repressivas instituídas nesse período, o controle e o monitoramento de possíveis comemorações do calendário comunista estavam na ordem do dia. Vários telegramas eram enviados às delegacias regionais para que permanecessem atentas às datas comemorativas.

Lembramos a necessidade [de] eficiente vigilância entre os dias dois e três de janeiro próximo, a fim de evitar pixamentos, distribuição de panfletos ou quaisquer outras manifestações de regozijo pelo aniversário do chefe comunista Luiz Carlos Prestes¹⁹⁴.

Além da comemoração pelo aniversário de Prestes, o 1º de Maio e a data de 27 de novembro eram vistas com certo cuidado pelas autoridades policiais. A intensa repressão e vigilância policial obrigaram o Partido Comunista a desenvolver novas estratégias para burlar o controle e atuar ativamente no espaço público.

Os comunistas pretendiam levar a efeito uma ‘Parada da Fome’, no Dia do Trabalho, nesta Capital. Foi feito sentir através de meios próprios que a Polícia reagiria com violência contra qualquer tentativa de perturbação da ordem.

Diante disto, o atual dirigente do Comitê Estadual do extinto PCB, Domingos Viotti, deu ordens em contrário, mandando que confeccionasse grande número de pequenos cartazes, presos cada um a duas pequenas varetas, uma de cada lado, e que seriam levantados no meio da multidão por ocasião do Comício dos Trabalhadores, quando usasse da palavra o Governador do Estado. Nestes cartazes estavam inscritos conhecidos ‘slogans’ determinados pelo extinto Partido. Alguns foram apreendidos antes de sua distribuição¹⁹⁵.

Na clandestinidade não seria mais possível promover grandes manifestações públicas, com chamadas em jornais, convites e “bailes dançantes”. Nesse novo contexto, os atos públicos assumiam outro caráter: pichações, comícios relâmpagos, bandeiras hasteadas, etc. representavam a resistência dos militantes na ocupação do território. Na tentativa de comemorar momentos, fatos ou personagens importantes na trajetória do Partido, os instrumentos precários – e muitas vezes rudimentares – utilizados pelos militantes eram

¹⁹⁴ *Radiograma do Chefe de Polícia* direcionado a todas as delegacias regionais. 29 dez. 1954. APM Fundo DOPS – Pasta 5389.

¹⁹⁵ *Resenha dos Acontecimentos verificados e Diligências realizadas entre 24 de abril e 26 de maio de 1951*. APM Fundo DOPS – Pasta 5396{1}.

pejorativamente associados à desordem e à sujeira. Entretanto, apesar das dificuldades impostas pelo momento, os comunistas davam mostras de empenho na divulgação e comemoração de datas típicas do calendário comunista.

Aproveitando a passagem do aniversário de Stálin, que, ontem [21 dez. 1949] completou setenta anos de idade, os adeptos do credo vermelho já dias antes, haviam injetado intensa propaganda alusiva do natalício do ditador soviético. Essa propaganda constou da afixação de cartazes e inscrição de dizeres de caráter subversivo nos principais pontos da cidade. Para dar maior realce à data, os comunistas muniram-se de bandeiras vermelhas de forma triangular que colocaram nos postes de iluminação da Avenida Afonso Pena, fazendo-os espalhar nos bairros e vilas¹⁹⁶.

No bairro Lagoinha, dois “suspeitos” acabaram surpreendidos com farto material de propaganda – bandeiras vermelhas com dísticos do partido. As autoridades policiais disponibilizaram rádios-patrolha por toda a cidade para controlar e impedir quaisquer manifestações. As atividades de propaganda foram realizadas durante a madrugada, surpreendendo tanto policiais como os moradores da cidade no dia seguinte.

Ora, colorir a Avenida Afonso Pena, principal artéria da cidade, com as cores do Partido Comunista era uma afronta sem tamanho. Policiais rondaram a região repetidas vezes até localizarem o infrator responsável por tal “ofensa aos brios do povo belo-horizontino”:

Em seu poder foram encontradas algumas bandeiras vermelhas. Trata-se do alfaiate João Augusto Corrêa, residente no ‘Hotel Oriente’. Em seu quarto foi encontrado também forte material de propaganda comunista. Mais tarde, a polícia tomou providência no sentido de retirar dos postes as flâmulas vermelhas, em número superior a uma centena. Nelas vêem-se dísticos subversivos, com: ‘Salve Stalin’. ‘Pão e leite de graça na URSS’, além de outros¹⁹⁷.

¹⁹⁶ Atividades dos comunistas em várias cidades mineiras. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22 dez. 1949, p. 12.

¹⁹⁷ Idem.



**Figura 16 – *Estado de Minas*, 22 dez. 1949, p. 12.
João Augusto Corrêa - preso por fixar flâmulas
vermelhas nos postes da Avenida Afonso Pena**

O culto a Stálin foi difundido no Brasil, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. O líder soviético era associado a um projeto de transformação da humanidade, o grande revolucionário responsável por transformações concretas que proporcionaram crescimento econômico e melhoria de vida na URSS.

Jorge Ferreira (2002, p. 233) diminui o valor da propaganda política na veiculação do mito. Segundo ele, ela ajudou, mas era simplória e superficial: “Não há propaganda política que transforme um personagem em

líder salvacionista, em figura legendária, sem realizações que afetem a vida material e simbólica dos homens que o reverenciam”.

Naturalmente, foi a derrota do nazi-fascismo, que possibilitou ao líder soviético personificar a vitória, encarnar a resistência da pátria e simbolizar a potência de uma liderança política empenhada na salvação de seu povo. A atuação decisiva da URSS na Segunda Guerra mudou profundamente o culto à personalidade de Stálin. No contexto das Campanhas pela Paz, era de se esperar que as comemorações pelo aniversário do líder fossem colocadas em pauta, principalmente diante da conduta política assumida pelo PCB em 1950.

Ao proibir as manifestações em datas significativas para a história comunista, as autoridades policiais intentavam impedir que o PCB contasse sua história, colaborando para a construção de uma anti-memória do comunismo. Para o Partido Comunista, as manifestações

públicas eram importantes mecanismos para divulgação dos ideais comunistas, como também para conquista de novos adeptos.

Ilegais, os militantes lutaram para ocupar novamente o espaço público, pois sabiam do poder e das possibilidades engendradas por essa ocupação. Mesmo sem o aparato de divulgação dos anos anteriores, os protestos e comícios relâmpagos pipocaram pela cidade. Por ocasião do ataque de militares ao *Jornal do Povo*¹⁹⁸, “elementos comunistas se dirigiram à praça Sete, movidos pelo desejo de atacar as autoridades constituídas. Munidos de cartazes, que ostentavam dizeres contrários às normas democráticas os adeptos de Stalin provocaram vários distúrbios”¹⁹⁹. O Prefeito endereçou carta ao Chefe de Polícia informando que

por ocasião do funcionamento da Feira Livre localizada na Praça Uruguaiana, nesta Capital, ali apareceu um indivíduo comunista fazendo funcionar um alto-falante por meio do qual fazia propaganda de caráter político, atacando virulentamente as autoridades estaduais e municipais.

*Intimado pelo fiscal da Feira a se retirar, só o fez depois de protestos no que foi acompanhado por outros adeptos da ideologia vermelha, contrária ao nosso regimen*²⁰⁰.

O responsável pelo Executivo municipal pedia providências para que o fatídico episódio não voltasse a ocorrer. Todavia, ao que tudo indica, silenciar os comunistas seria, pelo menos, trabalhoso. “Comunistas tentaram promover um comício na Vila Concórdia”, alardeava a manchete²⁰¹. Em frente a Fábrica Renascença foram detidos militantes que faziam propaganda com alto-falantes²⁰². Por ocasião das campanhas eleitorais de 1950, “grupos de moças achavam-se distribuindo cédulas de candidatos comunistas inscritos por outros partidos

¹⁹⁸ O *Jornal do Povo* publicou reiteradas denúncias sobre irregularidades que aconteciam nos quartéis de Minas. Em função disso, em fevereiro de 1949 militares da PM invadiram a sede do jornal e a gráfica responsável por sua reprodução, quebrando instrumentos e máquinas. O episódio ficou conhecido como “empastelamento do *Jornal do Povo*”.

¹⁹⁹ Empastelamento ontem do órgão comunista *Jornal do Povo*. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 20 fev. 1949, p. 10.

²⁰⁰ Carta do Prefeito Otacílio Negrão de Lima ao Chefe de Polícia. 04 mar. 1949. APM Fundo DOPS – Pasta 5152.

²⁰¹ *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15 set. 1950, p. 14.

²⁰² Presos dois comunistas quando faziam propaganda subversiva. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23 set. 1950, p. 16.

e também exemplares de um manifesto dirigido a comunistas de todo o país [Manifesto de Agosto]”²⁰³.

Por mais que as manifestações pacifistas – conduzidas como “tarefa central” do Partido – tenham sido priorizadas, esse fato não oblitera o papel importante dessas campanhas como subterfúgios encontrados pelos comunistas para se manterem na vida política do país. Não há dúvidas de que a ocupação das ruas ainda era estratégia importante de mobilização política para o PCB, ampliando, inclusive, seus objetivos e superando a questão da paz. Porém a intensidade e a motivação dos atos políticos do Partido assumiam outros contornos, a repressão política e policial a que foram submetidos os comunistas perturbou e confundiu os rumos do Partido.

A linha política adotada com o Manifesto de Agosto é, segundo a historiografia sobre o PCB, um marco da guinada ao radicalismo pelo Partido. A ilegalidade e a impossibilidade de participar das lutas eleitorais, bem como o alinhamento com a URSS e o contexto internacional desenhado pela Guerra Fria, contribuíram para que os impulsos revolucionários, “a agitação pela agitação” se sobrepusessem paulatinamente aos esforços de luta pela manutenção do partido na legalidade:

Jogando ao mar o que fizéramos no período de 1945 até 1947, desprezamos os embates eleitorais, ao ponto de só usarmos essas campanhas para deblaterar contra tudo e contra todos. Em resumo, abandonamos o campo da ação política. [...] Na verdade, esperávamos que as pequenas bolas de neve que lançávamos precipitassem uma avalanche revolucionária. (COELHO, 2000, pp. 107 e 110, respectivamente)

A perda do registro político repercutiu na repressão policial constante de seus membros. Substancialmente, a adoção da linha radical por meio do Manifesto de Agosto interrompeu a construção de um novo caminho na história do PCB, acarretando num isolamento político sem precedentes. A partir de então, o PCB perderia muitos membros e simpatizantes.

²⁰³ Vários comunistas foram detidos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 03 out. 1950, p. 09.

UMA HISTÓRIA PARA SER LEMBRADA E ESQUECIDA

As autoridades policiais buscavam atacar as bases do movimento comunista. Controlar a atuação do Partido no espaço público e impedir a manifestação de atos “abusivos à conduta do povo brasileiro” tinham também finalidades didáticas.

Uma das estratégias muito usadas pelo Partido Comunista nesse momento foram as pichações – que a polícia chamava “campanha mural”. Segundo os policiais, os “slogans” usados com mais frequência pelo PCB eram os seguintes:

*Pela legalidade do PCB e volta de Prestes!
Pelo aumento de salários e expulsão dos pelegos que dominam os sindicatos!
Anistia ampla a todos os democratas!
P’ra Coréia não vou!
Não mandaremos nosso filhos para morrer na Coréia!
Pelo divórcio e contra a lei de segurança!
Trumam é histérico!
Abaixo os fascistas do Club Militar!²⁰⁴*

A pichação de frases de efeito foi a forma encontrada pelo Partido para verbalizar palavras de ordem a seus militantes e simpatizantes. Independente da eficácia ou inutilidade dos dizeres estampados nos muros, curiosamente, a organização policial viu neles uma possibilidade interessante. Era justamente na repressão a esses delitos que a polícia assumia uma postura didática. Os agentes não apagavam as inscrições dos muros:

*Nosso trabalho na Especializada é modificar os ‘slogans’, alterando-os com novos dizeres ou acrescentando palavras ou diminuindo palavras, afim de lhes tirar o sentido.
Quando não é possível, passamos pixe em cima dos dizeres, borrando a inscrição. Nessa campanha somos ajudados por elementos estranhos à polícia²⁰⁵.*

Se a intenção era burlar as chamadas do Partido, dando a entender que as frases continuavam provenientes da organização – ainda que com sentido diverso –, o serviço não

²⁰⁴ Trata-se de uma espécie de boletim policial com as ocorrências relativas ao mês de setembro de 1951 e com comentários dos policiais responsáveis. Cf. *Referendo de Ordem*: Organizado com a súmula dos fatos, notícias e observações dos últimos 40 dias e previsões prevaletentes para os próximos dias do mês de outubro de 1951, p. 24. APM Fundo DOPS – Pasta 5396{1}.

²⁰⁵ Idem, p.25.

poderia ser executado pelos investigadores. A ajuda de “elementos estranhos” dava credibilidade aos novos escritos divulgados na cidade.

Ao analisarmos as frases destacadas acima pela própria polícia, fica difícil imaginarmos que alterações poderiam ser feitas no intuito de deturpá-las. Infelizmente, não encontramos nenhum exemplar de “slogan” modificado. Apesar disso, essa atitude da polícia mineira já é o bastante para demonstrar a clara intenção de impedir que as interpretações comunistas se manifestassem a “céu aberto”.

A atividade didática da polícia não se restringia às ações destinadas à população – após o cancelamento do PCB tornou-se prática comum entre os dirigentes policiais a promoção de palestras e cursos de treinamento. Não raro esses eventos contavam com a exposição detalhada de toda a história do Partido Comunista, inclusive em âmbito internacional, indicando os métodos de ação daquela organização que deveriam ser combatidos.

Esses “especialistas” na história do comunismo referendam as atitudes dos policiais e fundamentavam “cientificamente” as ações repressivas. A história comunista deveria ser sempre lembrada entre os policiais, mas combatida no ambiente público. A lembrança dos fatos marcantes da história comunista no meio policial denotava a intenção dos dirigentes em demonstrar que a livre manifestação dos ideais comunistas poderia trazer conseqüências desastrosas.

Num desses encontros educativos, um policial não identificado que, pelo visto, tratava-se do próprio Delegado de Ordem Pública, proferiu exemplar palestra²⁰⁶. O policial discorreu sobre o comunismo internacional, tecendo um breve histórico da Revolução Russa, apontou dados sobre sua influência no Brasil, descrevendo com detalhes a história do líder

²⁰⁶ *Comunismo*. Autor não identificado. [1950]. APM Fundo DOPS – Pasta 3833. **Obs:** Devido ao conteúdo dos documentos é possível deduzir que trata-se de palestra proferida pelo Delegado de Ordem Pública.

comunista, Luís Carlos Prestes. Para impedir que o PCB narrasse sua trajetória, os policiais precisavam conhecê-la.

De acordo com o documento, denota-se que o referido policial estava determinado a demonstrar o conhecimento necessário aos elementos responsáveis pela investigação dos comunistas. Quando o orador informa que iria relatar os principais meios de ação do Partido Comunista, não por acaso expôs um calendário detalhado com todas as comemorações do Partido, que incluía desde datas comemorativas muito específicas – como a referente à decretação da jornada de 07 horas de trabalho na URSS (07 nov. 1927) –, até outras já mais conhecidas, a exemplo do aniversário de Prestes (03 jan.).

A apresentação desse calendário, realizada numa palestra em 1950, por si só demonstra que a história continuava sendo fundamental para manutenção da coesão partidária, fonte de legitimação das ações do Partido Comunista. Não é por acaso que os policiais demonstravam toda cautela ao coibir a disseminação da história do comunismo por meio das estratégias de propaganda do Partido.

Para combater a atuação política dos comunistas, era necessário conhecer a história do PCB. Esse empenho didático culminou na publicação de verdadeiras obras de história do comunismo sob o olhar policial. Estruturado para ser o livro básico do curso de Polícia Política e Social, o manual produzido por Luiz Apollonio²⁰⁷, mesmo tendo sido publicado pela primeira vez em 1954, demonstrava que, entre as exigências para a formação naquela área, estava o conhecimento da história do comunismo. O manual é basicamente uma obra acerca do Partido Comunista: traça, entre outros aspectos, um histórico do comunismo (desde as origens do Partido Comunista da URSS); bem como retrata as técnicas atuação adotadas pelo PCB, principalmente, no que diz respeito à “agitação” e à propaganda.

²⁰⁷ APOLLONIO, Luiz. *Manual de Polícia Política e Social*. 4 ed. São Paulo: Escola de Polícia, 1967. Trata-se de um material didático produzido para a Escola de Polícia de São Paulo. Porém, temos indícios de que o livro também circulou entre as estruturas de formação policial do Estado de Minas.

PROTEGER A DEMOCRACIA

A divisão do mundo em dois blocos de poder foi fator de mobilização ideológica no Brasil, fomentando a adesão a um projeto de democratização limitada. Nesse sentido, a Guerra Fria foi argumento usado para promover a reorganização dos serviços de segurança.

Os crimes comunistas precisam ser reprimidos com toda a energia. Mas não haverá necessidade de a democracia abdicar de sua própria essência para estabelecer uma couraça protetora. A força e a grandeza da democracia estão justamente em que ela possui as armas necessárias para punir os que atentam contra os interesses da Pátria²⁰⁸.

Segundo as autoridades policiais, existiam “defeitos intrínsecos do regime democrático para o combate da ideologia esdrúxula, permitindo excessos e arroubos de liberdade”²⁰⁹, contribuindo na expansão do comunismo no Brasil. Era preciso dotar a democracia brasileira de instrumentos próprios para a manutenção da “segurança e integridade” nacional e conseqüente combate à “ideologias exógenas”:

Não será possível à polícia assistir de braços cruzados, bem no seu nariz, a prática de crime que lhe compete prevenir. Será razoável que valendo-se de um disfarce possa o Partido Comunista, reviver, bem em frente aos olhos da polícia, quando no Parlamento, na Imprensa, nas Entidades Conservadoras se reclama ação e combate contra as idéias malsãs que visam destruir a nossa soberania?²¹⁰

Logo nos primeiros anos do governo de Eurico Gaspar Dutra, um acirrado debate se desenrolou no Congresso para a instituição de uma nova Lei de Segurança Nacional. Alegavam os parlamentares favoráveis à medida a necessidade de resguardar a democracia, de torná-la uma “democracia vigilante”. Era preciso que o país estivesse pronto para se “defender contra os extremismos”. Apesar da grande movimentação entre deputados e

²⁰⁸ Crime Comunista. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 27 jan. 1948, p. 04.

²⁰⁹ *Comunismo*. Autor não identificado. Op. cit., p. 06.

²¹⁰ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. 6ª Vara Criminal. Comarca de Belo Horizonte. Processo-crime instaurado contra integrantes da Associação Mineira Pela Paz. 1953, p. 53.

senadores, a nova Lei somente foi promulgada em 1953²¹¹, sofrendo o seu texto apenas algumas modificações em relação à sua antecessora, editada em 1935²¹².

Em Minas Gerais a promulgação da nova Lei de Segurança Nacional resultou na reestruturação dos órgãos de polícia política, ampliando e acirrando o controle sobre as atividades políticas. Apoiada em novos instrumentos jurídicos e sob o discurso de defesa do regime democrático, a polícia política travou combate contínuo contra os comunistas por meio de ações repressivas e de restrição de liberdades de pensamento, expressão e de ação política.

A Associação Mineira pela Paz Mundial, criada em outubro de 1951, dizia-se sociedade civil destinada a pugnar pela Paz no Estado. Apesar de personalidade jurídica, registrada em cartório, e com objetivos distintos do Partido Comunista, não esteve isenta das investidas policiais. Pouco após a promulgação da referida Lei de Segurança Nacional, em 06 de fevereiro de 1953, os integrantes dessa associação foram surpreendidos em reunião e presos “em flagrante”. O policial responsável pela prisão dos membros, assim relatou a operação:

dirigi-me ao local indicado, [...] tendo deparado na porta do mencionado cômodo uma placa com os seguintes dizeres: ‘Associação Mineira Pela Paz Mundial’, verificando mais que ali se achavam reunidos elementos comunistas todos meus conhecidos, os quais pelos modos praticavam ação de caráter subversivo e contrária às leis do País²¹³.

O envolvimento dos comunistas nas campanhas pela paz, fez desse movimento o primeiro alvo dos policiais, agora sustentados pela legislação específica. A liberdade de manifestação prevista na Constituição de 1946 era definitivamente (re)qualificada:

Assim, sendo de considerar a referida Associação Mineira pela Paz Mundial como entidade de fato sucedânea do antigo Partido Comunista Brasileiro, ainda que de menor amplitude de programa e de estrutura, e de âmbito mais restritivo, correspondendo a uma réplica de partido que fora dissolvido por força de disposição legal e mediante decisão

²¹¹ Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

²¹² Lei nº 38, de 4 de abril de 1935.

²¹³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. 6ª Vara Criminal. Comarca de Belo Horizonte. Processo-crime instaurado contra integrantes da Associação Mineira Pela Paz. 1953, p. 11.

*judicial, os denunciados incorreram nas sanções dos artigos 9º e 10º da Lei n. 1802, de 5 de janeiro de 1953*²¹⁴.

UMA MARCA NA CIDADE

Mesmo diante da ação repressiva dos policiais nas manifestações comunistas, o PCB conseguiu colorir a cidade de Belo Horizonte de forma peculiar. Por mais que se aproximassem da ação revolucionária, os comunistas sintetizaram a importância de seu posicionamento no espaço público. E ainda que disfarçados sob as bandeiras brancas da paz, os atos públicos promovidos pelos comunistas indicavam a necessidade de demonstrar “a céu aberto” o protesto e a resistência. Porém, a guinada ao radicalismo acabou por distanciar definitivamente os militantes dos mecanismos legais de atuação.

A Chefia de Polícia publicou, em junho de 1950, uma portaria que definia os lugares possíveis para manifestações públicas na cidade de Belo Horizonte. Para além dos logradouros consagrados da região central – e também já objetos de outras portarias –, houve a inclusão de aproximadamente vinte novos locais²¹⁵. Resultado do crescimento da cidade e da ampliação do controle policial para manutenção da ordem pública? Sem dúvida. Mas o que nos chama atenção na referida portaria é o fato de que esses novos pontos de reunião, com exceção de cinco logradouros, estavam localizados justamente nos bairros em que o Partido Comunista tinha incentivado a criação de células e comitês.

Para a polícia, as reuniões públicas exigiam medidas preventivas de interesse geral. Dentre os lugares designados para realização de atos coletivos estavam a Praça São Francisco das Chagas, no bairro Carlos Prates; a Praça Itaú, no Calafate; a Praça Santa Tereza; a região próximo ao final da Rua Pouso Alegre, no Horto Florestal; a Praça Afonso Pena, no atual bairro Sagrada Família; o entroncamento das ruas Araxá e Diamantina, no bairro Lagoinha; a

²¹⁴ Idem, p. 06.

²¹⁵ Portaria da Chefia de Polícia n. 2.171 de 7 de junho de 1950. Ver *Minas Gerais*, 08 jun. 1950.

Praça Santo André; a Praça do México, na Vila Concórdia. Podemos observar, conforme disposto no **mapa 03** (Capítulo II), que muitos dos lugares regulamentados pelo órgão policial foram usados intensamente pelo PCB no período em que esteve na legalidade.

Além dos logradouros apropriados à promoção de manifestações públicas identificados na região central, não vimos qualquer determinação de lugares, por exemplo, nas regiões dos bairros Lourdes ou Funcionários – evidência de que o policiamento preventivo se destinava a outros lugares específicos da cidade.

Provavelmente outros partidos ou grupos políticos atuaram junto aos bairros populares da Capital. Entretanto o Partido Comunista foi o pioneiro na estruturação de células e comitês de bairro, congregando a população local para a resolução de problemas e reivindicações próprias. A portaria tinha apenas o intuito de regulamentar as reuniões públicas na cidade, porém quando elencou praças e logradouros em regiões da cidade com algum registro da atuação comunista, demonstra que certamente as autoridades levaram em conta os históricos políticos dessas localidades.

A distribuição dos comitês e células, bem como a eleição de determinados lugares para manifestações eram representativos das relações estabelecidas pelo Partido Comunista com o próprio espaço urbano. Quando foi necessário reunir manifestantes na região central de Belo Horizonte, não era difícil imaginar o local escolhido pelos militantes comunistas. A Esquina da Sinuca, localizada no hipercentro (confluência das ruas Tupinambás e Espírito Santo com a Avenida Amazonas), foi palco de mobilizações políticas que, talvez nos dias atuais, não tenhamos sua real dimensão. Ali foram comemorados os aniversários de Prestes, a legalidade do PCB, a morte de Roosevelt, o 1º de Maio, a Vitória das Nações Unidas, Tiradentes, a Constituição de 1946 e, porque não, as Campanhas pela Paz (ver **Anexo 2**).

A Esquina da Sinuca tornou-se um lugar disputado pelos comunistas no espaço urbano, depositária de significações e memórias desses atores na história da cidade. Não seria

errôneo atestar que a Esquina da Sinuca assumiu uma representação simbólica do momento em que o Partido falou e foi ouvido: “Nós, em Minas, até abusávamos dessa forma de agitação [comícios], convocando seguidamente comícios na esquina da Sinuca. [...] Também realizávamos comícios e conferências nos bairros distantes de Belo Horizonte” (COELHO, 2000, p. 129).

Na medida em que os homens são agentes na produção social do espaço, a atuação política dos militantes comunistas deixou marcas em Belo Horizonte: o uso da cidade, as vivências sociais dos espaços urbanos acabaram conferindo-lhes identidade e reconhecimento. A ocupação da Capital seguiu uma complexa lógica, envolta de estratégias de atuação do Partido e de emoções e sentimentos propiciados pelas relações sociais estabelecidas no cenário urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Partido Comunista do Brasil em Belo Horizonte, entre os anos de 1945 e 1951, foi marcada por uma atuação efetiva no espaço público. Em meio a uma sociedade fortemente influenciada por valores conservadores, o Partido Comunista se apresentou como uma alternativa possível para a participação significativa de setores populares no jogo político.

A legalidade política exigiu do PCB uma atuação dentro do respeito às leis, sendo necessária a reelaboração das estratégias de arregimentação das massas. As atividades públicas, principalmente os comícios, assumiram importância fundamental na divulgação dos ideais comunistas. Numa sociedade com alto índice de analfabetismo, as manifestações públicas eram, em muitos casos, as únicas possibilidades de atingir a população mais carente.

O processo eleitoral autorizou a ocupação do espaço público pelo PCB de uma maneira completamente nova. As eleições foram, nesse período, o principal motivador das mobilizações políticas. Mas, vale ressaltar que o Partido também promoveu atos públicos que não apresentavam relação direta com os objetivos eleitorais. Além disso, foram formuladas maneiras de atuação política bem distintas, que englobavam desde quermesses e piqueniques até grandes concentrações cívicas.

No período em que esteve na legalidade, o PCB buscou elaborar uma “nova história” para si mesmo por meio da valorização dos princípios democráticos e da participação política. Concomitantemente, o Partido Comunista intentou associar a luta pela defesa da democracia a um “passado glorioso”, acionado tanto na celebração de fatos da trajetória do comunismo como na apropriação da própria história nacional.

Essa remissão ao passado não se limita a explorar o ocorrido, visto que não é somente celebrada: torna-se chave na formação da identidade e dos valores comunistas. Os comícios e manifestações em Belo Horizonte assumiram a forma de rituais públicos para afirmação de uma possível “identidade comunista”. Pollak pontua que toda organização

política veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou a si mesma. Ele explica: “O que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e do grupo”²¹⁶.

As manifestações públicas reivindicaram códigos litúrgicos próprios, embora nem sempre compreendidos por todos os envolvidos em tais ocasiões. Ao assumir a promoção de festejos cívicos, o PCB instaurou uma releitura do passado sob a ótica de seus princípios e valores. E, ao reivindicar esta memória, estabelecia uma coesão com o passado nacional, contemporizando as atividades do presente.

Ao mesmo tempo em que o Partido se apresentava como organização que atuava dentro do respeito às normas legais, mostrava-se tributário de uma história de lutas, digna de reverências e homenagens. Para além da solidificação dos laços de identidade entre os militantes, os atos públicos tiveram o intuito de arregimentar novos integrantes para o PCB.

A cassação do Partido e a destituição dos mandatos de parlamentares comunistas não representaram o afastamento dos militantes da cena pública. Pelo contrário: novos recursos foram usados para transmitir as idéias e objetivos do PCB. Lançados na ilegalidade, os comunistas se desdobraram para manter o espaço político conquistado sob a proteção de movimentos de massas, como por exemplo, as Campanhas pela Paz.

Entretanto, a ostensiva repressão policial e a postura de radicalismo político adotada pelo Partido – veja-se o Manifesto de Agosto de 1950 – restringiram consideravelmente o campo de ação dos militantes no território urbano.

Em Belo Horizonte – cenário das atividades do Partido Comunista – verificamos que o Partido se espalhou por toda a cidade sob variadas formas. Por bem dizer, as manifestações públicas da organização estabeleceram laços de identidade com a cidade. Sentimentos e emoções cristalizados em espaços da Capital foram construídos nas relações sociais. Por

²¹⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 3, 1989, p.10.

alguns momentos, ruas, praças e/ou esquinas se revestiram de bandeiras vermelhas, tornando-se verdadeiros palanques para a propagação das vozes militantes.

A atuação política para além dos limites da Avenida do Contorno talvez tenha sido o maior legado do Partido Comunista para Belo Horizonte. A constituição de células e comitês nessas regiões contribuiu para a formação de importantes núcleos de organização local, capazes de mobilizar politicamente a população em relação às reivindicações mais urgentes – o que impulsionou posteriormente a formação de comissões e associações de bairro mais atuantes.

Na prática a ação dos comunistas revelou também um interesse em transformar as necessidades concretas da população numa via de afirmação e consolidação de suas propostas políticas. Não obstante, ao instalar seus braços em bairros e vilas periféricos da cidade, o PCB estabeleceu uma relação pioneira com os problemas e as reivindicações populares.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Arquivo Público Mineiro – APM

Fundo Departamento de Ordem Política e Social – DOPS

- Pastas: 0133 – {Fotografias – assuntos diversos} (1948-1961)
 0135 {3} – {Atividades Políticas em Minas} (1952-1965)
 1764 – {Manifestação Comunista} (1951)
 3831 – {Partido Comunista} (1951-1958)
 3833 – {Comunismo} (1950-1964)
 3834 – {Comunismo} (1929-1973)
 3835 – {Comunismo} (1936-1971)
 3836 – {Comunismo} (1930-1939)
 4183 {1} – {Investigações diversas} (1942-1945)
 4199 – {Comunismo} (1934-1948)
 4684 – Ituiutaba – comunismo (1937-1959)
 4821 – {Comunismo} (1934-1948)
 4889 – {Raposos – comunismo} (1949-1961)
 4905 – {Partido Comunista do Brasil – propaganda} (1935-1946)
 5057 – {Partido Comunista Brasileiro} (1951-1968)
 5152 – Prefeitura de Belo Horizonte (1946-1949)
 5156 – Portarias (1937-1944)
 5256 – {Eleições} (1944-1955)
 5283 – {Partido Comunista Brasileiro} (1946-1947)
 5306 – {Boletins de Atividades Comunistas} (1953-1954)
 5355 – {Partido Comunista} (1945-1947)
 5357 – {Boletim Policial} (1951)
 5358 – {Boletim Policial} (1952)
 5359 – {Boletim Policial} (1953)
 5361 – {Boletins Policiais} (1951)
 5389 – {Radiogramas – 1954} (1954)
 5390 – {Radiogramas} (1953-1954)
 5391 – {Radiogramas} (1952-1953)
 5393 – {Relatórios Policiais} (1943-1950)
 5396 {1} – {Boletins Policiais – Minas Gerais} (1951)

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH

Fundo Secretaria Municipal Adjunta do Tesouro (em organização)

Ordem de serviço da Prefeitura Municipal para compra de material de propaganda anticomunista;
 Cartazes de propaganda anticomunista;
 Revista Lei e Polícia – órgão técnico de repressão à delinquência e defesa do regime democrático. Ano IV, n. 21, fev/1953

*Posturas Municipais***Arquivo Fórum Lafaiete***Processos*

Processo instaurado contra Jaime Goifman e José Gomes Lemos – Maio/1951;
Processo instaurado contra a Associação Mineira pela Paz, com a prisão de Armando Ziller, Coronel Olímpio Ferraz, Hermínio José de Barros, Raimundo Siqueira Santos, José Adjuto Filho e Roberto Canavarro Costa. – Fev/1953.

Hemeroteca Pública Estadual*Jornais*

Estado de Minas (1945-1956)

Folha de Minas (1948-1950)

Programa de História Oral – PHO/FAFICH/UFMG*Entrevistas*

Armando Ziller

Anélio Marques

Sinval de Oliveira Bambilra

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOLLONIO, Luiz. *Manual de Polícia Política e Social*. 4ª ed. São Paulo: Escola de Polícia, 1967

ARAÚJO, Maria Celina D'. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
 _____ . *Justiça Militar, segurança nacional e tribunais de exceção*. Trabalho apresentado no 30º Encontro Anual da ANPOCS. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>, acessado em 10 abr. 2007.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – ALMG. *As Constituintes Mineiras de 1891, 1935 e 1947 – uma análise histórica*. 1989.

ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de Abreu. *DOPS/MG: Imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

AZEVEDO, Débora Bithiah de. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. Dissertação de Mestrado em História. UnB, Brasília, 1992.

AZEVEDO, Sérgio de; GUIMARÃES, Berenice Martins. (orgs.) *Belo Horizonte em tese*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Urbanos/UFMG, 1995.

BACSKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. 5 – Anthropos-Homem. Portugal: Imprensa Nacional, 1985.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG / Dep. de História, v.22, n. 36, pp. 460-476, 2006.

BELO HORIZONTE: Cem anos em cem. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG / Dep. de História, n. 18, 1997.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (org.). *Por uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Nas ruas, os caminhos da cidade. In: *Cadernos de História de São Paulo 2 – A cidade e a rua*. Museu Paulista da Universidade de São Paulo, jan/dez. 1993.

CARDOSO, Heloísa Helena Pacheco. Relações sociais em construção: Minas Gerais nos anos 50. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG / Dep. de História, n. 24, pp. 266-277, jan/2001.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999, pp. 227-250.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Marco Eliel Santos de. *A construção das identidades no espaço urbano: A Praça Sete como representação da sociabilidade em Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2005.

CARVALHO, Mônica de. LEITE, José Correa, SEABRA, Odette. (orgs.) *Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/EDUFF-PROED, 1986.

CEDRO, Marcelo de Araújo Rehfeld. *JK desperta BH (1940-1945): a capital mineira na trilha da modernização*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Belo Horizonte: PUC/Minas, 2005.

CHACHAM, Vera. *A memória dos lugares em um tempo de demolições*. A Rua da Bahia e o Bar do Ponto na Belo Horizonte das décadas de 30 e 40. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Belo Horizonte: UFMG, 1994.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. IN: ABREU, Regina, CHAGAS, Mario. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro – conflito e integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CODATO, Evandir. Personalismo político nos anos cinquenta. In: *Revista de História Regional*, vol. 7(1), verão 2002, pp. 9-45.

COELHO, Marco Antonio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COELHO, Victor de Oliveira Pinto. *Nova Lima, 1948*. A greve dos mineiros e o ardil anticomunista. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. ; FERREIRA, Jorge. (orgs.) *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vols. 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Brasil: 1954 – Prenúncios de 1964. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG / Dep. de História, v. 21, n. 34, pp. 484-503, jul./2005.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro (CPDOC-FGV). Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>.

DULCI, Otávio Soares. (org.) *Belo Horizonte: Poder, política e movimentos Sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. (org.) *BH: horizontes históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996.

_____. História e Culturas Políticas – Definições, usos e genealogias. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 28, 2001, pp. 13-28.

_____. ; CAPELATO, Maria Helena Rolim. Representação Política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. IN: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir. *Representações. Contribuições a um Debate Interdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Edusp, 2002.

FENELON, Déa Ribeiro. Introdução. In: *Pesquisa em História 1: Cidades*. Programa de Estudos Pós Graduação em História da PUC-SP. São Paulo: Editora Olho d' Água, 2000.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF; Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

_____. A democratização de 1945 e o movimento queremista. IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. (orgs.) *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vols. 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1941-1964). IN: Mota, Carlos Guilherme. (org.) *Viagem Incompleta A experiência brasileira (1500-2000)*. A Grande Transação. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

FIDELIS, Galileu do Amaral. *Bene qui Latuit – A dinâmica de uma estrutura clandestina. PCB (1947-1985)*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo: USP, 2001.

GARCIA, Marco Aurélio. Tradição, Memória e História dos Trabalhadores. In: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento de Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GIROLETTI, Domingos Antonio. *A Modernização capitalista em MG: a formação industrial de uma nova cosmovisão*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1950)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

HABERMAS, Jürgen. Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.26, mar/1990.

HERNÁNDEZ, Fernando Aguayo. Los arrebatos del corazón. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG / Dep. de História, v.22, n. 35, pp. 17-38, 2006.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
_____. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INCÃO, Maria Ângela D'. Modos de Ser e de Viver: a sociabilidade urbana. *Tempo Social*. São Paulo, USP/Dep. de Sociologia, v. 04, pp. 95-109, 1992.

KAREPOVS, Dainis. Atenciosas Saudações! O DEOPS-SP em ação contra o PCB (1936-1939). *História*. São Paulo, v. 21, 2002, pp. 223-249.

KERTZER, David. Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano. *Horizontes Antropológicos*, v.7, n.15, pp. 15-36.

LAVALLE, Adrián Gurza. *Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro*. Tese de Doutorado em Ciência Política – USP, 2001. Disponível em <http://www.centrodametropole.org.br/textos.html>

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Memória/História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.1, 1984.

_____. Calendário. In: *Enciclopédia Einaudi*. Memória/História. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, v.1, 1984b.

LEMOS, Celina Borges. Construção simbólica dos espaços da cidade. In: MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. (coord.) *Belo Horizonte: Espaços e tempos em construção*. Prefeitura de Belo Horizonte/CEDEPLAR, 1994.

LUDEMANN, Marina. PALLAMIN, Vera M. (orgs.) *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. São Paulo: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MARX, Murillo. *Nosso Chão: do sagrado ao profano*. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MORAES, Denis de. *O Imaginário vigiado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, João Quartim de. Concepções comunistas do Brasil Democrático: esperanças e cristações (1944-1954). In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. III. Campinas: Editora Unicamp, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

_____. O conceito de cultura política. *Anais do X Encontro Regional da ANPUH/MG*. Mariana, 1996, pp. 83-91.

_____. Batalhas em torno do mito: Luís Carlos Prestes. *Estudos Históricos*, n. 34, jul/dez. 2004, pp. 91-115.

_____; PEREIRA, Raquel Aparecida et. al. República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS/MG. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG / Dep. de História, v.29, pp.126-153, 2003.

MUNHOZ, Sidnei J. Ecos da Emergência da Guerra Fria no Brasil (1945-1953). Maringá, *Diálogos*, v. 6, n. 1, 2002.

NASCIMENTO, Mariângela M. Reflexões acerca do espaço público em Hannah Arendt. *Revista Ética & Filosofia Política*. Juiz de Fora: UFJF/Dep. de Filosofia, v. 8, n. 1, jun. 2005. Disponível em http://www.eticaefilosofia.ufjf.br/8_1_mariangela.html, acessado em dez./2006.

NEGRO, Antonio Luigi. Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais. A participação operária na política do pós-guerra. *História*. São Paulo, v. 21, 2002, pp. 251-282.

_____ e SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicato e política (1945-1964). IN: DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. (orgs.) *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vols. 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEGT, Oskar. Espaço Público e Experiência. IN: LUDEMANN, Marina. PALLAMIN, Vera M. (orgs.) *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, pp. 1-28.

OLIVEIRA, Francisco de. Intelectuais, conhecimento e espaço público. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 18, set/dez 2001. (Palestra proferida na Conferência de abertura da XXVI Reunião Anual da ANPed. USP/Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania, 2001)

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, pp. 279-290.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e política: primeiras aproximações. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG / Dep. de História, v. 21, n. 34, pp. 305-324, jul/2005.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da memória operária. In: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento de Patrimônio Histórico. *O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

RÉNMOND, René. Por que a história política?. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994.

_____. *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os 'combatentes da paz': a participação dos comunistas brasileiros na campanha pela proibição das armas atômicas (1950)*. Dissertação de mestrado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

RIVIÈRE, Claude. *As liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981.

SALES, Jean Rodrigues. O PC do B conta a sua História: Tradição, Memória e Identidade Política. Maringá, *Diálogos*, v. 6, 2002, pp. 155-171.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SANTOS, Milton. O retorno do território. IN: SANTOS, Milton, SILVEIRA, Maria Laura. e SOUZA, Maria Adélia A. (orgs.) *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. A praça pública e a liturgia política. *Cadernos Cedes*. Campinas: Unicamp, v. 22, n. 58, pp. 81-99, dez/2002.

SEMINÁRIOS de Estudos Mineiros 6 - *A Revolução de 1930*. Belo Horizonte: Editora UFMG / PROED, 1987.

SOUZA, Antonio Cícero Cassiano. *Comício: São Paulo a Luís Carlos Prestes – o Partido Comunista no cinema*. Núcleo de Estudos Contemporâneos – NEC/UFF.

TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *Inventário Deops: Módulo VI – Comunistas: O porto vermelho: a maré revolucionária (1930-1951)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 – CALENDÁRIO DE MANIFESTAÇÕES²¹⁷

Data	Comemoração
03 jan.	Aniversário de nascimento de Luís Carlos Prestes
15 jan.	Aniversário de morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht
21 jan.	Aniversário de morte de Lênin
12 fev.	Aniversário de nascimento de Olga Prestes
02 mar.	Fundação da III Internacional
05 mar.	Aniversário de nascimento de Rosa Luxemburgo
08 mar.	Primeiro Congresso Feminino realizado na Rússia – Dia Internacional da Mulher
14 mar.	Aniversário de morte de Karl Marx
18 mar.	Proclamação da Comuna de Paris
25 mar.	Fundação do Partido Comunista no Brasil
12 abr.	Aniversário de morte de Roosevelt
18 abr.	Aniversário da Anistia de 1945
21 abr.	Tiradentes
22 abr.	Aniversário de nascimento de Lênin
01 mai.	Dia Internacional dos Trabalhadores
05 mai.	Aniversário de nascimento de Karl Marx
09 mai.	Comemoração da Vitória das Nações Unidas – Fim da Segunda Guerra Mundial
11 mai.	Aniversário de nascimento de Leocádia Prestes
23 mai.	Greve geral dos gráficos de São Paulo
23 mai.	Conquista da Legalidade do PCB (1945)
18 jun.	Aniversário de morte de Máximo Gorki
22 jun.	Invasão da URSS pelas tropas nazistas
30 jun.	Instalação do Comitê Estadual do PCB (1945)
14 jul.	Queda da Bastilha
05 ago.	Aniversário de morte de Friedrich Engels
07 nov.	Aniversário da Revolução Russa
27 nov.	Revolução de 1935
21 dez.	Aniversário de nascimento de Stálin

²¹⁷ Foram relacionadas apenas as datas que tiveram algum impacto ou mesmo sugestão de comemoração por parte de dirigentes em Belo Horizonte. **Obs.:** Os calendários divulgados pelos setores conservadores são muito mais amplos.

ANEXO 2 – RELAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES²¹⁸

	Data	Motivo	Local
1945	9/out	Preparatório "Minas Gerais a Prestes"	Cachoeirinha
	9/out	Preparatório "Minas Gerais a Prestes"	Santo André
	10/out	Preparatório "Minas Gerais a Prestes"	Lagoinha
	10/out	Preparatório "Minas Gerais a Prestes"	CIFER
	10/out	Preparatório "Minas Gerais a Prestes"	Vila Progresso
	10/out	Preparatório "Minas Gerais a Prestes"	Carlos Prates
	14/out	"Minas Gerais a Luís Prestes"	Praça da Estação
	27/nov	Propaganda Política	Praça da Estação
	22/set	Comício Pró-Constituinte	Feira de Amostras
	15/set	Lançamento Campanha Eleitoral	Sede provisória
	30/jun	Instalação do Comitê Estadual	Estádio Paisandú
	23/mar	Ouvir o 1º Discurso de Prestes	Esquina Sinuca
	23/nov	Preparatório Yedo Fiúza	Barro Preto
	24/nov	Preparatório Yedo Fiúza	Sede do Partido
	26/nov	Preparatório Yedo Fiúza	Lagoinha
28/nov	Preparatório Yedo Fiúza	Santo Antônio	
1946	28/jan	Propaganda Política	Esquina Sinuca
	24/fev	Defesa da Constituição de 1946	Praça Sete
	21/mar	Protesto contra o regime de Franco	Esquina Sinuca
	25/mar	Aniversário do PCB	Sede do Partido
	3/abr	Propaganda Política	Santa Tereza
	12/abr	Aniversário de morte Rousevelt	Esquina Sinuca
	13/abr	Propaganda Política	Horto Florestal
	18/abr	Propaganda Política	Barro Preto
	18/abr	Propaganda Política	Santo Antônio
	21/abr	Tiradentes	Esquina Sinuca
	23/abr	Homenagem a Galileu Tostes	Célula Galileu Tostes
	24/abr	Semana dos LLL (Lenin, Luxemburgo e Liebckench)	Sede do Partido
	27/abr	Semana dos LLL (Lenin, Luxemburgo e Liebckench)	Sede do Partido
	1/mai	1º de Maio	Esquina Sinuca
	8/mai	Quinzena da Legalidade	Vila Maria Brasilina
	8/mai	Quinzena da Legalidade	Carlos Prates
	8/mai	Quinzena da Legalidade	Floresta
	8/mai	Quinzena da Legalidade	Santo André
	9/mai	Quinzena da Legalidade	Vila Afonso Pena
	9/mai	Quinzena da Legalidade	Vila Bicalho
	10/mai	Quinzena da Legalidade	Horto Florestal
	10/mai	Quinzena da Legalidade	Renascença
10/mai	Quinzena da Legalidade	Santa Tereza	
10/mai	Quinzena da Legalidade	Lagoinha	

²¹⁸ Foram relacionadas apenas as manifestações que puderam ter sua realização comprovada.

	Data	Motivo	Local
	11/mai	Vitória Nações Unidas	Esquina Sinuca
	12/mai	Quinzena da Legalidade	Vila Mariano de Abreu
	12/mai	Quinzena da Legalidade	Concórdia
	13/mai	Quinzena da Legalidade	Santa Efigênia
	13/mai	Quinzena da Legalidade	Floresta
	14/mai	Quinzena da Legalidade	Gameleira
	14/mai	Quinzena da Legalidade	Santo Antônio
	14/mai	Quinzena da Legalidade	Cardoso
	15/mai	Quinzena da Legalidade	Prado
	15/mai	Quinzena da Legalidade	Barro Preto
	22/mai	Quinzena da Legalidade	Bairro da Graça
	23/mai	Quinzena da Legalidade	Esquina Sinuca
	24/jun	Festa de São Pedro	Barro Preto
	14/jul	Queda da Bastilha	Sede do Partido
	13/ago	Imprensa Popular	Sede do Partido
	22/ago	Declaração de Guerra	Sede do Partido
	11/set	Propaganda Política	Esquina Sinuca
	18/set	Promulgação Constituição	Esquina Sinuca
	21/set	Imprensa Popular	Sede do Partido
	11/out	Propaganda Política	Floresta
	31/out	Imprensa Popular	Esquina Sinuca
	7/nov	Aniversário Revolução Russa	Sede do Partido
	21/nov	Propaganda Política	Sede do Partido
	21/nov	Propaganda Política	Lagoinha
	22/nov	Propaganda Política	Vila Bicalho
	23/nov	Propaganda Política	Esquina Sinuca
	24/nov	Propaganda Política	Santo Antônio
	12/dez	Propaganda Política	Praça da Estação
	26/dez	Propaganda Política	Esquina Sinuca
1947	6/mai	2º Conferência Estadual - Encerramento	Estádio Paisandú
	1/mai	1º de Maio	Feira de Amostras
	21/abr	Tiradentes	Esquina Sinuca
	18/abr	Aniversário Anistia	Sede do Partido
	15/mar	Propaganda Política	Vila Afonso Pena
	17/mar	Propaganda Política	Esquina Sinuca
	3/jan	Aniversário Prestes	Esquina Sinuca
	4/jan	Propaganda Política	Vila Afonso Pena
	5/jan	Propaganda Política	Cachoeirinha
	6/jan	Propaganda Política	Prado
	12/jan	Propaganda Política	Praça Rio Branco
	16/jan	Propaganda Política	Praça da Estação
	11/jan	Propaganda Política	Vila Maria Brasilina
	11/jan	Propaganda Política	Santa Efigênia
	11/jan	Propaganda Política	Vila São Francisco
	11/jan	Propaganda Política	Horto Florestal
	12/jan	Propaganda Política	Vila Maria Aparecida
14/jan	Propaganda Política	Floresta	
15/jan	Propaganda Política	Cardoso	
